Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira,
12, 13 e 14 de abril de 2025
Ano CVII ● Número 29.836
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

POLÍTICA E PODER ECONÔMICO

Elite busca governo imune à suposta ineficiência dos regimes democráticos.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**

CANAIS DA CIDADANIA: BOLA COM LULA

Comunicação seguirá sendo derrotada em sua missão constitucional?
Por Beto Almeida, **página 2**

25ª EDIÇÃO DO COMIDA DI BUTECO

Entre 11 de abril e 11 de maio, 132 butecos serão visitados no Rio.
Por Miriam Aguiar, página 4

Atividade econômica cresceu 0,4% em fevereiro

Pelo segundo mês seguido, a atividade econômica brasileira cresceu em fevereiro deste ano, de acordo com informações divulgadas nesta sexta-feira pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou alta de 0,4% em fevereiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados.

No mês, o IBC-Br atingiu 108,8 pontos. Na comparação com fevereiro de 2024, houve crescimento de 4,1% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

Em março, a inflação desacelerou, ficando abaixo da taxa de fevereiro, quando foi 1,31%. Puxado pela alta de preços de alimentos, no mês passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,56%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado em 12 meses, a inflação oficial medida pelo IPCA soma 5,48%, acima do teto da meta de 3%, que tem tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o BC aumentar mais uma vez os juros em um ponto percentual na última reunião, em março, o quinto aumento seguido da Selic em um ciclo de contração na política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação na expansão. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços permaneça alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic "em menor magnitude" na reunião de maio e não deixou pistas sobre o que acontecerá depois disso.

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto, que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice "contribui para a elaboração de estratégia da política monetária" do país, mas "não é exatamente uma prévia do PIB."

Estrella: qual o papel do Brasil diante do colapso do mundo unipolar?

País não tem a soberania fornecida pela indústria

Por Andrea Penna, especial para o Monitor

O polo unipolar, homogêneo, norte-americano e europeu, do capitalismo financeiro internacional está colapsando. Surge um outro polo, que são os Brics, que se contrapõe a esse poder mundial. "E o Brasil é um dos países mais ricos e importantes do mundo, não é? É, mas não é um país industrializado. Nós não temos soberania fornecida pela indústria, para que nos seja possível, com mais tranquilidade, participar dessa reorganização geopolítica mundial", defende o geólogo Guilherme Estrella, ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras (2003/2012).

Ele enfatizou ser urgente que o Brasil retome um projeto nacional desenvolvimentista autônomo e soberano, "para que as nossas riquezas sejam efetivamente transformadas em recursos, para a retomada do desenvolvimento industrial brasileiro. Não é possível continuarmos como estamos".

A entrevista ao **Monitor Mercantil** foi concedida durante o lançamento, no Rio de Janeiro, do livro *Produção versus Rentismo* (editora Página 8), organizado pelo jornalista Carlos Pereira, no Clube de Engenharia. Para Guilherme Estrella, que é conselheiro do Clube e foi coordenador da equipe que descobriu as reservas do pré-sal, "é um pequeno livro, mas grande em seu significado, e muito importante neste momento, porque todos nós sabemos no Brasil que o mundo passa por uma transformação geopolítica radical".

Estrella adverte que "estamos numa encruzilhada brasileira, também, não podemos nos enxergar nesse novo polo geopolítico que está se formando, de uma forma secundária, de uma forma subordinada, de uma forma não soberana".

O geólogo ressalta que "é necessário para a economia nacional, principalmente as empresas, que recuperemos as empresas estatais que são grandes produtoras de recursos para o a gestão governamental, para que possamos reintroduzir a política de conteúdo nacional. É fundamental que nós venhamos a financiar empresas brasileiras que operam no Brasil, principalmente na área de engenharia. Então, é por isso que esse livro é muitíssimo importante. O Brasil tem que se industrializar para como um caminho fundamental para a redistribuição da renda nacional".

Estrella diz, indignado, que "quase metade dos nossos recursos governamentais é gasta em pagamento da dívida e encargos da dívida pública, e isso tem que acabar. Nós estamos sofrendo uma política do Banco Central que é absolutamente contrário aos interesses nacionais e contrária à soberania nacional".

O ex-diretor da Petrobras ressaltou que "somos obrigados a depender do capital estrangeiro quando somos um país riquíssimo, e ao mesmo tempo, um dos mais injustos do mundo! Então a industrialização significa, inicialmente, a justiça social. Então esse é o nosso grande desafio".

Com Lula, Brasil é 4º em investimento estrangeiro

O Brasil ganhou uma posição na lista entre os 25 principais mercados emergentes que devem receber investimentos estrangeiros em relação a 2024, subindo para o 4º lugar no Índice de Confiança para Investimento Direto Estrangeiro (2025 FDICI Confidence Index), da consultoria global Kearney. Em 2023, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu seu terceiro mandato presidencial, o Brasil era ocupava a 7ª posição.

Entre os países emergentes, o Índice aponta a China em 1º lugar, seguida pelos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Brasil, Índia e México. No geral, as Américas ostentam o maior número de mercados na lista com oito (um a menos que no ano passado), seguida pela Ásia-Pacífico com sete, Oriente Médio e África com cinco e Europa também com cinco (um a mais que no ano passado). Esta é a 3ª edição do ranking específico dos 25 principais mercados emergentes, analisando o sentimento do investidor em relação aos fluxos futuros de investimento direto estrangeiro.

No índice geral, há a prevalência dos mercados desenvolvidos, que ocupam 19 dos 25 principais mercados, oque, segundo a consultoria, mostra que investidores buscam segurança e estabilidade em um mundo volátil. Neste ranking o Brasil caiu do 19º, em 2024, para o 21º lugar. O resultado, ainda assim, é melhor que em 2023, quando o País não apareceu entre os 25 primeiros.

Sobre o Brasil, os entrevistados apontaram os recursos naturais (35%) como sua qualidade mais atraente para investimentos, seguida por seu desempenho econômico (30%) e o talento/habilidade de sua força de trabalho e facilidade de fazer negócios (cada um com 28%).

Além disso, os incentivos de investimento no Brasil variam de isenções fiscais a financiamento de baixo custo, com muitos setores oferecendo tratamento igualitário a investidores nacionais e estrangeiros, com exceção de saúde, mídia de massa, telecomunicações, aeroespacial, propriedade rural, operações marítimas e seguros.

"Embora a política comercial e tarifária dos EUA adicione alguma incerteza à perspectiva econômica do Brasil, é improvável que impactos setoriais como os da indústria siderúrgica e automobilística afetem fortemente a trajetória macroeconômica mais ampla do País", explica Mark Essle, sócio da Kearney no Brasil.

Segundo a Kearney, os resultados deste ano mostram que os investidores estão preocupados com o aumento do risco geopolítico e seu potencial para interrupções na cadeia de suprimentos, o que pode elevar os preços das commodities. Não por acaso, 38% dos investidores pesquisados veem um aumento nos preços das commodities como uma das tendências mais prováveis para este ano, e 35% citam como provável o aumento nas tensões geopolíticas, o que representa sete pontos a mais do que no ano passado.

"Com estes riscos em mente, o desempenho doméstico é visto como prioridade máxima para os investidores globais", afirma Essle. Ele explica que este fator, juntamente com a eficiência dos processos legais e regulatórios, são os dois principais indicadores apontados pelos investidores para definir onde fazer investimentos diretos. A importância dessas questões sugere que os investidores estão cada vez mais focados em indicadores econômicos ao escolher onde investir.

IPCA: inflação ficou em 0,56% em março

A inflação do país ficou em 0,56% em março, após registrar 1,31% no mês anterior. Todos os grupos de produtos e serviços tiveram alta no mês, com destaque para Alimentação e bebidas, que acelerou de 0,70% para 1,17%, com impacto de 0,25 ponto percentual (p.p.) no índice geral. O acumulado dos últimos 12 meses passou para 5,48% em março, acima dos 5,06% do mês anterior. No ano, o IPCA acumula alta de 2,04%. Em março de 2024, a variação havia sido de 0,16%. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nessa sexta-feira pelo IBGE.

O grupo alimentação e bebidas respondeu por 45% do índice do mês. As principais altas foram no tomate (22,55%), café moído (8,14%) e ovo de galinha (13,13%), que juntos responderam por ¼ da inflação de março. O café moído já acumula uma alta de 77,78% nos últimos 12 meses.

Para o tomate, com o calor dos meses de verão, houve uma aceleração na maturação, levando a antecipação da colheita em algumas praças. Sem essas áreas de colheita em março, houve uma redução na oferta, trazendo pressão de alta sobre os preços. Para os ovos, houve aumento por conta do custo do milho, base da ração das aves, além de estarmos no período de quaresma, com maior demanda por essa proteína", explica Fernando Gonçalves, gerente da pesquisa.

Já o café moído acumula uma alta de 77,78% nos últimos 12 meses, "impulsionada pelo aumento do preço no mercado internacional dada a redução de oferta do grão em escala mundial, com a quebra de safra no Vietnã devido a adversidades climáticas, as quais também prejudicaram a produção interna", destaca o gerente. **Página 16**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,9464
Dólar Turismo	R$ 6,0900
Euro	R$ 6,6578
Iuan	R$ 0,8039
Ouro (gr)	R$ 612,72

ÍNDICES

IGP-M	
	-0,34% (março)
	1,06% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

O poder econômico, condicionador da política

Por Edoardo Pacelli

A situação do mundo diante da onda de tarifas desejada por Trump, vista, por exemplo, da Europa, é condicionada pelo fuso horário que alimenta o efeito de desorientação. Trump fala quando é noite na Europa. Acontece que o europeu vai dormir com um cenário e tem que perceber, ao acordar, que tudo mudou. Cada vez mais nós nos deparamos com antiamericanos ferrenhos, dispostos a dar crédito a Trump.

Enquanto isso, dos amigos históricos da América vêm condenações irrevogáveis. As tarifas aumentaram a incerteza — não porque, infelizmente, haja alguma dúvida de que Trump pretende cumprir suas promessas de campanha, mas porque levará quatro ou cinco meses para entender o resultado de sua aposta. Haverá negociação ou não? Um passo parcial para trás? E qual será o impacto da tarifa, mercadoria por mercadoria, produto por produto?

No arsenal da antiga república de Amalfi, há uma preciosa coleção de bússolas. Precisaríamos desesperadamente de uma dessas hoje, para determinar nossa relação com a América da era Trump. Uma ferramenta que ofereça alguns pontos de referência essenciais, para detectar perigos sem, no entanto, ter que mudar constantemente de rumo.

Há, em especial, um ponto cardeal que jamais deve ser perdido: lembrar que a vitória do magnata, favorecida pelos erros de seus adversários, trouxe à tona profundas convulsões na sociedade americana — convulsões ativas há muito tempo. Portanto, o comportamento de Trump pode certamente ser considerado imprevisível, mas não fruto do acaso.

> Elite busca governo imune à suposta ineficiência dos regimes democráticos

Entre as mudanças históricas que vieram à tona, está a crescente influência do poder econômico na política. As grandes empresas de tecnologia certamente não surgiram de improviso, tanto que, no passado recente, elas também apoiaram governos democratas. O que não tem precedentes é sua força, claramente superior à de muitos Estados – uma circunstância que nos leva a crer que o que está acontecendo na América é parte essencial de um desafio à democracia.

Porém, mesmo neste caso, não estamos diante de uma novidade absoluta. A democracia, ao longo da história, foi dada como morta e enterrada em muitas ocasiões. O que há de novo, se é que há algo, é que isso está acontecendo no Novo Continente. E aqui o resultado antidemocrático é indicado como uma solução inevitável e benéfica.

Hoje, de fato, a elite tecnocrática e libertária – de Peter Thiel, empresário estadunidense, cofundador do PayPal e da Palantir Technologies, investidor no Facebook e no Brasil, a Marc Andreessen, cofundador da Andreessen Horowitz ou a16z, um dos principais financiadores de capital de risco dos Estados Unidos – reivindica abertamente esse resultado para alcançar um governo imune à suposta lentidão e às ineficiências dos regimes democráticos.

A América de Trump, segundo a opinião de importantes economistas, pode, portanto, ser considerada o teatro de um choque entre "sedimentação institucional" e "ação individual" destinada a enfraquecê-la. O resultado, no entanto, está em aberto.

> Impossível prever qual será o papel dos Estados Unidos no novo cenário

Não há certeza alguma sobre como os eleitores americanos reagirão a essa tentativa. E não se deve esquecer que, nos Estados Unidos, as garantias do sistema democrático liberal residem, antes de tudo, na forma federal do Estado – que não garante que o que é decidido em nível central penetre automaticamente no corpo da nação.

Essas poucas coordenadas devem, portanto, aconselhar-nos a evitar tanto as fibrilações diárias quanto as determinações teológicas daqueles que presumem saber como as coisas terminarão. O que é necessário é uma abordagem empírica e orientada, que não esconda a dificuldade do momento.

É muito provável que o mundo, depois de Trump, não seja mais o mesmo. É impossível, no entanto, prever qual será o papel dos Estados Unidos no novo cenário.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus

A queda do Juscelino Filho e os Canais da Cidadania

Por Beto Almeida

Durante a Campanha Presidencial de 2022, num ato público em Brasília, uma equipe de diretores da TV Comunitária DF e da ABCCOM (Associação Brasileira dos Canais Comunitários) entregou ao presidenciável Lula uma carta reivindicando a implementação, finalmente, dos Canais da Cidadania, criados por uma lei sancionada pelo próprio presidente Lula, em 2006, mais tarde regulamentada pela presidenta Dilma Rousseff.

Os Canais da Cidadania fazem parte da lei que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital, são veículos municipais de televisão, com tecnologia digital, sinal aberto, distribuídos para as prefeituras que os desejarem implantar, mediante edital lançado, conforme a lei, pelo Ministério das Comunicações.

Cada prefeitura pode receber a concessão de um canal televisivo de alcance municipal, sendo que a tecnologia digital permite que ele se multiplique em 4 canais, sendo um para a prefeitura, um para a Câmara de Vereadores e dois para entidades da sociedade civil organizada mediante critérios definidos na própria legislação.

Indispondo-se com o seu potencial democratizante, Bolsonaro mandou sustar a distribuição de editais – por meio de portaria grosseiramente ilegal que atropelou a lei – embora já fossem 309 o número de prefeituras solicitantes do serviço de Canal da Cidadania. O candidato Lula se comprometeu com a implantação da nova modalidade municipal de televisão, especialmente após lembrado tratar-se de lei por ele mesmo sancionada.

> Serviço está incluído na Lei da TV Digital, assinada pelo próprio Lula

Entre as prefeituras solicitantes estão a de Niterói e a do Rio de Janeiro, cujo prefeito, Eduardo Paes, recebeu a Comissão de Canais da Cidadania da ABI e comprometeu-se a trabalhar politicamente por sua implantação, inclusive, se necessário, participar de Audiência Pública no Congresso Nacional para defender a TV municipal. Recordou ser obrigado a um gasto expressivo com comunicação televisiva para divulgação de atos da Prefeitura, além de se queixar de como foi alvo de manipulações informativas como a campanha "Não vai ter Copa", para a qual não dispunha de ferramentas informativas para se defender. Com o Canal da Cidadania isso muda, aumenta a taxa de circulação de informações de interesse público na sociedade.

Desde o início do Terceiro Governo Lula, o ministro Juscelino vinha tendo seu nome associado a denúncias de uso irregular de recursos públicos. Denúncias agora formuladas pela PGR, acarretaram sua demissão do cargo, mas, a dívida informativo cultural que o modelo elitista de comunicação brasileira acumula contra o seu próprio povo, apenas se avoluma. Os Canais da Cidadania, capazes de proporcionar um novo fluxo democrático de informações de natureza publica, seguem, até agora, já há mais de 2 anos da posse do novo governo, sem serem implantados. Inexplicavelmente.

> Comunicação seguirá sendo derrotada em sua missão constitucional?

Basta apenas a liberação dos editais às prefeituras solicitantes, ainda engavetados no Minicom. Será que a troca de ministro proporcionara a redução da dívida informativo cultural que se amplia contra os brasileiros, implantando-se os Canais da Cidadania, ou a comunicação pública brasileira seguirá, quase invisível e sem novidades relevantes, sendo derrotada diariamente em sua missão constitucional? A bola está com o presidente Lula, basta condicionar o convite ao novo ministro com a implantação dos Canais da Cidadania.

Beto Almeida, jornalista, é conselheiro da ABI.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Tarifas e mercado: rumo a um 'bailout'?

Na coluna anterior, comentamos o artigo "Guerra comercial moderna, ou como explodir o sistema financeiro mundial em três passos fáceis", escrito por Dennis Small para a EIR. Ele analisa os efeitos da política de imposição de tarifas pelo presidente dos EUA, Donald Trump. O texto é anterior ao recuo de Trump provocado pela crise no mercado financeiro, mas as conclusões permanecem.

Small aborda no artigo o argumento de Steve Miran ("um protegido do notório conselheiro econômico de Reagan, Martin Feldstein") e outros conselheiros de Trump de que o governo estadunidense quer provocar uma recessão intencional ("desintegração controlada?") nos EUA, forçando o Fed a reduzir drasticamente as taxas de juros, e os detentores estrangeiros e nacionais de dívida do Tesouro seriam levados a trocá-la por novos Century Bonds ("títulos de 100 anos!") a taxas de juros muito baixas ou zero.

[observação: o que se viu no mercado de títulos nesta semana foi exatamente o oposto do que seria o desejo dos conselheiros de Trump]

A tática levará a um renascimento da manufatura dos EUA, como alguns alegam? "Claro que não", analisa Small. "Como Hamilton deixou perfeitamente claro, tarifas protecionistas para indústrias nascentes só funcionam se você tiver: 1) crédito direcionado abundante fluindo para a manufatura e outras indústrias; e 2) avanço tecnológico para garantir o aumento da produtividade físico-econômica. Nos Estados Unidos hoje, trabalhando sob a bolha especulativa de US$ 2 quatrilhões de Wall Street e da City de Londres, você não tem crédito direcionado nem progresso tecnológico."

"A única coisa que estas políticas produzirão é uma desintegração controlada (ou não tão controlada), combinada com um resgate financeiro [*bailout*, no original] – a política de Londres", finaliza o articulista da EIR.

Bandidos de estimação

Ações das polícias Federal e Civil do Rio de Janeiro contra lavagem de dinheiro por traficantes e milicianos descobriram Pix enviados a várias contas de "laranjas". É um dos efeitos, ainda que não pretendido, dos opositores à medida da Receita de ampliar o controle sobre envio de Pix, proposta que combatia a sonegação e, como comprovado, a lavagem de dinheiro pela bandidagem.

Expansão asiática

Fundada em 1991, a Mei Mei, rede paulista de lanches asiáticos, deu início à sua operação no Rio de Janeiro com a inauguração de unidade franqueada no Barra Shopping. A 2ª loja será inaugurada no Shopping Rio Sul até o fim do 1º semestre.

São 40 unidades em São Paulo, e a meta é encerrar 2025 com até 10 unidades no Rio. A rede se prepara para abrir 15 unidades franqueadas por ano, no interior de São Paulo, Rio e Distrito Federal.

Rápidas

O Centro Universitário Anhanguera de Niterói oferece serviço gratuito para auxiliar pessoas físicas no preenchimento da declaração do IR 2025, até 28 de maio, às segundas e quartas-feiras, das 14h às 18h. Agendamento: (21) 99887-2750 *** A Recicla Latas, entidade para aperfeiçoamento da reciclagem de latas de alumínio, realizará nesta terça-feira (15), 9h, capacitação online gratuita para gestores públicos sobre a contratação legal de cooperativas de catadores para a coleta seletiva.

Relacionamentos abusivos também causam prejuízos financeiros

Acaba o amor e sobra o nome sujo no SPC

Por Gilmara Santos, especial para o Monitor

Enquanto alguns relacionamentos contribuem significativamente para o seu progresso e sucesso, outros podem ter um impacto negativo profundo, levando a consequências adversas consideráveis, inclusive financeiras. De acordo com o levantamento produzido pelo Instituto Opinion Box, 32% dos entrevistados já se endividaram, em algum momento da vida, por conta de um parceiro, e 25% revelam que já precisaram tomar crédito motivado pela pessoa amada.

Segundo a psicóloga clínica e jurídica Andreia Calçada, em geral, há mulheres com algum tipo de dependência emocional dessa relação e desse homem, o que está relacionado à baixa autoestima. "São mulheres que acabam se mantendo em um relacionamento muitas vezes abusivo sem perceber. Muitas não sabem, mas essa situação pode ser caracterizada como abuso patrimonial. Elas se endividam, não conseguem pagar e acabam ficando com o ônus e o nome sujo. Quando finalmente quitam a dívida, continuam no mesmo padrão, pois não conseguem mudar", explica Andreia.

Para a profissional, tudo depende de como esse tipo de relação se desenvolve. "É uma relação de dependência e codependência, uma maneira de tentar mantê-la. É algo disfuncional e abusivo, sim. Esse tipo de relacionamento geralmente acontece por causa da falta de uma base familiar ou de um suporte familiar. Não importa se a mulher tem dinheiro ou não. Se ela tem uma estrutura emocional forte e boa autoestima, isso não vai acontecer", comenta Andreia.

"É por esses motivos que temos visto com frequência muitas delas adotarem o estilo de vida Sugar e priorizarem conexões com homens bem-sucedidos e experientes, os Sugar Daddies, que estão dispostos a oferecer o melhor da vida. Essas mulheres estão cansadas de ter que dividir a conta, se privar do básico para si mesmas e lidar com parceiros imaturos que não as valorizam", comenta Caio Bittencourt, especialista em relacionamentos do Meu Patrocínio.

A pesquisa revela que:

- 25% das mulheres precisaram recorrer a empréstimos por causa de seus parceiros
- 20% tentaram conquistar alguém dando presentes que estavam fora do orçamento
- 15% compraram agrados para o parceiro, mas seus relacionamentos terminaram antes da entrega dos respectivos presentes

Marisa Rossignoli, conselheira do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP), destaca que há um percentual muito grande de mulheres endividadas por conta do relacionamento. "Pode ser um relacionamento que continua existindo ou muitas vezes é no fim do relacionamento, mesmo que ainda não bastasse as questões emocionais, ainda vem as questões financeiras", diz.

Ela reforça a importância de se manter uma autonomia financeira ao mesmo tempo que se dialogue sobre os gastos. "Às vezes o casal tem um nível de renda diferente, e é importante também ter isso aberto, ter isso transparente, ver com o que cada um pode contribuir e realmente qual o padrão de vida que pode se ter dentro daquela renda", explica Rossignoli.

"Claro que a gente não pode esquecer que esse endividamento pode ter sido por questões de subsistência, questões básicas, mas quando a gente pega esse percentual tão elevado, o que a gente entende é que de fato houve um descontrole nos gastos, e que isso precisa ser evitado sendo antes e tendo realmente um padrão de acordo com a renda. Pode ser que um dos dois aí, no caso do relacionamento, que um dos dois tenha um comportamento diferente no que se relaciona a gastos, a gastos de curto prazo comparativamente inclusive a uma poupança, um investimento", considera a conselheira do Corecon-SP.

Inflação médica supera IPCA

Com o avanço da inflação médica muito acima do IPCA — índice oficial da inflação no país —, os planos de saúde ficaram consideravelmente mais caros em 2025. A variação, que ultrapassou os dois dígitos em diversas operadoras, vem chamando atenção de empresas e consumidores, principalmente no momento de renovação contratual.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Planos de Saúde, a inflação médica hospitalar alcançou um aumento médio de 16,9% no último ano, enquanto o IPCA acumulado no mesmo período foi de 4,5%. A diferença não é novidade, mas os impactos ficaram mais visíveis em 2025 com os reflexos da pós-pandemia, maior demanda por atendimentos eletivos represados e uso crescente de tecnologias médicas de alto custo.

"A conta não fecha. O que as operadoras estão repassando agora é o resultado de um sistema que ficou mais caro para todos: exames mais sofisticados, tratamentos personalizados e um uso mais frequente do plano, inclusive de forma preventiva", explica Leandro Giroldo, CEO da corretora Lemmo.

Além disso, a judicialização da saúde também contribui para esse aumento. Decisões judiciais que obrigam o custeio de procedimentos fora do rol da ANS acabam sendo repassadas para todos os beneficiários, elevando o custo do sistema como um todo.

Para o setor corporativo, o impacto é ainda maior. "Muitas empresas que oferecem planos como benefício enfrentam dificuldades para manter os contratos sem repassar esse custo aos colaboradores ou buscar planos mais enxutos. É um dilema entre manter a atratividade do pacote de benefícios e equilibrar as contas", comenta Giroldo.

Já para os consumidores individuais e familiares, o reajuste pesa diretamente no orçamento mensal, em especial para idosos e pessoas com doenças crônicas, que não podem simplesmente abrir mão do plano.

A recomendação dos especialistas é buscar uma gestão mais estratégica do plano de saúde. "Negociar reajustes, revisar coberturas e estimular o uso consciente do plano são ações que podem ajudar empresas e famílias a manterem a assistência sem comprometer o orçamento", reforça Giroldo. Além disso, cresce o interesse por soluções alternativas como coparticipação, programas de prevenção e até o uso de dados para prever e controlar o uso do plano de forma mais eficiente.

Macaw Assessores de Investimentos - Ltda.
CNPJ/MF nº 14.402.751/0001-49 - NIRE nº 3523388497-1
Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Ficam convocados os Senhores Sócios da Macaw Assessores de Investimentos - Ltda. ("Sociedade"), conforme disposto na Cláusula 7ª do Contrato Social da Companhia e no artigo 1.072 da Lei 10.406 ("Código Civil"), para reunirem-se em Reunião Extraordinária de Sócios, a ser realizada, em primeira convocação, na data de 22 de abril de 2025, na sede da Sociedade, situada na Avenida Pedroso de Morais, nº 433, conjunto 91, 13º andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo, CEP 05419-000, às 10 horas, com a presença de sócios que representem no mínimo ¾ (três quartos) do capital social, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) exclusão extrajudicial do sócio **Erick Aparecido de Luna**, brasileiro, assessor de investimento, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.156.925 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 402.651.528-10, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pera Rosa, nº 47, Conjunto Habitacional Instituto Adventista, CEP 05868-280, detentor de 0,0005% do capital social da Sociedade, nos termos da Cláusula 17ª do Contrato Social da Sociedade e do art. 1.085 do Código Civil, em razão do abandono injustificado de suas atividades no âmbito da Sociedade, bem como da violação de cláusula contratual estabelecida em contrato firmado entre o sócio, a Sociedade e um terceiro, o que resultou na aplicação de multa de valor expressivamente elevado à Sociedade e prejuízo à sua reputação perante o mercado em que atua e seus clientes, comprometendo significativamente o regular desenvolvimento das atividades sociais, além de colocar em risco a continuidade da Sociedade, sendo assim configurada justa causa para a exclusão extrajudicial, conforme previsão contratual e legal. Será garantido ao respectivo sócio o direito ao contraditório e à ampla defesa durante a Reunião de Sócios. Em conformidade com o artigo 1.074 do Código Civil, a Reunião de Sócios será instalada, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes. Os sócios que não puderem comparecer na data e horário estabelecidos poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos, mediante a outorga de mandato que contenha a especificação clara dos poderes conferidos e dos atos autorizados. Na expectativa de contar com a presença e participação de V.S.as, subscrevemo-nos. São Paulo, 10 de abril de 2025. **Marcelo Rizzo Costa -** Administrador, **Paulo Botelho de Abreu -** Administrador.

VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

25ª edição do Comida di Buteco celebra a paixão pelo botequim

Na última quarta, dia 9 de abril, a imprensa do Rio foi convidada para o lançamento oficial de mais uma edição do Comida di Buteco, que completa 25 anos de existência no Brasil. Um projeto inédito que teve como motivação a valorização de uma das modalidades de entretenimento gastronômico mais populares do nosso país. Esses estabelecimentos, muitas vezes localizados nas esquinas dos bairros mais longínquos ou apertados entre os edifícios das grandes cidades, movimentam há anos um grande mercado.

São muitas pessoas envolvidas neste ofício do simples e prazeroso lazer popular. Os butecos funcionam e funcionaram como o ganha-pão de várias famílias, abertos diuturnamente para abrigar um público sedento de pequenas e renováveis porções de iguarias e alegrias. A cerveja gelada é a bebida mais apreciada, muitas vezes entremeada por goles de cachaça ou por opções mais sofisticadas que já chegam a alguns bares, como drinks e espumantes.

O Comida di Buteco nasceu no ano 2000, na cidade de Belo Horizonte, terra de notória presença dos butecos. O objetivo era resgatar e estimular a permanência dos butecos familiares e da cozinha raiz, tão importantes para a afirmação de nossa identidade cultural, mas que sempre podem ser ameaçados por formatos mais padronizados do lazer gastronômico. Uma comida raiz bem-feita é algo irresistível, que marca a memória de quem a experimenta. Na minha opinião, não é necessário inventar nem sofisticar muito — às vezes, o simples bem-feito é mais do que suficiente.

O Comida di Buteco é um concurso, e não um festival, que fomenta, por um conjunto de ações midiáticas e promocionais, a ida de um grande público a estabelecimentos antes só localmente frequentados. A partir daí, o envolvimento e a satisfação do público multiplicam a divulgação dos petiscos pelas redes sociais ou pelo famoso e eficiente "boca a boca". Pela soma de votos populares e de jurados, é eleito o melhor buteco da cidade. As notas vão de 1 a 10, considerando atendimento, temperatura da bebida, higiene e petisco. O petisco leva 70% do peso da nota, e as demais categorias, 10% cada uma. O voto do público vale 50% do peso total, e o dos jurados, 50%.

Comida di Buteco celebra 25

Prato do On Tap Pub na Tijuca

O evento, que dura cerca de 30 dias em sua primeira etapa, tem gerado muita receita extra aos estabelecimentos participantes e, em muitos casos, grande prestígio. São inúmeras as histórias de butecos pequenos que prosperaram graças ao projeto, que também acaba promovendo a elevação do padrão de qualidade do local quanto a quesitos que vão além do tira-gosto, mas que influenciam a experiência dos clientes e que são contabilizados na avaliação.

São 25 anos desde a sua fundação em BH e, no Rio, esta será a 18ª edição, que acontece entre 11 de abril e 11 de maio. Serão 132 butecos envolvidos, com muitos participantes veteranos e 20% de estreantes — margem de renovação da base de participantes de butecos pré-estipulada. Todo ano trabalham com algum conceito orientador, que pode exigir até a presença de algum ingrediente. O tema deste ano é "Paixão pelo Buteco", escolhido para exaltar os 25 anos do projeto e que tem como protagonista o buteco raiz. Cada lugar vai escolher a sua forma de expressar essa paixão, sem restrições de formatos.

Assim como no ano passado, serão eleitos três campeões de distintos circuitos do Rio de Janeiro: Melhor Buteco da Baixada Fluminense, Melhor Buteco de Niterói e Melhor Buteco do Rio de Janeiro. E o valor do petisco é nivelado em R$ 35 em todo o país. Posteriormente, os vencedores de cada circuito serão reavaliados por um corpo de jurados para a eleição do MELHOR BUTECO DO BRASIL, a ser anunciado em festa realizada em São Paulo, no mês de julho. O campeão nacional do Comida di Buteco de 2024 é carioca: Bar Peixaria Divina Providência, em Irajá.

Confira a lista de butecos participantes e respectivos petiscos no site do Comida di Buteco:
http://www.comidadibuteco.com.br/rio-de-janeiro
Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online.
Instagram: @miriamaguiar.vinhos
Blog: https://miriamaguiar.com.br/blog

Páscoa: 21% dos que ganham até um salário mínimo já fizeram compras

A maior parte dos brasileiros (52%) tem intenção de comprar ovos de Páscoa este ano. Os gastos médios com os chocolates em geral, devem ficar em R$ 59. Em média, cada consumidor deseja comprar três produtos. Os dados são da pesquisa "A paixão do brasileiro pelo chocolate", feita pela Nexus e divulgada nesta sexta-feira.

Segundo o estudo quatro em cada 10 brasileiros (43%) nunca compraram sequer um ovo de Páscoa. Paralelamente, 37% disseram adquiriram sempre o produto e outros 19%, às vezes.

O preço alto foi o principal motivo apontado para não comprar ovos ou outros tipos de chocolate para 36% dos entrevistados. O valor do produto foi o dado mais relevante entre os mais jovens (43% na faixa etária de 18 a 24 anos).

A pesquisa mostrou, ainda, que o hábito de consumir ovos de chocolate todos os anos é mais comum entre moradores da Região Sudeste (40%), com idades entre 35 e 40 anos (44%), renda familiar acima de cinco salários mínimos (49%) e filhos menores de 18 anos (50%).

O levantamento revela, também, que 18% entre aqueles 52% que desejam comprar ovos de Páscoa neste ano já foram ao comércio. Os que ainda vão às compras até o domingo de Páscoa (20 de abril) somaram 34%.

Ainda de acordo com o estudo é que 21% das pessoas com renda familiar até um salário mínimo já compraram seus produtos. E 45% entre os com maior renda (acima de cinco salários mínimos) ainda não adquiriram nem ovos ou chocolates para a Páscoa.

Além disso, a pesquisa mostra, ainda, que 45% entre os que desistiram de comprar ovos este ano, quase metade (21%) tenciona adquirir outros tipos de chocolate, sendo que 27% não planejam nenhuma aquisição do tipo.

A pesquisa consultou 2 mil pessoas em todo o país, com idades a partir de 18 anos, entre os dias 27 e 31 de março de 2025. A margem de erro é de dois pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.

Já de acordo com a Kantar, a Páscoa representa uma oportunidade estratégica para o varejo brasileiro, impulsionando as vendas no início do segundo trimestre. Conforme o estudo, entre março e abril do ano passado, o volume de comercialização de chocolates cresceu 15% em relação a 2023. Já para este ano, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) projeta um crescimento entre 8% e 12% nas vendas em comparação a 2024.

Para alcançar esses resultados, varejistas vêm adotando estratégias para atrair consumidores tanto para lojas físicas quanto para plataformas de e-commerce.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Nielsen, 65% dos consumidores compraram seus produtos de Páscoa via e-commerce em 2024. A previsão para este ano é que essa participação ultrapasse 70%. Além disso, transações realizadas por dispositivos móveis, como smartphones e tablets, devem representar mais de 45% do total das compras para o período.

O e-commerce também está na preferência de quem deseja festejar a Páscoa. Conforme os dados da Nielsen, além dos tradicionais ovos de chocolate, outros produtos como cestas temáticas, kits de presentes personalizados e artigos de decoração devem ter impacto nas vendas online, com um aumento estimado de 20% comparado ao desempenho de 2024.

Turismo nacional cresceu 5,5% e faturou R$ 20,5 bi em janeiro

Em janeiro, o turismo brasileiro faturou R$ 20,5 bilhões, de acordo com a pesquisa Faturamento do turismo Nacional, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP). O setor cresceu 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado, registrando recorde para o mês.

De acordo com a entidade, apesar do encarecimento do crédito em decorrência do aumento da taxa de juros, o turismo nacional segue em um ritmo forte de crescimento. No entanto, o mercado de trabalho e o ganho real de renda precisam seguir aquecidos, já que são fatores fundamentais para a manutenção das programações de viagens a lazer.

Frente ao crescimento da economia em 3,4%, conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), espera-se um estímulo nos setores, impulsionando o turismo corporativo, com empresas já programando eventos, congressos e feiras ao longo do ano. Isto é, a dinâmica econômica do ano passado deve sustentar altas importantes durante 2025.

Com exceção das atividades culturais, recreativas e esportivas, que apresentaram leve recuo de 1,5%, todos os segmentos analisados no levantamento obtiveram crescimento anual. O destaque ficou por conta do segmento de alimentação, que registrou alta de 9,2% e um faturamento de pouco mais de R$ 3 bilhões. O aumento nos preços de alimentos, como carnes, ovos e café, refletiu nos preços dos cardápios, gerando um efeito positivo no faturamento geral de bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

As agências de viagens, operadores e outros serviços turísticos também registraram alta relevante, com crescimento anual de 9%, atingindo um faturamento de R$ 1,45 bilhão. O valor é o maior para o mês desde 2014, mesmo considerando a inflação acumulada no período, o que demonstra que a demanda no médio prazo continua presente. No segmento alojamento, houve alta de 7,8%, com um faturamento de R$ 3,2 bilhões – o maior nível de toda a série histórica. Nesse caso, além da demanda, o encarecimento também contribuiu para o resultado. Segundo o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (Fohb), o setor registrou um acréscimo médio de 9,9% na diária.

Já a tarifa média dos bilhetes aéreos seguiu praticamente inalterada em comparação com janeiro do ano passado, indicando que a expansão de 7,5% no faturamento do transporte aéreo decorre, em grande parte, da forte demanda. O setor registrou R$ 5,3 bilhões em receita, sendo também um recorde para o mês. De acordo com a Agência Reguladora, o número de passageiros transportados foi o maior para o mês desde 2020. Por outro lado, a locação de meios de transporte, que vinha se destacando, apresentou variações mais modestas. Em janeiro, houve um aumento de 1,6%, com faturamento de R$ 2,6 bilhões. Contudo, nesse caso, é preciso considerar a base de comparação elevada: em janeiro do ano passado, o crescimento foi de 20,8%, e no mesmo mês de 2023, de 35,9%. A despeito da variação mais baixa, o faturamento alcançou o maior valor para o mês na série histórica.

O transporte aquaviário, por sua vez, registrou alta anual de 3,9%, com um faturamento de R$ 375 milhões. Por fim, o transporte rodoviário obteve alta de 2%, após recuo de 10,5% em janeiro do ano passado. O aumento médio nos preços das passagens de ônibus interestaduais pode ter contribuído para esse resultado, subindo 8,34% nos últimos 12 meses.

As maiores variações foram observadas nos estados de Goiás, com aumento de 11,8%; do Espírito Santo, com alta de 11,7%, e da Bahia, com elevação de 11,4%, beneficiados pela procura por praias e parques durante as férias escolares do começo do ano.

O turismo em Santa Catarina cresceu 8,7%, fortemente influenciado pela desvalorização do real frente ao peso argentino. Essa conjuntura trouxe mais pessoas do país vizinho para o Sul do País. Para se ter uma ideia, no varejo, os supermercados catarinenses e gaúchos foram os que apresentaram as maiores variações no mês, de acordo com o IBGE. Contudo, as atividades turísticas no Rio Grande do Sul registraram queda de 5,7%, com a região serrana ainda se recuperando das enchentes de maio passado. Já São Paulo, com o maior faturamento, de pouco mais de R$ 5 bilhões, apontou crescimento de 5,8%.

As quedas mais expressivas foram observadas em Rondônia (-15,4%), no Acre (-10,3%) e no Mato Grosso (-9,3%).

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Foresea S.A. | CNPJ/MF Nº 37.964.448/0001-35

Foresea

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das principais notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.
A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 – Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.541	131.144	152.998	164.674
Aplicação financeira		-	-	-	2
Contas a receber	5	147.822	124.120	147.822	124.120
Tributos a recuperar	6	93.585	52.242	93.585	52.242
Adiantamentos a fornecedores		36.570	19.359	37.378	20.349
Despesas antecipadas		1.077	882	1.077	882
Partes relacionadas		150.509	90.296	161.865	98.245
Outros ativos		2.472	5.928	2.475	7.110
Total circulante		449.576	423.971	597.200	467.624
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas		-	-	-	204.250
Direito de uso	7 a	13.082	15.630	13.082	15.630
Outros ativos		3.622	3.960	3.622	3.960
		16,704	19.590	16.704	223.840
Investimentos	8	148.300	324.972	-	-
Intangível		38.168	49.912	38.168	49.912
Imobilizado		12.508	15.231	12.508	15.231
Total não circulante		215.680	409.705	67.380	288.983
Total do ativo		665.256	833.676	664.580	756.607

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Circulante					
Passivo de arrendamento	7 b	4.002	3.066	4.002	3.066
Fornecedores		82.964	110.154	94.672	125.799
Tributos a recolher	6	30.850	30.287	30.850	30.377
Obrigações sociais e trabalhistas		118.145	85.165	118.145	86.139
Partes relacionadas		15.618	15.963	3.234	15.963
Provisões		1.640	3.613	1.640	3.613
Outros passivos		20	17	20	160
Total circulante		253.239	248.265	252.563	265.117
Não circulante					
Passivo de arrendamento	7 b	10.614	13.315	10.614	13.315
Provisão para contingências	9 a	17.037	13.993	17.037	13.993
Partes relacionadas		-	93.921	-	-
Total não circulante		27.651	121.229	27.651	27.308
Patrimônio líquido					
Capital social		13.600	12.600	13.600	12.600
Reserva de capital		640.615	533.115	640.615	533.115
Ajuste de avaliação patrimonial		28.229	(10.429)	28.229	(10.429)
Prejuízo acumulado		(298.078)	(71.104)	(298.078)	(71.104)
Total do patrimônio líquido		384.366	464.182	384.366	464.182
Total do passivo e patrimônio líquido		665.256	833.676	664.580	756.607

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Operações continuadas					
Receita líquida	10	1.531.528	1.325.377	1.667.156	1.424.245
Custo dos serviços prestados	11	(1.393.485)	(1.276.408)	(1.531.461)	(1.376.449)
Lucro bruto		138.043	48.969	135.695	47.796
Despesas gerais e administrativas		(129.824)	(99.633)	(132.423)	(102.264)
Participação no resultado de controladas		(2.986)	(7.772)	-	-
Outras receitas operacionais		(29.194)	464	(29.188)	464
Resultado operacional		(23.960)	(57.972)	(25.916)	(54.004)
Despesas financeiras		(13.179)	(19.442)	(15.813)	(25.376)
Receitas financeiras		20.372	10.620	24.961	12.586
Resultado financeiro, líquido		7.193	(8.822)	9.148	(12.790)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		(16.767)	(66.794)	(16.767)	(66.794)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		-	(2.080)	-	(2.080)
Prejuízo do exercício		(16.767)	(68.874)	(16.767)	(68.874)
Prejuízo básico por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia – em reais		(1.232,87)	(5.466,19)		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	2.200	246.360	3.717	(2.230)	250.047
Aumento de capital e reserva de capital	10.400	286.755	-	-	297.155
Prejuízo do exercício	-	-	-	(68.874)	(68.874)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	-	-	(15.440)	-	(15.440)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	1.294	-	1.294
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(14.146)	(68.874)	(83.020)
Em 31 de dezembro de 2023	12.600	533.115	(10.429)	(71.104)	464.182
Aumento de capital e reserva de capital	1.000	107.500	-	-	108.500
Transações com acionistas	-	-	-	(210.207)	(210.207)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.767)	(16.767)
Baixa de ajuste de conversão de moeda de controlada no exterior por venda	-	-	(1.196)	-	(1.196)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	-	-	39.854	-	39.854
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	38.658	(16.767)	(21.891)
Em 31 de dezembro de 2024	13.600	640.615	28.229	(298.078)	384.366

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Prejuízo do exercício	(16.767)	(68.874)	(16.767)	(68.874)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	39.854	(15.440)	39.854	(15.440)
Baixa de ajuste de conversão de moeda de controlada no exterior por venda	(1.196)	-	1.196	-
Hedge de fluxo de caixa	-	1.294	-	1.294
Total do resultado abrangente do exercício	21.891	(83.020)	21.891	(83.020)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(16.767)	(66.794)	(16.767)	(66.794)
Participação no resultado de controladas	2.986	7.772	-	-
Depreciação e amortização	19.603	13.613	19.603	13.894
Baixa por incorporação	-	7	-	-
Provisão para contingências	3.044	13.993	3.044	13.993
Provisões	(1.973)	3.613	(1.973)	3.613
Resultado financeiro, líquido	(3.699)	(220)	1.044	1.319
	3.194	(28.016)	4.951	(33.975)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(23.702)	(52.894)	(23.702)	(52.894)
Tributos a recuperar	(41.343)	(22.858)	(41.343)	(22.858)
Despesas antecipadas	(195)	(882)	(195)	(882)
Partes relacionadas	(236.016)	(72.391)	(82.306)	(74.970)
Adiantamento a fornecedores	(17.211)	(8.965)	(17.029)	(9.752)
Outros ativos	3.794	(7.291)	4.973	(8.473)
Fornecedores	(27.190)	85.097	(31.127)	96.932
Tributos a recolher	563	9.635	473	9.721
Obrigações sociais e trabalhistas	32.980	(1.067)	32.006	(93)
Outros passivos	3	(21)	(140)	122
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações	(305.123)	(99.653)	(153.439)	(97.122)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação financeira	-	8.688	2	8.686
Adições de investimentos	(5.016)	(105.589)	-	-
Venda de investimentos	8.349	-	-	-
Adições de ativo imobilizado	(1.043)	(16.930)	(1.043)	(16.930)
Adições de ativo intangível	-	(1.633)	-	(1.633)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2.290	(115.464)	(1.041)	(9.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
De terceiros				
Pagamento de passivo de arrendamento	(5.550)	(2.793)	(5.550)	(2.793)
Partes relacionadas	86.280	78.321	-	-
Dos acionistas				
Aumento de capital	1.000	10.400	1.000	10.400
Aumento de reserva de capital	107.500	232.100	107.500	232.100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	189.230	318.028	102.950	239.707
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	-	-	39.854	1.770
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(113.603)	102.911	(11.676)	134.478
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131.144	28.233	164.674	30.196
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.541	131.144	152.998	164.674

Transação não caixa - 2024: Controladora e Consolidado
- (i) Adição de direito de uso no montante de R$ 1.545 em contrapartida a passivo de arrendamento. **Transação não caixa - 2023: Controladora e Consolidado**
- (i) Partes relacionadas no montante de R$ 973 em contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial (*hedge* de fluxo de caixa). (ii) Adição de intangível no montante de R$ 54.655 em contrapartida a reserva de capital. (iii) Adição de direito de uso no montante de R$ 17.855 em contrapartida a passivo de arrendamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações corporativas: 1.1 Informações da Companhia - A Foresea S.A. ("Foresea S.A." ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro (Brasil), foi constituída em 29 de junho de 2020, inicialmente denominada como Ocyan Drilling S.A.. A Companhia é controlada pela AIAS Holding GmbH ("AIAS"), tendo como controladora final a Foresea Holding S.A. ("Foresea"), sendo localizadas em Viena (Áustria) e na Cidade de Luxemburgo (Luxemburgo), respectivamente. A Foresea é a empresa líder do Grupo Foresea ("Grupo"). A Foresea S.A. e suas controladas atuam na prestação de serviços de operação de unidades próprias do Grupo ou de terceiros destinados à exploração, desenvolvimento e produção de poços de petróleo e gás, bem como locação de equipamentos diversos aplicados nas atividades relacionadas com a exploração e a produção de petróleo e gás. São cinco as unidades próprias no Grupo com contratos atuais de operação com a Companhia, como o Petróleo Brasileiro S.A ("Petrobras"), além de contratos com terceiros, como a PetroRio Jaguar Petróleo Ltda ("PetroRio").**1.2 Reestruturação financeira -** Em 2017, a Ocyan S.A. ("Ocyan"), prestadora de serviços do setor de Petróleo e Gás, realizou uma reestruturação financeira na qual suas dívidas *Bonds 2021 & 2022* foram divididas em duas tranches. *Tranche 1* com vencimentos em 2021 e 2022, *Tranche 2* com vencimento em 2026 com pagamento em espécie ("*PIK*") que aumentou o montante da dívida ao longo do tempo. Portanto, a Ocyan negociou uma proposta com um grupo representativo de credores do *Bond 21* e *Bond 22* (o "*Grupo Ad Hoc*"). Em 12 de dezembro de 2022, as subsidiárias da Ocyan, incluindo a Foresea S.A. e as subsidiárias desta, listadas abaixo na Nota 1.3, relacionadas ao negócio de perfuração, celebraram contratos com o *Grupo Ad Hoc*. De acordo com os contratos mencionados, tais subsidiárias e os credores concordaram em (i) reestruturar o perfil da dívida e a estrutura de capital das subsidiárias, (ii) efetuar uma reestruturação organizacional do negócio de perfuração das empresas envolvidas, e (iii) fornecer novos recursos para apoiar a liquidez do empreendimento reorganizado. De acordo com o Plano RE, a *Tranche 2* do *Bond 21* e do *Bond 22* foi trocada principalmente por participação acionária em uma nova holding domiciliada em Luxemburgo (Foresea) para a qual o Negócio de Perfuração (incluindo o patrimônio nas Subsidiárias) foi transferido, e novas ações emitidas pela Foresea (as "Novas Notas"). O Plano RE entrou em vigor em 7 de junho de 2023 (a "Data Efetiva") após todas as condições precedentes do Plano RE terem sido satisfeitas e todos os atos de fechamento contemplados nele devidamente executados. O processo abrangente de redução de dívida efetuado através do Plano RE garante ao Grupo solida liquidez, fortalece a sua posição financeira de curto e longo prazo e permite aproveitar as oportunidades disponíveis na indústria de Petróleo e Gás. **1.3 Informações das subsidiárias**

	País	Participação direta e indireta no capital social (%) 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Controladas diretas			
Foresea Drilling Services Ltd	Ilhas Cayman	100	100
Foresea United United Kingdom Ltd	Reino Unido	-	100

Em 31 de dezembro de 2024, a Foresea S.A. possui a seguinte empresa controlada e com participação direta: (i) Foresea Drilling Services Ltd. ("FDSL") - constituída em 19 de novembro de 2020 e sediada nas Ilhas Cayman. A empresa é controlada pela Foresea S.A. e tem como atividade a prestação de serviços relacionados ao setor de óleo e gás no exterior. **2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Demonstrações financeiras consolidadas -** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo International *Accounting Standards Board (IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. (b) **Demonstrações financeiras individuais -** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferirem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas e individuais, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais "R$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Vida útil do imobilizado -** Os valores contábeis dos equipamentos são baseados em estimativas, premissas e julgamentos sobre sua vida útil. Estas estimativas, premissas e julgamentos refletem as expectativas da administração em relação ao uso dos equipamentos. Os equipamentos são depreciados pelo método linear. **(b) Provisão para contingência -** O Grupo avalia e reconhece, quando aplicável, provisão para causas trabalhistas, cível e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Recursos em conta corrente e em caixa (R$)	17.171	3.959	17.171	3.959
Recursos em conta corrente e em caixa (US$)	-	-	122.314	23.775
Depósitos bancários (R$)	370	127.185	370	127.185
Depósitos bancários (US$)	-	-	13.143	9.755
	17.541	131.144	152.998	164.674

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos bancários de curto prazo estão representados principalmente por operações pós fixadas em Compromissadas de curto prazo, com resgate em período inferior a noventa dias da data de contratação, denominadas em reais e em dólares norte-americanos. **5 Contas a receber:** Contas a receber referem-se a valores a receber por contratos de prestação de serviços relativos às unidades de perfuração utilizadas na exploração de petróleo e gás no Brasil, com prazo de recebimento inferior a 365 dias. Historicamente, não houve inadimplência nas contas a receber ou atrasos nas cobranças. Nossos principais clientes são grandes multinacionais que atuam no setor de petróleo e gás e o principal cliente, a Petrobras, possui classificação de grau de investimento atribuído pelas principais agências de rating e foi avaliado: *Fitch* "BB", *Standard & Poor's* "BB" e *Moody's* "Ba1".
6 Tributos a recuperar e a recolher: (a) Tributos a recuperar

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar (i)	57.332	35.885	57.332	35.885
PIS e Cofins (ii)	35.686	16.036	35.686	16.036
Outros	567	321	567	321
	93.585	52.242	93.585	52.242

(i) Os valores de impostos a recuperar estão principalmente associados a retenções sobre faturas efetuadas por clientes, seguindo as regras fiscais aplicáveis e o crescimento de um ano para o outro, deve-se aos novos contratos operacionais iniciados em 2023 e 2024. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o total do PIS e COFINS a recuperar refere-se a um crédito tributário realizável mediante processo de compensação e restituição junto à Receita Federal do Brasil. **(b) Tributos a recolher**

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Imposto de renda e contribuição social	16.185	15.786	16.185	15.876
ISS	5.826	6.154	5.826	6.154
PIS e Cofins	6.316	5.606	6.316	5.606
Outros	2.523	2.741	2.523	2.741
	30.850	30.287	30.850	30.377

7 Direito de uso e passivo de arrendamento: Em 2023, a Companhia contabilizou como direito de uso: (i) o contrato de aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 997m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia no Rio de Janeiro; (ii) o contrato de aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 3.150m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia em Macaé; (iii) o contrato de aluguel, em Macaé, de uma área de 5.000m² de área coberta, para utilização de base operacional com escritórios e estações de trabalho e área de 25.000m² de área externa. Todos os contratos mencionados acima, celebrados em 2023, a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do espaço específico do edifício, assim como possibilita o direcionamento do seu uso. Como contrapartida, a Companhia tem a obrigação de realizar pagamentos mensais conforme estabelecido no contrato. Com relação ao passivo de arrendamento, a Companhia mensurou ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros da Companhia, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados. a) Segue abaixo a movimentação da conta de direito de uso:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo início do exercício	15.630	-
Adição referente a contratos de aluguel	1.545	17.855
Depreciação do exercício	(4.093)	(2.225)
Saldo ao final do exercício	13.082	15.630
Custo	19.400	17.855
Depreciação acumulada	(6.318)	(2.225)
Saldo líquido ao final do exercício	13.082	15.630

b) Segue abaixo a movimentação da conta de passivo de arrendamento:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Saldo início do exercício	16.381	-
Adições referente a contrato de aluguel	1.545	17.855
Juros sobre passivo de arrendamento	2.240	1.319
Pagamentos efetuados	(5.550)	(2.793)
Saldo ao final do exercício	14.616	16.381
Passivo circulante	4.002	3.066
Passivo não circulante	10.614	13.315
Total	14.616	16.381

8 Investimentos:

Subsidiárias em 2024	1º de janeiro de 2024	Capital Adicionado	Perdão Dívida (i)	Baixa por venda	Equivalência Patrimonial	CTA	31 de dezembro de 2024
FDSL	321.165	-	(210.207)	-	(1.091)	38.433	148.300
FDUK	3.807	5.016	-	(8.349)	(1.895)	1.421	-
	324.972	5.016	(210.207)	(8.349)	(213.193)	39.854	148.300

Subsidiárias em 2023	1º de janeiro de 2023	Capital Adicionado	Incorporação	Equivalência Patrimonial	CTA	31 de dezembro de 2023
FDSL	242.572	99.515	-	(5.707)	(15.215)	321.165
FDUK	-	6.074	-	(2.042)	(225)	3.807
ODN I Perfurações	30	-	(7)	(23)	-	-
	242.602	105.589	(7)	(7.772)	(15.440)	324.972

(i) Em março de 2024, foi dado um perdão de dívida ("*waiver*") referente a um recebível entre a FDSL e a ODN Holding GmbH, no montante acima, equivalente a US$ 42.189 mil.
9 Provisões e Contingências: Controladora e Consolidado - (a) Provisões - Após a reestruturação societária realizada em 7 de junho de 2023 (vide Nota 1.2), em acordo com a empresa atualmente como parte relacionada Ocyan S.A., o Grupo passou a ser responsável por todos os processos e obrigações relacionados ao negócio de perfuração. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconhece o montante de R$ 17.037 (R$ 13.993 em 31 dezembro de 2023), relativo as seguintes provisões:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Trabalhistas	14.859	12.411
Cíveis	2.178	1.582
	17.037	13.993

(b) Contingências - A Companhia também possui processos trabalhistas, cíveis e tributários, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nenhuma provisão foi contabilizada no valor estimado de R$ 36.255 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 15.104 em 31 de dezembro de 2023). Por outro lado, a Companhia também possui processos fiscais, nos quais aparece como autor. A administração estimou o valor em aproximadamente R$ 36.350 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.112 em 31 de dezembro de 2023). Nenhum ativo contingente foi reconhecido na data do balanço.
10 Receita líquida: A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Receita bruta	1.664.493	1.426.908	1.800.121	1.525.801
Impostos sobre a receita	(132.965)	(101.531)	(132.965)	(101.556)
Receita líquida	1.531.528	1.325.377	1.667.156	1.424.245

11 Custo dos serviços prestados:

	Controladora 31 de dezembro de 2024	Controladora 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2024	Consolidado 31 de dezembro de 2023
Pessoal	(664.727)	(546.780)	(682.424)	(559.589)
Serviços de terceiros	(538.975)	(549.558)	(593.377)	(579.118)
Materiais, energia e outros	(128.117)	(135.043)	(191.106)	(190.659)
Depreciação e amortização	(15.708)	(11.416)	(15.708)	(11.697)
Outros custos	(45.958)	(33.611)	(48.846)	(35.386)
	(1.393.485)	(1.276.408)	(1.531.461)	(1.376.449)

12 Eventos subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
13 Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração e autorizada sua emissão em 08 de abril de 2025.

DIRETORIA: Rogerio Luis Murat Ibrahim; Patricia Perez Ruiz Sayao; Mario Luiz Nano Gomes; Carolina Ferreira Caetano da Silva Lemos; Heitor Luiz Gioppo
CONTROLLER: Rafael Santos Velo
CONTADORA: Juciane Pereira da Silva Cavaleiro - CRC-RJ 112422/O

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório do Auditor Independente, estão publicadas e disponíveis, na íntegra, para consulta no site deste jornal Monitor Mercantil – "publicidadelegal.monitormercantil.com.br"

Assine o jornal **Monitor Mercantil** (21) 3849-6444

Percepções das empresas não financeiras devem ser levadas em conta

Diretor do BC: elas influenciam a dinâmica da atividade econômica

"As percepções e as expectativas são elementos cruciais no processo de tomada de decisão das empresas não financeiras e (produtoras de bens e serviços) devem ser levadas em consideração pelos bancos centrais, tendo em vista que influenciam a dinâmica da atividade econômica e da formação de preços de bens e serviços e, por conseguinte, a inflação", ressaltou Diogo Guillen, diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen.

Nesta sexta-feira, ele participou como convidado da reunião do Conselho Empresarial de Economia da Firjan. Guillen falou sobre conjuntura atual, as perspectivas da economia brasileira para 2025, política monetária e o cenário econômico mundial neste momento.

Incerteza no câmbio

O diretor do BC argumentou que vive-se um momento de incertezas, fortalecido pelo tarifaço do governo americano e suas variações. "Há incertezas no câmbio, no petróleo, há incerteza global. Recentemente o Brasil até se beneficiou disso vendendo muita soja para China", citou.

Segundo ele, a métrica da incerteza pode ser medida pelas notícias dos jornais sobre política comercial. "Neste momento, como contar com cadeias de produção que passam ou não pelos EUA?", questiona, salientando que, diante deste quadro, começam ocorrer reduções de investimentos com esse choque tarifário e fica difícil traçar perspectivas para a economia em 2025".

Guillen também falou sobre a pesquisa Firmus, do Banco Central, que tem como objetivo captar a percepção de empresas não financeiras sobre a situação de seus negócios e sobre variáveis econômicas que influenciam suas decisões.

O levantamento é realizado trimestralmente e os resultados divulgados ao público, mas garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações individuais das empresas. As coletas são realizadas em fevereiro, maio, agosto e novembro. Os resultados são, tipicamente, divulgados ao público até o final do mês subsequente à coleta.

Conselho

A reunião marcou a chegada do novo presidente do Conselho de Economia da Firjan, Júlio César Talon. Ele destacou a intenção de priorizar uma conexão entre os conselhos da Casa, como o de Infraestrutura e Relações Internacionais, por partilharem temas pertinentes ao ambiente econômico. "Me coloco à disposição de todos demais conselhos para que possamos caminhar e identificar pautas e junto ao corpo técnico da Firjan promover a defesa dos interesses da indústria fluminense", ressaltou o empresário, também vice-presidente da Firjan CIRJ, enfatizando a necessidade de se falar sobre o momento atual da economia brasileira e, também, das perspectivas no cenário mundial.

Leader tem falência decretada pela Justiça do RJ decreta

A Justiça do Estado do Rio de Janeiro decretou a falência das empresas do Grupo Leader, tradicional rede de lojas de departamento do estado. Segundo a decisão, a empresa não cumpriu as obrigações estabelecidas pelo plano de recuperação judicial, aprovado pela Assembleia Geral dos Credores em maio de 2021, quando já acumulava uma dívida de R$ 1,2 bilhão.

"O compromisso assumido frente ao Judiciário não foi cumprido, demonstrando, ao contrário do que se propusera, verdadeira inviabilidade econômica da empresa", destacou o juiz Leonardo de Castro Gomes, da 3ª Vara Empresarial da Capital, na decisão.

O magistrado escreveu ainda que, durante o processo de recuperação judicial, foram concedidas várias oportunidades ao Grupo para que ele pudesse cumprir as obrigações estabelecidas pelo plano de recuperação, mas todas foram em vão.

"O que se vê nestes autos é que todo o fôlego judicialmente concedido à requerente foi em vão, não se podendo mais permitir que ela permaneça sob a chancela judicial a praticar atos econômicos desordenadamente no mercado, criando prejuízos que podem afetar a credibilidade dos sistemas judicial e econômico."

O Grupo Leader foi fundado em 1951, no município de Miracema, no noroeste fluminense, com lojas espalhadas na capital e em vários estados do país. Em 2018, chegou a ter 104 lojas espalhadas, principalmente, no estado do Rio de Janeiro, além de filiais em Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe. A Agência Brasil ficou aguardando o posicionamento do Grupo Leader sobre a decisão.

Selic: registro de operações de intermediação em lote no será desativado

Em 30 de maio, após o fechamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), será desativado o modelo antigo de registro das operações de intermediação com mais de um vendedor ou comprador (1 para N ou N para 1, com o "N" limitado a cinco). A partir dessa data, o recurso deverá ser utilizado apenas na plataforma do Pre-matching.

O Selic é o sistema responsável pelo registro e liquidação de negócios com títulos públicos federais do Tesouro Nacional. É administrado pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab) do Banco Central, com apoio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), há 45 anos.

A plataforma Pre-Matching realiza a checagem das negociações entre as instituições financeiras com títulos públicos federais antes do registro no Selic, processo conhecido como batimento das operações.

A ferramenta poupa tempo das instituições, que antes precisavam fazer esse processo por telefone ou por e-mail. O registro no Pre-matching pode ser feito via web ou por meio de APIs disponíveis no portal de desenvolvedores Selic Conecta.

"O novo modelo, implementado no Pre-matching em dezembro de 2024, incorporou uma série de melhorias e inovações que foram amplamente debatidas com o mercado", afirma Francisco Vidinha, superintendente do Selic junto a Anbima.

Brasil e China trocam impressões alterações tarifárias

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, conversou, nesta sexta-feira, com o ministro do Comércio da China, Wang Wentao, em torno da agenda econômica e comercial entre os países e "trocaram impressões sobre as alterações tarifárias em curso no cenário internacional".

"Convergiram na defesa do multilateralismo e do sistema internacional de comércio baseado em regras, com o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC)", diz nota da assessoria de Alckmin.

Nesta sexta-feira, a China aumentou suas tarifas sobre as importações dos EUA para 125%, em resposta à decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de elevar os impostos sobre produtos chineses para 145%, intensificando as apostas em uma guerra comercial que ameaça afetar as cadeias produtivas de suprimentos globais.

A China é a segunda maior economia do mundo e a segunda maior fornecedora de produtos aos EUA. Ao mesmo tempo do aumento adicional aplicado aos chineses, Trump suspendeu, por 90 dias, a maioria das tarifas recíprocas imposta a dezenas de outros países.

O vice-presidente e o ministro chinês trataram também sobre as oportunidades e complementaridades das economias dos dois países. Eles ainda discutiram sobre a próxima reunião de ministros de Comércio do Brics, marcada para o mês de maio. Atualmente, a presidência do bloco é exercida pelo Brasil.

Segundo a Agência Brasil, a China é importante parceiro econômico do Brasil, e os dois países mantêm diálogo estratégico. Uma das principais instâncias de atuação é a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), presidida pelos vice-presidentes dos dois países. A videoconferência desta sexta-feira ocorreu a pedido do ministro chinês.

CVM alerta: atuação irregular envolvendo duas empresas no mesmo dia

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alerta ao mercado de capitais e ao público em geral sobre a atuação irregular envolvendo duas empresas: a Securcap Securities Limited e da Bravo Assessoria em Investimentos Ltda. O alerta foi comunicado na última quinta-feira (10).

De acordo com a Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediário (SMI), foram identificados indícios de que a Securcap , que usa a plataforma de marca XLNTRADE e mantém o site www.xlntrade.com, busca captar clientes residentes no Brasil para a realização de operações com valores mobiliários. "A Securcap Securities Limited não possui autorização da CVM para intermediar valores mobiliários ou captar recursos de investidores para aplicação em valores mobiliários", esclareceu a autarquia

A CVM determinou à empresa a imediata suspensão de qualquer oferta pública de serviços de intermediação de valores mobiliários, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de sites, aplicativos ou redes sociais, pelo fato de ela não integrar o sistema de distribuição previsto em lei.

Sobre a Bravo Assessoria em Investimentos Ltda, além da suspensão dos serviços da empresa foi arrolado no processo o nome do sócio Iridan Luiz Ribeiro dos Santos. De acordo com a SMI, foram identificados indícios de que esta empresa e seu sócio, que usam o site www.bravoinvestimentos.com.br, se apresentam como assessores de investimento e oferecem serviços de administração de carteiras de valores mobiliários

Caso a determinação da CVM não seja adotada, as empresas e pessoas que venham a ser identificadas como participantes dos atos irregulares estarão sujeitos à multa cominatória diária no valor de R$ 1.000,00.

Alerta

Caso seja investidor ou receba proposta de investimento por parte das empresa citadas, entre em contato com a CVM por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão -SAC (https://www.gov.br/cvm/pt-br/canais_atendimento/consultas-reclamacoes-denuncias/sac), preferencialmente fornecendo detalhes da oferta e a identificação das pessoas envolvidas, a fim de que seja possível a pronta atuação da autarquia no caso.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

evoltz

Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Dando continuidade ao nosso compromisso com a excelência, em 2024 seguimos com grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com os níveis adequados de desempenho, com foco nas melhores práticas e visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores. A segurança é princípio fundamental e inegociável em nossa atuação, exigindo atenção e cuidado contínuos. Com esse compromisso em mente, seguimos firmes na construção de uma empresa responsável e, com grande satisfação, celebramos o atingimento da marca de mais de 1.869 dias sem acidentes com afastamentos, investindo em treinamento e capacitação de nossos colaboradores e parceiros. Todas essas conquistas refletem uma agenda consistente de conscientização, monitoramento e inovação. Com a convicção de que a cultura de segurança deve ser permanente, desenvolvemos um plano estratégico para dar continuidade às ações, incorporando novas tecnologias, programas de prevenção de acidentes, mitigação de riscos e capacitação da força de trabalho ao longo do próximo ano. Essas iniciativas são essenciais para a sustentabilidade e o sucesso de longo prazo da nossa empresa. Dando continuidade ao nosso compromisso com a governança, concluímos a Política de Gestão de Riscos criando maior robustez no processo de governança, fortalecendo nossa gestão estratégica de riscos. Esse avanço reforça nossa capacidade de identificar, mitigar e responder proativamente a desafios, garantindo maior segurança, previsibilidade e criação de valor sustentável para a Companhia. Como parte do nosso contínuo foco em desempenho econômico-financeiro, é com grande satisfação que anunciamos a bem-sucedida conclusão da 3ª emissão de debêntures de nossa companhia, totalizando R$ 1 bilhão em condições oportunas do custo da dívida, alterando a taxa de CDI+2,75% a.a para CDI+0,82% a.a além do alongamento de vencimento em 3 anos. Este marco representa não somente a confiança do mercado em nossa estratégia e solidez financeira para manutenção do nosso ativo, mas também uma conquista significativa que fortalece a sustentabilidade do negócio e geração de valor ao acionista. Após a transação a Companhia encerrou o ano com uma posição de caixa de R$277,9 milhões e dívida líquida de R$ 742,0 milhões, registrando um índice de 5,6X na relação dívida líquida sobre EBITDA. Ainda no pilar de desempenho econômico-financeiro, alcançamos um marco estratégico com a implantação da metodologia de orçamento matricial, iniciativa que reforça nossa disciplina financeira, proporcionando maior transparência, eficiência e assertividade na alocação de recursos. Além de otimizar custos, o plano fortalece o engajamento dos colaboradores na busca contínua por melhorias operacionais e identificação de novas oportunidades de receita, impulsionando o crescimento sustentável da Companhia. Novamente celebramos mais um ano com o elevado índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançando o patamar de 99,97% já considerando as atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema sem incidência de penalidades (PVI), reafirmando assim nosso compromisso e consistência com a eficiência operacional e gestão do ativo. Visando a manutenção da excelência operacional, a alta administração aprovou para o exercício de 2025 o investimento em melhorias e infraestruturas no montante aproximado de R$ 28 milhões. Outro importante marco em 2024 foi o início às tratativas para a implantação de reforço na Subestação de Silves, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa nº 15.366. O projeto, que adicionará R$ 5,8 milhões à Receita Anual Permitida (RAP) quando entrar em operação. No fechamento do exercício, considerando o IFRS, nossa Companhia alcançou uma receita operacional líquida de R$ 153,0 milhões, a qual foi impactada diretamente pela contração do índice de inflação (IPCA) na revisão do fluxo do ativo de contrato derivado da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") no montante de R$ 62,2 milhões. Expurgando os impactos da RTP, a receita operacional líquida encerrou o exercício em R$ 215,2 milhões. Na contabilidade regulatória, a receita líquida atingiu o montante de R$ 212,7 milhões, crescimento de 2,9%. Ainda no pilar financeiro, a evolução constante da excelência técnica e operacional dos colaboradores vem gerando uma solidez financeira, sendo o alicerce principal na materialização dos projetos e mesmo com impacto da RTP no IFRS, permitindo a distribuição de R$ 16,6 milhões em dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, devido ao caixa gerado com a emissão das debentures supracitadas, foi possível que o conselho de administração da Companhia aprovasse a distribuição ainda no exercício de 2024 de R$ 229,0 milhões de reserva de lucros acumulados. Para 2025 será proposto em assembleia a um total de R$ 19,2 milhões de distribuição, sendo R$ 4,8 milhões em dividendos mínimos obrigatórios e R$ 14,4 milhões de dividendos adicionais, destinando por completo o resultado do exercício, demonstrando assim uma estável geração de caixa e constante retorno aos nossos acionistas. Seguiremos firmes em nossa jornada de crescimento sustentável, comprometidos com geração de valor no setor de transmissão de energia. Com foco em segurança, eficiência e inovação, continuaremos investindo para fortalecer a infraestrutura elétrica do país, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a melhoria da qualidade de vida de todos. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, bem como aos nossos stakeholders pela confiança e parceria, que são essenciais para o aprimoramento contínuo e o sucesso da Companhia. **A Administração**

Destaques

- **Pagamento de dividendos** de **R$ 245,6 milhões** demonstrando a forte geração de caixa da Companhia.
- **Desempenho operacional de 99,97%,** manutenção da excelência operacional.
- **3ª emissão de debêntures** no montante de R$ 1,0 bilhão.

Indicadores financeiros - IFRS

(em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Receita operacional líquida	152.974	220.616	(30,7%)
Custos e despesas operacionais	(37.034)	(38.463)	(3,7%)
EBITDA – CVM nº 527 (*)	132.571	197.291	(32,8%)
EBITDA Ajustado (**)	197.244	199.802	(1,3%)
Margem EBITDA	86,7%	89,4%	(2,7) p.p
Margem EBITDA AJUSTADO	91,7%	90,6%	1,1 p.p
Resultado Financeiro	(101.000)	(90.967)	(11,0%)
Lucro líquido	20.228	69.881	(71,1%)
Dívida Bruta	1.019.917	644.515	58,2%
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	277.947	82.446	237,1%
Dívida Líquida (***)	741.970	562.069	32,0%
Dívida Liquida/EBITDA	5,6	2,8	96,5%
Dívida Líquida/EBITDA AJUSTADO	3,8	2,8	33,7%

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527. (**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. Extraordinariamente para 2024, foi expurgado o efeito da Revisão Tarifária Periódica (RTP) no fluxo do ativo de contrato. (***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

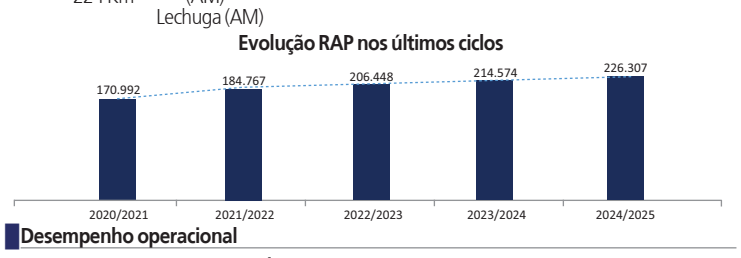
Sobre a Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Silves CD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém 100% do capital social da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida (RAP)

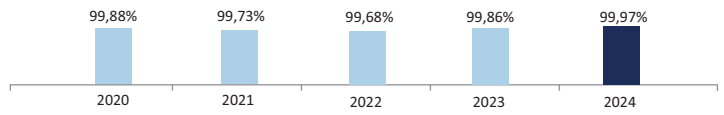
Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 24-25 (R$ milhões)	Receitas de Fibra Ótica	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
MTE	333 Km 224 Km	LT Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM) LT Itacoatiara (AM) - Lechuga (AM)	226.307	17.274	16/10/2008	14/03/2013	15/10/2038

Evolução RAP nos últimos ciclos



Desempenho operacional

Índice de disponibilidade

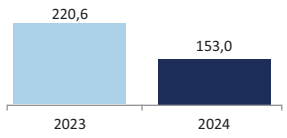


A Companhia encerrou 2024 com uma disponibilidade acumulada de 99,97% sendo que, para todas as FTs (Função de transmissão) da concessão, as disponibilidades são superiores às médias do SIN e aos limites da ANEEL.

Desempenho econômico-financeiro - IFRS

Receita Operacional líquida

A Receita Operacional Líquida encerrou 2024 com o total de R$ 153,0 milhões, redução de R$ 67,6 milhões em relação aos R$ 220,6 milhões registrados no em 2023. Essa redução refere-se à contração do índice de inflação (IPCA) ajustado na revisão do fluxo do ativo de contrato no montante de R$ 62,2 milhões, por meio da revisão tarifária periódica da Companhia em 16 de julho de 2024.



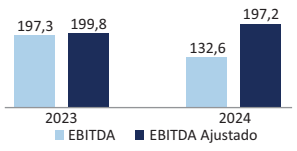
Custos e Despesas operacionais

Custos e despesas operacionais (em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Pessoal	(14.120)	(12.561)	12,4%
Serviços de terceiros	(14.042)	(17.596)	(20,2%)
Seguros	(1.901)	(4.015)	(52,7%)
Provisão para devedores duvidosos	(2.930)	(1.737)	68,7%
Outros custos e despesas	(4.041)	(2.554)	58,2%
Total	**(37.034)**	**(38.463)**	**(3,7%)**

Os custos e despesas operacionais encerraram o exercício de 2024 no montante total de R$ 37,0 milhões sendo uma redução de **R$ 1,4 milhão** comparado ao exercício de 2023. Destacamos: (i) redução do seguro operacional no montante de **R$ 2,1 milhões**; (ii) **R$ 2,0 milhões** referente ao serviço de roço postergado para 2025 devido a eventos climáticos parcialmente compensados por; (iii) provisão para devedores duvidosos extraordinária constituída sobre os AVC's recebidos de multa contratuais de clientes sem garantia, pela baixa expectativa de recebimento no montante de **R$ 1,2 milhão** (iv) Incremento de despesa com pessoal no montante de **R$ 1,6 milhão** devido a reajuste anual e aumento de quadro.

EBITDA

O **EBITDA** encerrou o exercício de 2024 em **R$ 132,6 milhões** de 2024, representando uma **redução** de **32,8%** em relação aos **R$ 197,3 milhões** apurados no exercício de 2023, devido ao impacto da revisão no fluxo de ativo de contrato em R$ 62,2 milhões. O **EBITDA Ajustado** é calculado a partir do EBITDA CVM, excluindo as atualizações das contingências e eventos não recorrentes. Extraordinariamente em 2024, expurgamos o efeito negativo da RTP supracitado.



Resultado Financeiro (em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Receita de aplicação financeira	14.558	8.472	6.086
Juros sobre debentures	(90.425)	(101.827)	11.402
Custo de transação	(5.714)	(758)	(4.956)
Fee de captação	(20.267)	-	(20.267)
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	848	3.146	(2.298)
Total	**(101.000)**	**(90.967)**	**(10.033)**

O resultado financeiro acumulado apresentou uma despesa líquida de R$ 100,0 milhões, um aumento de 11% em relação ao exercício anterior, ocasionado pontualmente pelo fee de pré pagamento da 2ª emissão de debêntures, compensado parcialmente pela redução dos juros provisionados e receita financeira a maior oriunda dos recursos da referida captação de debêntures.

Endividamento

Em 2024 a dívida bruta totalizou R$ 1,0 bilhão e o caixa R$ 277,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$ 742,0 milhões, um aumento de 32% em relação ao exercício anterior. O indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou 5,6x (2,8x em 2023). Esse aumento é consequência, principalmente da 3ª emissão de debêntures no valor de R$ 1,0 Bilhão, com custo da dívida de CDI+0,82% a.a., e vencimentos em 2031 e 2034, em duas séries distintas. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação da 2ª emissão de Debêntures e distribuição de reservas no montante de R$183,6 milhões. Essa operação representa um passo importante para companhia, com alongamento do prazo de vencimento e redução do custo de dívida.

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa. Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social. O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções. A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**523.136**	**280.564**
Caixa e equivalentes de caixa	4	277.947	73.888
Contas a receber	5	24.141	20.702
Tributos a recuperar	7	3.416	1.757
Ativo de contrato de concessão	8	193.779	174.394
Sobressalentes		11.165	5.554
Outros ativos		12.688	4.269
Não Circulante		**2.012.835**	**2.101.425**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	241	185
Depósitos vinculados	9.3	-	8.558
Depósitos judiciais		58	58
Tributos a recuperar	7	14.362	13.465
Ativo de contrato de concessão	8	1.998.068	2.078.999
Intangível		106	160
Total do ativo		**2.535.971**	**2.381.989**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**83.326**	**108.277**
Fornecedores		7.624	5.854
Debêntures	9	54.071	70.004
Tributos a recolher	7	2.633	2.091
Dividendos a pagar	13.3	4.804	16.597
Partes relacionadas	6	3.647	4.279
Provisões	10	3.318	4.722
Encargos setoriais		3.413	2.751
PIS e COFINS diferidos	11	3.816	1.979
Não circulante		**1.301.422**	**908.866**
Debêntures	9	957.872	568.932
Provisões	10	13.095	17.803
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	141.448	130.157
PIS e COFINS diferidos	11	189.007	191.974
Patrimônio líquido		**1.151.223**	**1.364.846**
Capital social	13.1	1.115.333	1.115.333
Reserva legal		15.917	14.906
Reserva de incentivos fiscais		5.560	5.560
Reserva de lucros		14.413	229.047
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.535.971**	**2.381.989**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Dividendos adicionais Propostos	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		**1.115.333**	**-**	**11.412**	**109.011**	**5.560**	**-**	**1.241.316**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	69.881	69.881
Reclassificação de dividendos a pagar		-	-	-	70.246	-	-	70.246
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reservas	13.3	-	-	3.494	49.790	-	(53.284)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.3	-	-	-	-	-	(16.597)	(16.597)
Em 31 de dezembro de 2023		**1.115.333**	**-**	**14.906**	**229.047**	**5.560**	**-**	**1.364.846**
Distribuição de reservas	13.3	-	-	-	(229.047)	-	-	(229.047)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.228	20.228
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reservas	13.3	-	-	1.011	-	-	(1.011)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.3	-	-	-	-	-	(4.804)	(4.804)
Dividendos propostos adicionais	13.3	-	14.413	-	-	-	(14.413)	-
Em 31 de dezembro de 2024		**1.115.333**	**14.413**	**15.917**	**-**	**5.560**	**-**	**1.151.223**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	14	**152.974**	**220.616**
Remuneração do ativo de contrato de concessão		180.315	180.517
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		(27.341)	40.099
Custos de serviços prestados	15	(19.082)	(21.920)
Lucro bruto		**133.892**	**198.696**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(17.952)	(16.543)
Outras receitas operacionais, líquidas	16	16.579	15.032
		(1.373)	**(1.511)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**132.519**	**197.185**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	17.047	12.943
Despesas financeiras	17	(118.047)	(103.910)
		(101.000)	**(90.967)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**31.519**	**106.218**
Imposto de renda e contribuição social			
Diferido	12	(11.291)	(36.337)
		(11.291)	**(36.337)**
Lucro líquido do exercício		**20.228**	**69.881**
Resultado básico e diluído por ação		0,016	0,056

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	20.228	69.881
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**20.228**	**69.881**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		31.519	106.218
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato da concessão	8	(180.315)	(180.517)
Impacto RTP (Revisão Tarifária Periódica)		62.202	-
Juros sobre debêntures	9	90.425	101.828
Amortização e baixa dos custos de transação	9	5.714	758
Rendimento sobre depósitos vinculados	17	-	(783)
Depreciação e amortização		52	106
Provisão e atualização de contingências		2.194	(2.704)
Provisão de crédito para liquidação duvidosa		2.713	1.737
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		(3)	168
Pis e Cofins diferidos		(1.130)	963
Atualização de depósitos judiciais	17	-	(874)
Adição/(baixa) de sobressalentes		(6.341)	(360)
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		(6.205)	(3.309)
Outras contas a receber		-	9.405
Partes relacionadas		(632)	7
Tributos a recuperar		(2.556)	(943)
Ativo de contrato de concessão	8	179.659	158.204
Sobressalentes		(5.611)	(1.973)
Fornecedores		1.770	3.657
Tributos a recolher		1.184	(469)
Provisões	10	(1.965)	(2.238)
Encargos setoriais		662	769
Outros ativos e passivos		(8.419)	841
Caixa gerado nas operações		**164.917**	**190.491**
Contribuição social paga		(642)	-
Juros pagos sobre debêntures	9	(88.773)	(105.635)
Depósitos judiciais		-	18.226
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**75.502**	**103.082**
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Aquisição (baixa) de imobilizado e intangível		2	(5)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		**2**	**(5)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Redução/(aumento) depósitos vinculados	9	8.558	(7.776)
Captação de debêntures	9	1.000.000	-
Custo de transação de captação de debêntures	9	(8.109)	-
Amortização de principal de debêntures	9	(626.250)	(52.500)
Dividendos pagos	13.3	(245.644)	(17.000)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		**128.555**	**(77.276)**
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		**204.059**	**25.801**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.888	48.087
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		277.947	73.888
Aumento líquido no Caixa e equivalentes de caixa		**204.059**	**25.801**

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		**200.994**	**267.715**
Remuneração do ativo de contrato de concessão	14	180.315	180.517
Receita de operação e manutenção	14	24.167	21.281
Outras receitas		(3.488)	65.917
Insumos adquiridos de terceiros		**(22.506)**	**(25.583)**
Serviços de terceiros		(14.042)	(17.596)
Materiais, energia e outros		(8.464)	(7.987)
Valor adicionado bruto		**178.488**	**242.132**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**178.488**	**242.132**
Valor adicionado líquido recebido em transferência		**17.047**	**12.943**
Receitas financeiras	17	17.047	12.943
Valor adicionado total a distribuir		**195.535**	**255.075**
Pessoal		14.120	12.561
Impostos, taxas e contribuições		43.140	68.723
Remuneração de capital de terceiros	17	118.047	103.910
Remuneração de capital próprio		20.228	69.881
Valor adicionado total distribuído		**195.535**	**255.075**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manaus Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Manaus") é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil, com sede na cidade do Rio de janeiro - RJ. Seu único acionista é a Evoltz Participações S.A. ("Evoltz"). A Companhia foi constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor. A Manaus encontra-se em operação comercial desde 14 de março de 2013, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. **1.1. Concessão.** A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 010/2008 – ANEEL de 16 de outubro de 2008, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão 500 KV Oriximiná/ Silves CD, SE Silves 500/138 KV e SE Lechuga 500/230 KV, no Anexo 6C do Edital do Leilão 004/08-ANEEL. As instalações de transmissão da Companhia foram disponibilizadas para operação em 14 de março de 2013. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP do ciclo 2024/25 de R$ 226.307 (R$ 214.574 para o ciclo 2023/24), com período de vigência de julho de 2024 a junho de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

2.1. Base de preparação e apresentação. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 20 de fevereiro de 2025. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Principais políticas contábeis.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.3. Instrumentos financeiros.** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.3.1. Ativos financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração. ■ Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Conforme o CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.3.2. Passivos financeiros. a) Classificação e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.3.3. Compensação de saldos**. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Manaus Transmissora regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posterio-

Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

res, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.5. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui, por meio de laudo constitutivo 078/2019, homologado pela Receita Federal, incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de capital no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e vigentes:** • IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores; • IAS 1 – Passivo não circulantes com covenants; • Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. **(b) Revisadas e não vigentes:** • CPC 26 (IFRS 18) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais subtotais específicos); • CPC 18 (R3) – Investimento em Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; • CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir: ■ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 13); ■ Análise de risco de crédito; ■ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 11). Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de contrato de concessão.** No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a Concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: ■ **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil. ■ **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. ■ **Remuneração do ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. ■ **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e/ou melhorias de instalações, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. ■ **Receita de operação e manutenção** - a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **3.2. Provisões para contingências.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes à processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"). a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **b. Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **3.4. Demonstração do valor adicionado ("DVA").** A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.5 Demonstração de fluxo de caixa ("DFC").** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em conta corrente	7.634	63
Aplicações financeiras (i)	270.313	73.825
	277.947	**73.888**

(i) Referem-se à certificados de depósitos bancários remuneradas por uma taxa média de 101,56% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	31.787	25.582
Provisão de PVI	(1.500)	(1.503)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.905)	(3.192)
	24.382	**20.887**
Circulante	24.141	20.702
Não circulante	241	185

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	22.399	21.595
Vencidos até 360 dias	5.816	3.569
Vencidos mais de 360 dias	3.572	418
	31.787	**25.582**

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Passivo		Despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Evoltz Participações S.A. (i)	3.647	4.279	(17.298)	(14.814)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (ii)	-	-	(428)	-
	3.647	**4.279**	**(17.726)**	**(14.814)**

(i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho Nº 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP. (ii) Refere - se aos gastos cooperativos de projetos de P&D, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas. **b) Remuneração dos membros-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar aos membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	1.963	1.964
Encargos sociais	369	389
	2.332	**2.353**

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato:	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**2.253.393**	**2.231.080**
Remuneração do ativo de contrato	180.315	180.517
Amortização do ativo de contrato (i)	(241.861)	(158.204)
Saldo Final	**2.191.847**	**2.253.393**
Circulante	193.779	174.394
Não circulante	1.998.068	2.078.999

(i) Impacto no montante de R$ 62,2 milhões em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025.

8. Debêntures

8.1. Composição

Agente financeiro	Modalidade	Taxa anual de juros	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
Pentágono	2ª emissão	CDI+2,75% a.a.	15/04/2031	R$	750.000	-	-	-	70.765	573.750	644.515
Oliveira Trust	3ª emissão – 1ª série	CDI+0,55% a.a.	21/10/2029	R$	315.000	41.090	280.035	321.125	-	-	-
Oliveira Trust	3ª emissão – 2ª série	CDI+0,95% a.a.	21/10/2034	R$	685.000	13.792	685.000	698.792	-	-	-
Subtotal debêntures						**54.882**	**965.035**	**1.019.917**	**70.765**	**573.750**	**644.515**
Custo de transação						(811)	(7.163)	(7.974)	(761)	(4.818)	(5.579)
Total debêntures						**54.071**	**957.872**	**1.011.943**	**70.004**	**568.932**	**638.936**

Em 28 de abril de 2021 foi emitida a 2ª emissão de debêntures privadas para o Itaú, BTG de R$ 750.000 no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, totalizando R$ 750.000. As debêntures são conversíveis em ações a serem subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, como garantia real e fidejussória, cujo vencimento se dará em 15 de abril de 2031, ocasião em que a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, acrescido da remuneração. Em 8 de novembro de 2024 a Companhia procedeu com a quitação antecipada da 2ª emissão de debêntures. Em 21 de Outubro de 2024 a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R$ 1 bilhão, com remuneração de CDI + 0,55% a.a. e vencimento em 21 de outubro de 2029 para a 1ª série e remuneração de CDI + 0,95% a.a. para a 2ª série com vencimento em 21 de outubro de 2034. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada supracitada.

Abaixo segue movimentação das debêntures:	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**638.936**	**694.485**
Captação	1.000.000	-
Custo de transação	(8.109)	-
Juros provisionados	90.425	101.828
Amortização de juros	(88.773)	(105.635)
Amortização de principal	(626.250)	(52.500)
Amortização e baixa de custo de transação	5.714	758
Saldo final	**1.011.943**	**638.936**

As parcelas de longo prazo das debêntures têm vencimento nos seguintes anos:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Debêntures	49.928	65.048	74.970	90.089	685.000	965.035

No exercício de 2023 em razão do não atingimento do índice mínimo de 1,20 (índice apurado 1,15) na 2ª emissão de debentures pelo segundo ano consecutivo, a Companhia manteve o depósito efetuado em 7 de fevereiro de 2023, em conta reserva no montante de R$ 7.776 (R$ 8.558 atualizado em 31 de dezembro de 2023), assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida. Em abril de 2024 a Companhia obteve êxito na liberação do saldo excedente na conta reserva no montante de R$ 1.176 com base no ICSD apurado em 2023. Adicionalmente, conforme supracitado, em 8 de novembro a Companhia quitou a 2ª emissão de debentures antecipadamente, extinguindo assim a obrigação do depósito em conta vinculada e em 22 de novembro obteve o resgate do valor depositado atualizado no montante de R$ 7.996 (Resgate total em 2024 R$8.558). Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

9. Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	173	1.983
Sobressalentes	11.307	17.648
Contingências	4.933	2.894
	16.413	**22.525**
Circulante	3.318	4.722
Não circulante	13.095	17.803

a) Movimentação das provisões	Contingências	Sobressalentes	Ambientais	Provisões de Fornecedores	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**2.812**	**21.197**	**4.169**	**990**	**29.168**
Baixa/Reversões (i)	-	(3.549)	(18)	(990)	(4.557)
Atualizações	152	-	-	-	152
Pagamentos (ii)	(70)	-	(2.168)	-	(2.238)
Em 31 de dezembro de 2023	**2.894**	**17.648**	**1.983**	**-**	**22.525**
Adições	1.549	-	-	-	1.549
Baixa/Reversões (i)	-	(6.341)	-	-	(6.341)
Atualizações	534	-	111	-	645
Pagamentos (ii)	(44)	-	(1.921)		(1.965)
Em 31 de dezembro de 2024	**4.933**	**11.307**	**173**	**-**	**16.413**

(i) A baixa refere – se a compra de reserva técnica no montante de R$ 6.341 (R$ 1.701 em 31 de dezembro de 2023) e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R$ 1.848 em 2023. (ii) Referente basicamente a amortização da condicionante à LO Nº 1.135 de acordo com cronograma de pagamento a encerrar-se em 30 de julho de 2024, vide NE 20 – Aspectos Ambientais. **b) Passivos contingentes.** A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Fundiário (i)	28.025	45.869
Regulatório (ii)	27.184	25.946
Tributários (iii)	40.312	37.193
Trabalhistas	40	34
Cível	1	1
	95.562	**109.043**

(i) Ações de indenização fundiária relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. Após decisão judicial favorável, a Companhia procedeu com a reavaliação do montante em risco e a mudança de prognóstico. (ii) Ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão. (iii) Refere-se basicamente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS nos estados do MT, PA e AM.

10. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido	34.400	34.601
COFINS diferido	158.423	159.352
	192.823	**193.953**
Circulante	3.816	1.979
Não circulante	189.007	191.974

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(266.203)	(236.925)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	124.755	106.768
	(141.448)	**(130.157)**

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	31.519	106.218
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(10.716)	(36.114)
Outras adições/(exclusões)	(575)	(223)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	**(11.291)**	**(36.337)**
Diferidos	(11.291)	(36.337)
	(11.291)	**(36.337)**
Alíquota efetiva	**36%**	**34%**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2024 de acordo com o seguinte cronograma futuro:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IRPJ e CSLL diferidos	2.856	3.405	3.606	5.256	109.632	124.755

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é de R$ 1.115.333.123, representado por 1.255.333.123 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas, de propriedade integral da Evoltz Participações S.A. **12.2. Dividendos.** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	20.228	69.881
Reserva legal (5%)	1.011	3.494
Lucro base para determinação do dividendo	19.217	66.387
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	**4.804**	**16.597**
Dividendos adicionais propostos	**14.413**	-

Em 28 de maio de 2024 a Companhia realizou o pagamento de dividendos no montante total de R$ 62.000, sendo R$ 16.597 dos dividendos a pagar sobre o resultado de 2023 e R$ 45.403 de distribuição de reservas de lucro. Adicionalmente, em 19 de dezembro de 2024 foi realizado pagamento de dividendos no montante de R$ 183.644 referente a distribuição de reservas de lucros de exercícios anteriores. **12.3. Lucro por ação.** O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro líquido do exercício	20.228	69.881
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.255.333	1.255.333
Lucro básico e diluído por ação	**0,016**	**0,056**

13. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	180.315	180.517
Receita de operação e manutenção	24.167	21.281
Outras receitas IFRS (i)	43.106	51.477
Impacto RTP (ii)	(62.202)	-
	185.386	**253.275**

	31/12/2024	31/12/2023
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(21.556)	(22.979)
Encargos setoriais	(9.885)	(9.088)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)	(971)	(592)
	(32.412)	**(32.659)**
Receita líquida	**152.974**	**220.616**

(i) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato de concessão e o recebimento (AVC). (ii) Conforme nota 8, refere-se à revisão do fluxo em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP.

	31/12/2024	31/12/2023
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	24.167	21.281
- Custos	(18.625)	(21.807)
Margem (R$)	**5.542**	**(526)**
Margem percebida (%)	**22,9%**	**(2,5%)**

14. Custos e despesas

	Custos		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(5.769)	(4.157)	(8.351)	(8.404)
Serviços de terceiros	(9.386)	(11.789)	(4.656)	(5.807)
Contingências	(457)	(113)	(1.627)	(40)
Seguros	(1.800)	(3.925)	(101)	(90)
Provisão para devedores duvidosos (i)	-	-	(2.930)	(1.737)
Outras despesas	(1.670)	(1.936)	(287)	(465)
	(19.082)	**(21.920)**	**(17.952)**	**(16.543)**

(i) Provisão para inadimplência, conforme nota 5.

15. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 16.579 (R$ 15.032 em 31 de dezembro de 2023) refere-se, majoritariamente, ao contrato de arrendamento operacional de fibra ótica, firmado em 12 de janeiro de 2012, com vigência total de 20 anos, que em 31 de dezembro de 2024 totaliza R$ 15.818 (R$ 14.854 em 31 dezembro de 2023).

16. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	14.558	8.472
Rendimento de depósitos vinculados	910	783
Atualizações monetárias	1.053	2.786
Atualização de depósito judicial	-	874
Outras receitas financeiras	526	28
	17.047	**12.943**
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(90.425)	(101.828)
Amortização e baixa do custo de transação (i)	(5.714)	(758)
Outras despesas financeiras (i)	(21.908)	(1.324)
	(118.047)	**(103.910)**
Resultado financeiro	**(101.000)**	**(90.967)**

(i) Conforme mencionado na nota 9 a companhia procedeu com a quitação antecipada da 2ª emissão de debentures, sendo os impactos decorrentes dessa transação: (i) apropriação de 100% do saldo residual do custo de transação no montante de R$ 5.201 e (ii) *fee* pelo pagamento antecipado da dívida no montante total de R$ 20.267.

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

17.1. Gestão de riscos. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Risco de liquidez.** É o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

31/12/2024	Até 06 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	3.647	-	-	-	3.647
Fornecedores	7.624	-	-	-	7.624
Debêntures	27.441	27.441	280.035	685.000	1.019.917
	38.712	**27.441**	**280.035**	**685.000**	**1.031.188**

31/12/2023	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	4.279	-	-	-	4.279
Fornecedores	5.854	-	-	-	5.854
Debêntures	35.383	35.382	298.125	275.625	644.515
	45.516	**35.382**	**298.125**	**275.625**	**654.648**

17.2. Gerenciamento do capital. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	1.019.917	644.515
Caixa e equivalentes de caixa	(277.947)	(73.888)
Depósitos vinculados	-	(8.558)
Dívida líquida	741.970	562.069
Patrimônio líquido	1.151.223	1.364.846
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	**0,64**	**0,41**

17.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguira Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2025 para o CDI é de 15,00%, conforme expectativa de mercado.

	Valor exposto 31/12/2024	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures - CDI	1.019.917	152.988	191.234	229.481

Fonte: Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus, em 10 de janeiro de 2025). **17.4. Instrumentos financeiros por categoria**

	Nota	31/12/2024 Valor justo por meio do resultado	31/12/2024 Custo amortizado	31/12/2023 Valor justo por meio do resultado	31/12/2023 Custo amortizado
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	4	277.947	-	73.888	-
Contas a receber	5	-	24.382	-	20.887
Depósitos vinculados		-	-	8.558	-
		277.947	**24.382**	**82.446**	**20.887**
Passivos financeiros:					
Fornecedores		-	7.624	-	5.854
Debêntures	9	-	1.019.917	-	644.515
Partes relacionadas	6	-	3.647	-	4.279
		-	**1.031.188**	**-**	**654.648**

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

Seguradora	Ramo	Apólice/ Endosso nº	Vigência	Importância segurada
Tokio Marine	Risco operacional	3800	Jan/2025 a Jan/2026	200.000
Chubb	Responsabilidade civil	16.51.0045347.12	Dez/2024 a Dez/2025	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/2024 a Jul/2025	100.000

Seguro contratado pela *holding* Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Conselho de Administração

Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Membro do Conselho

Igor Romitelli - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO. Claudine Furtado Anchite– CFO

Daniel Henrique Lima – COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC – RJ 127494/O-2

Manaus Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.584.854/0001-37

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Manaus Transmissora de Energia S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Manaus Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 2.191.847 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer)* requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de *performance* satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de *performance,* tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de *performance* identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões económicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 20 de fevereiro de 2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.- CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva - Contador - CRC RJ-090174/O

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA DE 2025 E DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2025
DA CONSUCOOP IMPERIAL COOPERATIVA DE CONSUMO

O Diretor Presidente da **CONSUCOOP IMPERIAL COOPERATIVA DE CONSUMO,** CNPJ 28.719.022/0001-25, NIRE 334.0005591-8, Inscrição Estadual nº 87.438.589, com sede na Rua Teresa 608, loja 124, Alto da Serra, Petrópolis/RJ, CEP 25625-027, convida o quadro societário para comparecer em modo virtual através de aplicativo Google Meet com link a ser prévia e tempestivamente enviado em 24/04/2025, com primeira chamada as 18:00h, segunda chamada as 19:00h e terceira e última chamada as 20:00h **ASSEGURANDO TODOS OS DIREITOS PREVISTOS** nos termos do Artigo Art. 43-A da Lei 5,764/71, Artigo 10 da Lei 14.030/2020 e Artigo 1.080-A da Lei 10.406/2002 (Código Civil), para deliberar a seguinte pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025**: **(1)** A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2024; **(2)** O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes, caso exista, com todos os relatórios comprovatórios necessários no exercício 2024 e **(3)** Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2025/2026. Logo depois, para deliberar a pauta da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2025**, sendo: **(1)** Alterações Estatutárias, (2) Entrada e saída de associados e (3) Candidatura, eleição e posse de cargos vacantes. Petrópolis/RJ, 12 de abril de 2025.
Roberto Becker – Diretor Presidente – CPF 856.007.337-04.

BRAZAL - BRASIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 10.826.798/0001-89 - NIRE 33.300.290.281
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da BRAZAL - Brasil Alimentos S.A. ("Emissora") - A GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda., na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie com Garantia Real, da BRAZAL - Brasil Alimentos S.A. ("3ª Emissão"), convoca os titulares das Debêntures a se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo facultada a presença da Emissora, conforme a Cláusula 9.4.4 da Escritura de Emissão, a ser realizada, em primeira convocação, no dia **25 de abril de 2025,** às 11h00 (onze horas), **de forma exclusivamente digital através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet**, inclusive para fins de voto, sendo o acesso (*link*) disponibilizado individualmente aos debenturistas devidamente habilitados nos termos deste Edital, conforme Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) ratificar a autorização para que o escritório jurídico Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados ("Escritório") represente e defenda os interesses dos debenturistas e do Agente Fiduciário no âmbito do processo de Falência da Emissora e/ou empresas do grupo, cujo nº é 0411258-46.2014.8.19.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ; (ii) ratificar a celebração do aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica celebrado em 27 de janeiro de 2020 entre a GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda. e o Escritório, de modo a incluir no respectivo instrumento a matéria objeto do item (i); e (iii) autorizar que o Agente Fiduciário adote todas as medidas e providências necessárias ao atendimento das deliberações dos debenturistas, para refletir as deliberações havidas nesta Assembleia. Restou consignado que os debenturistas detentores de 73,33% das debêntures em circulação arcarão com o valor da publicação deste edital que cabe aos demais debenturistas, que não arcaram com seus respectivos valores devidos, e que este valor deverá ser posteriormente reembolsado em encontro de contas. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 50%, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum, nos termos da Cláusula 9.2 da Escritura de Emissão. As deliberações acima, para serem aprovadas, deverão obter votos da maioria simples das Debêntures em circulação, nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão. Os participantes deverão encaminhar cópias dos seus documentos de identificação com foto e o instrumento de mandato acompanhado dos documentos pessoais do procurador, aos cuidados do Agente Fiduciário para o *e-mail* gdc@gdcdtvm.com.br, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da assembleia. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2025. **GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DA RUA GAGO COUTINHO

AMAGAGO - Associação dos Motoristas de Táxi da Rua Gago Coutinho, CNPJ nº 05.775.830/0001-04, através do seu Conselho Fiscal na pessoa do Presidente do Conselho Fiscal José Carlos da Silva Gomes, brasileiro, casado, nascido 05/08/1959, taxista autônomo, portador da identidade nº . 04488254-6 Detran RJ e CPF/MF. nº 546.978.837-72, residente e domiciliado na Rua do Matoso, n. 103, casa 07, Praça da Bandeira - Rio de Janeiro - Cep. 20.270.130 seus membros: **Antonio Oliveira Martins**, português, casado, nascido em 27/03/1941, taxista autônomo, portador da identidade nº W413594 A DPMAF e CPF/MF nº 183.143.847-04, residente e domiciliado na Rua Presidente Barroso, 82 apto 303 – Cidade Nova – Rio de Janeiro – Cep. 20.211-060. **Henderson Alves da Silva ,** brasileiro, taxista solteiro, nascido em 29/10/1971, portador da identidade nº 32253 CRECI e CPF nº 002.648.257-64, residente e domiciliado na Rua Mateus Silva, 259, Bl. 04, apt. 104 – Inhaúma – Rio de Janeiro – Cep: 20.760-480. **convoca seus 35 associados para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em 24 de Abril de 2025,** Praça Getúlio Vargas - Glória - Rio de Janeiro – Cep: 20.251-330**, em 1ª primeira convocação com a presença mínima de 2/3 dos associados às 15:00 h e 2ª segunda convocação com qualquer número de associados presentes às 15:30 h, conforme Art.2º, Cap. VII, item 14, 15, 16 e 17, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1) Destituição da Diretoria 2) Eleição da Diretoria. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2025.**
Presidente do Conselho Fiscal José Carlos da Silva Gomes.

COMPANHIA HOTÉIS PALACE
CNPJ/MF n° 33.374.984/0001-20 - NIRE N° 33.30.00.96.64-7

Ata de Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 07 de outubro de 2024. **1. Dia, Local e Hora**: Dia 07 de outubro de 2024, às 09:30 horas, na sede social, localizada na Avenida Nossa Senhora de Copacabana nº 327, nesta Cidade. **2. Presença:** Acionistas representando mais de dois terços do capital votante da Companhia. **3. Mesa**: Presidência: Ulisses Amandio Dias Marreiros; Secretária: Bruna da Silva Marques. **4. Edital de Convocação**: Publicação do edital de convocação no Jornal Monitor Mercantil dos dias 23, 24 e 25 de setembro de 2024 e publicação no Monitor Mercantil Digital, conforme Lei nº 13.818/2019, através do endereço eletrônico https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br. **5. Ordem do dia**: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; (c) Outros assuntos de interesse geral. **6. Deliberações tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes: 6.1** Lavrar a presente na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976; **6.2** Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicadas no Jornal Monitor Mercantil no dia 29 de agosto de 2024, e publicação no Monitor Mercantil Digital, conforme Lei Federal nº 13.818/2019, através do endereço eletrônico https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br. **6.3** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R$ 59.284.425,68 (cinquenta e nove milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos) da seguinte forma: (i) R$ 2.964.221,28 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos) para a formação da conta de Reserva Legal; (ii) R$ 14.080.051,10 (catorze milhões, oitenta mil, cinquenta e um reais e dez centavos) para a distribuição a título de dividendo mínimo obrigatório; e (iii) R$ 42.240.153,30 (quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, cento e cinquenta e três reais e trinta centavos), para distribuição a título de dividendos adicionais. (iv) Os dividendos ora declarados estão à disposição dos acionistas na sede da companhia para pagamento a partir de 21 de outubro de 2024. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a Assembléia Geral para a lavratura desta Ata que, após lida e aprovada, vai por todos assinada. Assinaturas: Ulisses Amandio Dias Marreiros - Presidente; Bruna da Silva Marques - Secretária; Acionistas: BELMOND INTERFIN LTD. por seu procurador Paulo Eduardo Sanches Marinho, BELMOND BRASIL HOTÉIS S.A. por sua Diretora Vanilsa Fernandes Amorim; BELMOND BRASIL SERVIÇOS HOTELEIROS S.A. por sua Diretora Vanilsa Fernandes Amorim. Atesto que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio, ficando a autorizada a sua publicação. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2024. Bruna da Silva Marques - Secretária. Visto do Advogado: Paulo Eduardo Sanches Marinho - OAB/RJ nº 108.400. JUCERJA nº 6512143 em 21/10/2024.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2025, às 13 horas, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(b)** destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(c)** retenção de lucros; **(d)** exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2025; **(e)** alteração do objeto social; e **(f)** eleição/reeleição de Diretoria. Petrópolis, 11 de abril de 2025. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT
CAMPOS DOS GOYTACAZES
AVISO DE LEILÃO

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, torna público que no dia 30 de Abril de 2025, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos conservados e sucatas inservíveis, apreendidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 dias, conforme o art. 328 do CTB, tendo como leiloeira a Sra. SANDRA SEVIDANES mat. 165 JUCERJA. Para maiores informações, consulte **www.eblonline.com.br.**

CONDOMÍNIO BARRA SUNDAY
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Atendendo determinação da Sra. Síndica, vimos pelo presente, convocar os (as) Senhores (as) Condôminos (as) para comparecerem na **Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Barra Sunday, que será realizada no próprio condomínio,** no próximo **dia 15 de abril do ano de 2025 – terça-feira**, **às 19:00 horas** em primeira convocação com o "quórum" legal, ou **às 19:30 horas** em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Deliberação e aprovação das contas do período de 04/2024 a 13/02/2025 (síndica Mara Mascarenhas); 2. Deliberação e aprovação das contas do período de 14/02/2025 a 03/2025 (síndica Rafaella Soares); 3. Deliberação e aprovação do orçamento para o exercício 2025/2026; 4. Apresentação e esclarecimentos da função: síndico profissional; 5. Deliberação e votação para síndico morador ou síndico profissional (em caso de decisão pelo síndico profissional, a remuneração estará atrelada à proposta apresentada por ele); 6. Fixar a remuneração do síndico, em caso de síndico morador; 7. Eleição de Síndico, Subsíndicos e Membros do Conselho Fiscal; 8. Deliberação sobre o pagamento das condenações trabalhistas; 9. Atualização das demandas judiciais; 10. Assuntos gerais.** Para votação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (Artigo 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida (Parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil). Os condôminos poderão se fazer representar por procurações públicas ou particulares, desde que com a firma dos outorgantes devidamente reconhecidas, sendo certo que na hipótese de que os outorgados apresentem candidatura dos outorgantes para ocupação a algum cargo eletivo, deverá constar na procuração poderes para votar e ser votado, sem o que as candidaturas não serão aceitas. Nos casos de procurações digitais, as mesmas deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas para o e-mail indicado a saber, gerencia6@protel.com.br, acompanhadas do código de verificação ou QR Code respectivo, sem os quais não serão validadas para os fins a que se destinam. Cabe ressaltar que é de responsabilidade do proprietário da unidade autônoma, manter o cadastro atualizado junto à administradora. Desta forma, favor verificar se os dados da sua propriedade encontram-se atualizados e, no caso de haver mais de um proprietário, se ambos constam devidamente cadastrados.

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2025.
PROTEL ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA.
Alfredo Lopes de Souza Júnior – Diretor

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2025, às 17 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(b)** destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(c)** retenção de lucros; **(d)** exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2025; **(e)** alteração do objeto social; e **(f)** eleição/reeleição de Diretoria. Campos dos Goytacazes, 11 de abril de 2025. Giuliano Junho Tinoco - Diretor. Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ROCHA MIRANDA FILHOS S A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPACÕES
CPNJ 33.131.996/0001-23 - NIRE 3330012853-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem às 12:00h. em 1ª convocação no dia 24/04/2025, em **AGO/E**, que será realizada na modalidade DIGITAL, e sua transmissão será pela plataforma Google Meet, que terá o link de acesso disponibilizado aos acionistas com antecedência a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1) - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE)**: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024. b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixação dos honorários para o exercício 2025. d) Eleição do Conselho Fiscal; e) Assuntos gerais. RJ, 14/04/2025.

A Diretoria: **OCTAVIO ROCHA MIRANDA DE OLIVEIRA SAMPAIO.**

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO ***NORMA MARIA MACHADO***, Leiloeira Pública Oficial, matrícula nº 036 JUCERJA, estabelecida na Avenida Erasmo Braga nº 227 – Gr. 704, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20020-902, tel. (21) 2533-7978, site www.machadoleiloes.com.br, **faz saber que,** devidamente autorizada pela fiduciária/credora **AISIL INCORPORADORA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.058.586/0001-67, **venderá em primeiro público leilão presencial**, **no dia 24/04/2025, com início às 14:30 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704 – Centro /RJ., o imóvel identificado como sala 410 do empreendimento "Passeio Empresarial", situado nesta cidade, na Rua Campo Grande, nº 1.014, em Campo Grande, na Freguesia de Campo Grande, com área privativa de 23,04 m², que corresponde à fração ideal de 59/10.000 do respectivo terreno**, com as medidas, características e confrontações constantes da **matrícula nº 72.099 do 12º Ofício de Registro de Imóveis**, conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004 e 13.465/2017, combinada com as cláusulas do Contrato de Compra e Venda **firmado em 03/10/2016 e aditado em 05/09/2018, com garantia de alienação fiduciária, conforme R-6 e R-7 da matrícula nº 72.099**, venda essa que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora da dívida, vencida e vincenda mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pelo fiduciante/devedor **MARCO AURÉLIO HALZEMAN VIEIRA**, **inscrito no CPF sob o nº 746.536.957-68**, nos termos do supra referido contrato, tendo ele sido previamente constituído em mora, não a emendou e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, **consoante ato AV-10 da matrícula 72.099 do 12º Ofício de Registro de Imóveis**. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de **R$ 388.357,17(trezentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta sete reais e dezessete centavos),** mais os encargos em atraso a serem informados no ato da praça, valor aquele fixado nos termos do contrato acima referido. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do lanço vencedor, acrescido de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação, e sub-rogação nos encargos em aberto. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 30 da Lei nº 9.514/1997. O devedor acima identificado, e seus procuradores, Sr. **CESAR TADEU HAZELMAN VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 543.046.017-68,** e o Sr. **JOFFRE DA CONCEIÇÃO VIEIRA FILHO, inscrito no CPF sob o nº 047.726.377-10,** ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão, caso não sejam pessoalmente localizados quando da tentativa de entrega de notificação pessoal e eletrônica que lhe serão dirigidas para ciência dos Atos. Na forma do § 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, incluído pela Lei nº 13.465/2017, até a data da realização do segundo leilão é assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida somado (i) aos encargos e despesas de que trata o § 2º daquele artigo, (ii) aos valores correspondentes ao imposto sobre transmissão intervivos, (iii) ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e (iv) às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo, também, ao devedor fiduciante o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel de que trata aquele parágrafo, inclusive custas e emolumentos. **Caso não haja licitantes, fica desde já designado o dia 12/05/2025, no mesmo horário e local, para realização do segundo público leilão**. A Leiloeira acha-se habilitada a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel objeto do leilão, bem como apresentar as certidões inerentes ao imóvel e à fiduciária/credora, proceder os atos necessários à formalização da arrematação. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. Norma Maria Machado, Leiloeira Pública Oficial.

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações dos Resultados dos Exercícios, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa referentes ao exercício encerrado em 31/12/2024. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.192	8.301	751.839	580.602
Depósitos vinculados	10.2	-	-	24.514	18.988
Contas a receber	5	-	-	74.723	83.987
Tributos a recuperar	6	135	986	8.805	4.013
Partes relacionadas	19	11.154	12.905	-	-
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	609.451	575.941
Dividendos a receber	19	23.276	37.561	-	-
Outros ativos		200	192	45.666	27.272
Total do ativo circulante		**47.957**	**59.945**	**1.514.998**	**1.290.803**
Contas a receber	5	-	-	1.183	726
Depósitos vinculados	10.2	-	-	42.161	47.084
Conta *Escrow*	14.1	-	-	162.638	-
Depósitos judiciais		-	-	1.452	1.530
Tributos a recuperar	6	-	-	23.083	23.896
Ativos de contrato da concessão	7	-	-	5.230.248	5.303.300
Investimentos	8	2.077.388	2.243.063	-	-
Imobilizado		5.775	5.221	6.927	6.470
Intangíveis		1.932	1.910	2.295	2.456
Total do ativo não circulante		**2.085.095**	**2.250.194**	**5.469.987**	**5.385.462**
Total do ativo		**2.133.052**	**2.310.139**	**6.984.985**	**6.676.265**
Passivos					
Fornecedores	9	1.917	693	41.163	27.840
Debêntures	10	-	-	208.193	198.440
Tributos a recolher		65	105	7.784	13.303
Dividendos a pagar		29.794	69.067	43.159	88.039
Provisões	11	-	-	3.318	6.411
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	10.963	9.526
Encargos setoriais		-	-	14.101	11.477
Outros passivos		12.299	8.916	12.299	8.916
Total do passivo circulante		**44.075**	**78.781**	**340.980**	**363.952**
Fornecedores	9	-	-	21.381	39.849
Debêntures	10	-	-	2.141.037	1.886.573
Provisões	11	-	-	71.550	69.707
Impostos diferidos	12.a	396.038	396.320	677.659	593.076
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	549.850	557.108
Outros passivos		-	-	5.166	5.572
Parcela de ajuste	14	-	-	565.264	411.805
Total do passivo não circulante		**396.038**	**396.320**	**4.031.907**	**3.563.690**
Patrimônio Líquido					
Capital social	15.1	750.001	750.001	750.001	750.001
Reserva de incentivo fiscal		47.650	37.220	47.650	37.220
Reserva legal		86.066	79.245	86.066	79.245
Reserva de capital		10.971	10.971	10.971	10.971
Reserva de lucro		798.251	957.601	798.251	957.601
		1.692.939	**1.835.038**	**1.692.939**	**1.835.038**
Participações de não controladores		-	-	919.159	913.585
Patrimônio líquido		**1.692.939**	**1.835.038**	**2.612.098**	**2.748.623**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.133.052**	**2.310.139**	**6.984.985**	**6.676.265**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto dados de rendimentos por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	16	**-**	**-**	**551.523**	**707.531**
Remuneração do ativo de contrato de concessão		-	-	584.103	587.465
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas				(32.580)	120.066
Custo de serviços prestados	17	-	-	(67.242)	(64.751)
Lucro Bruto		**-**	**-**	**484.281**	**642.780**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(4.182)	(4.250)	(70.738)	(80.349)
Outras receitas operacionais		-	-	20.335	17.457
Amortização de menos valia		33.661	43.779	33.661	43.779
Equivalência patrimonial		105.492	176.174	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**134.971**	**215.703**	**467.539**	**623.667**
Resultado financeiro					
Receita financeira	18	1.326	1.518	74.456	69.316
Despesas financeiras	18	(151)	(119)	(274.109)	(271.695)
		1.175	1.399	(199.653)	(202.379)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**136.146**	**217.102**	**267.886**	**421.288**
Imposto de renda e contribuição social	12.b				
Correntes		-	-	(27.763)	(62.047)
Diferidos		282	(145)	(33.142)	(43.172)
		282	**(145)**	**(60.905)**	**(105.219)**
Lucro líquido do exercício		**136.428**	**216.957**	**206.981**	**316.069**
Atribuível a:					
Acionistas da Evoltz		136.428	216.957	136.428	216.957
Resultado não controladores		-	-	70.553	99.112
Lucro básico e diluído por ação		0,18	0,29	0,28	0,42

Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido exercício	136.428	216.957	136.428	316.069
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total outros resultados abrangentes	**136.428**	**216.957**	**136.428**	**316.069**
Atribuível a:				
Acionistas da Evoltz	136.428	216.957	136.428	216.957
Participações não controladores	-	-	70.553	99.112

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa de atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		136.146	217.102	267.886	421.288
Ajustes de:					
Equivalência patrimonial	8	(105.492)	(176.174)	-	-
Resultado de amortização menos valia	8	(33.661)	(43.779)	(33.661)	(43.779)
Remuneração de ativos de contrato de concessão	16	-	-	(584.103)	(587.465)
Impacto RTP		-	-	108.408	-
Juros sobre debêntures	10	-	-	235.848	258.789
Rendimentos dos depósitos vinculados	-	-	-	(5.973)	(7.506)
Amortização e baixa do custo de transação	10	-	-	10.233	5.322
Depreciação e amortização		1.476	543	1.755	999
Adição/baixa de sobressalentes		-	-	(6.341)	(320)
Provisão de parcela variável por indisponibilidade		-	-	(4.983)	(19.635)
Provisão para devedores duvidosos		-	-	10.182	9.820
Provisões, reversão e atualização de contingências		-	-	10.034	21.917
Atualização de depósitos judiciais		-	-	-	(874)
PIS e COFINS diferidos		-	-	(5.821)	338
Obrigações especiais		-	-	(406)	(443)
Variação no capital circulante:					
Contas a receber		-	-	3.608	(1.250)
Outras contas a receber		-	-	-	9.405
Tributos a recuperar		851	507	(3.979)	583
Ativo de contrato de concessão		-	-	599.937	538.991
Partes relacionadas		1.751	(3.643)	-	-
Sobressalentes		-	-	(8.834)	(4.118)
Fornecedores		1.224	(153)	(5.145)	2.908
Tributos a recolher		(40)	105	(3.892)	(8.149)
Encargos setoriais		-	-	2.624	3.213
Provisões		-	-	(4.535)	(6.875)
Parcela de ajuste		-	-	153.459	291.985
Outros ativos e passivos		3.375	2.035	(6.327)	2.509
Caixa gerado (aplicado nas) de atividades operacionais		**5.630**	**(3.457)**	**729.974**	**887.653**
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(29.419)	(55.270)
Juros pagos sobre debêntures	10	-	-	(172.300)	(200.637)
Depósitos judiciais		-	-	78	18.321
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**5.630**	**(3.457)**	**528.333**	**650.067**
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Dividendos recebidos		319.113	100.864	-	-
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(2.052)	(1.413)	(1.877)	(1.055)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**317.061**	**99.451**	**(1.877)**	**(1.055)**
Fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento					
Dividendos pagos		(317.800)	(100.864)	(317.800)	(100.864)
Dividendos pagos não controladores		-	-	(70.587)	(80.575)
Captação de debêntures	10	-	-	1.000.000	-
Custo de transação de aquisição de debêntures		-	-	(8.109)	-
Amortização de principal de debêntures	10	-	-	(801.455)	(213.866)
Conta *Escrow*		-	-	(162.638)	-
Depósitos vinculados		-	-	5.370	3.334
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(317.800)**	**(100.864)**	**(355.219)**	**(391.971)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**4.891**	**(4.870)**	**171.237**	**257.041**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.301	13.171	580.602	323.561
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		13.192	8.301	751.839	580.602
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**4.891**	**(4.870)**	**171.237**	**257.041**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

				Reserva de lucros								
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de incentivo fiscal	Reservas de lucros a realizar	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas	Participação não controladores	Total
Saldo em 31/12/2022		**750.001**	**10.971**	**68.397**	**658.736**	**22.111**	**155.615**	**29.275**	**-**	**1.695.106**	**904.283**	**2.599.389**
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	(29.275)	-	(29.275)	(32.028)	(61.303)
Distribuição de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.572)	(6.572)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	216.957	216.957	99.112	316.069
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.300)	(31.300)
Destinação do resultado												
Reservas de lucro	15.2	-	-	10.848	12.020	-	-	-	(22.868)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	15.2	-	-	-	-	15.109	-	-	(15.109)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2	-	-	-	-	-	-	-	(47.750)	(47.750)	(19.910)	(67.660)
Dividendos adicionais propostos	15.2	-	-	-	-	-	-	131.230	(131.230)	-	-	-
Saldo em 31/12/2023		**750.001**	**10.971**	**79.245**	**670.756**	**37.220**	**155.615**	**131.230**	**-**	**1.835.038**	**913.585**	**2.748.623**
Dividendos adicionais aprovados	15.2	-	-	-	-	-	-	(131.230)	-	(131.230)	(28.429)	(159.659)
Distribuição de reservas		-	-	-	(117.503)	-	-	-	-	(117.503)	-	(117.503)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	136.428	136.428	70.553	206.981
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.247)	(22.247)
Destinação do resultado												
Reservas de lucro	15.2	-	-	6.821	-	-	-	-	(6.821)	-	-	-
Reserva de incentivo fiscal	15.2	-	-	-	-	10.430	-	-	(10.430)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.2	-	-	-	-	-	-	-	(29.794)	(29.794)	(14.303)	(44.097)
Dividendos adicionais propostos	15.2	-	-	-	-	-	-	89.383	(89.383)	-	-	-
Saldo em 31/12/2024		**750.001**	**10.971**	**86.066**	**553.253**	**47.650**	**155.615**	**89.383**	**-**	**1.692.939**	**919.159**	**2.612.098**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional

A Evoltz Participações S.A., ("Companhia" ou "Evoltz"), é uma Companhia privada constituída e sediada no Brasil, fundada no dia 26/06/2017.A Companhia é controlada pela Marambaia Holding S.A, sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board. A Companhia tem por objeto social o investimento e participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, que desempenham atividades de geração ou transmissão de energia, assim como outras atividades de infraestrutura correlatas. As controladas têm por objeto social principal operar concessões de serviços públicos de transmissão de energia por um período de 30 anos.

Empresa	Percentual de participação (%)	Receita Anual Ciclo 23-24 (milhões de Reais)	Receita Anual Ciclo 24-25 (milhões de Reais)	Comprimento (KM)	Trecho linha de Transmissão	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
				35 Km	Bateias (PR) - Curitiba (PR)		03/09/2010	
EVZ IV	100%	29,1	30,3	52 Km	Canoinhas (SC) - São Mateus do Sul (PR)	21/06/2007	05/09/2011	20/06/2037
				104 Km	Londrina (PR) - Maringá (PR)		21/11/2009	
EVZ V	100%	24,7	22,0	43 Km	Itararé (SP) – Jaguariaíva	09/10/2007	30/11/2010	20/06/2037
				69 Km	Campos Novos (SC) - Videira (SC)		05/07/2009	
EVZ VI	100%	33,6	24,6	65 Km	Dona Francisca (RS) - Santa Maria (RS)	11/06/2007	11/08/2011	20/06/2037
EVZ VII	100%	18,7	14,4	116 Km	Cascavel do Oeste (PR) - Foz do Iguaçu Norte (PR)	09/10/2007	18/09/2009	08/10/2037
EVZ VIII	100%	10,3	10,7	108 Km	Itacaiunas (PA) - Carajás (PA)	16/06/2011	31/10/2014	15/06/2041
				333 Km	Oriximina (PA) - Silves (AM)			
MTE	100%	214,6	226,3	224 Km	Silves (AM) – Lechuga (AM)	17/10/2008	14/03/2014	15/10/2038
NBTE	51%	365,8	382,0	2.411 Km	Porto Velho (RO) - Araraquara (SP)	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

2. Base da preparação e consolidação

2.1. Base da Preparação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") conforme implementadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes de suas próprias demonstrações financeiras, e somente estas informações, estão sendo apresentadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e por ativos do valor a recuperar. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contraprestação paga em troca dos ativos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração no dia 03/04/2025. **2.2. Base da Consolidação.** As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Evoltz e suas controladas, coletivamente o "Grupo". a) Subsidiárias. Uma subsidiária é uma entidade controlada pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo é exposto a, ou possui direito a, retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre o investido. Especificamente, o Grupo controla uma subsidiária se, e somente se, o Grupo tiver: ■ Os poderes sobre a subsidiária (isto é, direitos existentes que dão ao Grupo a habilidade de direcionar as atividades relevantes para o negócio do referido investidor). ■ Exposição, ou direitos, a retornos variáveis decorrente do envolvimento com o investidor. ■ Capacidade de usar seu poder sobre o investidor para afetar seus retornos. Geralmente, presume-se que a maioria dos direitos de votação resulta em controle. A fim de apoiar esta suposição, quando o Grupo possui menos da maioria na votação ou direitos similares de um investido, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se possui poder sobre um investido, incluindo: ■ O(s) arranjo(s) contratual(ais) com outros titulares de voto do investido. ■ Direitos oriundos de outros arranjos contratuais. ■ Direitos de voto do Grupo e direitos de voto potenciais. O Grupo reavalia se possui controle de um investido ou não, se fatos ou circunstâncias indicarem que há mudanças a um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma subsidiária começa quando o Grupo obtém controle sobre a subsidiária e termina quando o Grupo perde controle da subsidiária. Ativos, passivos, lucros e despesas de uma subsidiária adquirida ou liquidada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o Grupo recebe controle até a data que o Grupo deixa de controlar a subsidiária. Lucros e prejuízos de cada componente do grupo são atribuídos aos proprietários do capital próprio do Grupo e ações em participações minoritárias, mesmo se isto resultar nas participações minoritárias terem saldo de déficit. Quando necessário, ajustes serão feitos aos demonstrativos financeiros das subsidiárias para alinhar as políticas de contabilidade com as políticas de contabilidade do Grupo. Todos os ativos e passivos dentro do Grupo, patrimônio, lucros, despesas, e fluxo de caixa referente a transações entre membros do Grupo são completamente eliminados na consolidação. Uma mudança de participação societária para uma subsidiária, sem perda de controle, é contabilizada como operação de patrimônio. Se o Grupo perder controle sobre uma subsidiária, ele deixa de reconhecer os ativos, passivos, ações em participações Minoritárias e outros componentes de patrimônio, enquanto qualquer prejuízo ou ganho resultante é reconhecido como lucro ou prejuízo. Qualquer investimento retido é reconhecido no valor de mercado. As controladas do Grupo são a Evoltz IV São Mateus Transmissora de Energia S.A. ("EVZ IV"), Evoltz V Londrina Transmissora de Energia S.A. ('EVZ V'), Evoltz VI Campos Novos Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VI"), Evoltz VII Foz Iguaçu Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VII") Evoltz VIII. Transmissora de Energia S.A. ("EVZ VIII"), Manaus Transmissora de Energia S.A. ("MTE") e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("NBTE"). **Moeda Funcional e Moeda de apresentação.** As demonstrações financeiras do Grupo são mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Políticas contábeis relevantes.** O Grupo aplicou as políticas de contabilidade descritas abaixo de forma consistente a todos os anos apresentados nestes demonstrativos financeiros. **2.3. Combinação de Negócios.** Combinação de Negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é medido pela soma da prestação transferida, que é medida pelo valor de mercado na data de aquisição e pelo valor de qualquer participação acionária minoritária neste adquirido. Para cada combinação de negócios, o Grupo decide mensurar a participação minoritária na empresa adquirida pelo valor de mercado e a participação proporcional adquirida da Empresa nos ativos líquidos identificáveis. Os custos relacionados à aquisição são registrados como efetuados e incluídos nas despesas administrativas. Quando o grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para classificação e designação correta de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isto inclui a separação dos derivativos integrados nos contratos de hospedagem pela parte adquirida. O valor de Mercado na data de aquisição será reconhecido por qualquer prestação contingente a ser transferida pela sociedade incorporadora. Uma prestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurado e a liquidação posterior é contabilizada como parte do patrimônio líquido. Uma consideração contingente classificada como um ativo ou passivo, que é um instrumento financeiro e dentro do escopo dos instrumentos financeiros do IFRS 9, é mensurado pelo valor de Mercado com as mudanças no valor de mercado reconhecidas no resultado, de acordo com o IFRS 9. Outras considerações contingentes que não façam parte do escopo do IFRS 9. Em 2024 não ocorreram novas transações de combinações de negócios. **2.4. Instrumentos Financeiros.** O Grupo aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º/01/2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.4.1. Ativos Financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração. ■ Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31/12/2024, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. No dia 31/12/2024 e 2023, os ativos financeiros de base classificados nesta categoria são equivalentes de caixa. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados ao valor justo e mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que compreendem exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.4.2. Passivos Financeiros. a) Classificação inicial e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivos Financeiros.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.4.3. Compensação de saldos.** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5. Ativos de Contrato de Concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controladas do Grupo regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas Companhias. Conforme referido no acordo, as controladas são responsáveis por transportar energia dos centros de geração para os pontos de distribuição. Para atender a esta demanda, a obrigação de Desempenho das Companhias é manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, o Grupo utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pelo Grupo incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.6. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.7. Impostos renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** As controladas MTE, EVZ VIII e NBTE têm incentivo fiscal gerado pelas operações conduzidas no Norte, conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que representa uma redução de 75% do imposto salarial. O incentivo é calculado com base no lucro tributável da atividade incentivada (imposto de renda operacional) e leva em conta na demonstração do resultado e destinado a reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, as controladas possuem algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.8. Novas normas e Interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e Vigentes.** • IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores. • IAS 1 – Passivo não circulantes com covenants. • Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. **(b) Revisadas e não vigentes.** • CPC 26 (IFRS 18) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais subtotais específicos). • CPC 18 (R3) – Investimento em Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. • CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. • CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores. incluindo expectativas de eventos futuros. consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas. julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão contempladas a seguir: ■ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos. ■ Análise de risco de crédito. ■ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 11); Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de Contrato de Concessões.** No contrato de concessão das controladas estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura que será objeto da concessão por 30 anos. ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação. sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição. porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim as controladas fazem jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto. mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão. ou na sua prorrogação. e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP). que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pelo Grupo para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: ■ **Ativos de contrato de concessão indenizáveis** – O Grupo reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados. como Ativo de contrato de concessão. determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL. tendo como base o valor contábil. ■ **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações. reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. ■ **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão. e considera as especificidades de cada projeto de reforço. melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas por suas controladas incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. ■ **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura. é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. ■ **Receita de operação e manutenção** - a Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M) pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. **3.2. Provisões para contingências.** A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis. a hierarquia das leis. as jurisprudências disponíveis. as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias. tais como prazo de prescrição aplicável. conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"). Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **Ativos não financeiros**– os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.4 Demonstração de Fluxo de Caixa ("DFC").** Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em conta corrente	54	4	8.190	6.469
Aplicações financeiras (i)	13.138	8.297	743.649	574.133
	13.192	**8.301**	**751.839**	**580.602**

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário remunerados por uma taxa média de 99,48% do Certificados de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, prontamente conversível em uma quantia definida dinheiro. sujeitos a acordos de recompra com instituições financeiras e um baixo risco de alteração de valor.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	102.863	106.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.717)	(14.535)
Provisão para PVI	(2.240)	(7.223)
	75.906	**84.713**
Circulante	74.723	83.987
Não circulante	1.183	726

As contas a receber estão distribuídos por vencimento. conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	67.593	89.031
Vencidas até 360 dias	20.013	15.964
Vencidas por mais de 360 dias	15.257	1.476
	102.863	**106.471**

6. Ativos de contrato de concessão

Segue abaixo a movimentação dos ativos de contrato de concessão do Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**5.879.241**	**5.779.771**
Alocação menos valia	84.700	50.996
Remuneração de ativos de contrato de concessão	584.103	587.465
Amortização de ativo de contrato de concessão (i)	(708.345)	(538.991)
Saldo final	**5.839.699**	**5.879.241**
Corrente	609.451	575.941
Não circulante	5.230.248	5.303.300

(i) Impacto no montante de R$108,4 milhões em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025 para as controladas MTE e NBTE, sendo R$62,2 milhões e R$46,2 milhões respectivamente.

7. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos em controladas	2.077.388	2.243.063
	2.077.388	**2.243.063**

7.1. Informações de Investimento

	31/12/2024						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	99.731	89.555	109.789	73.544	63.843	1.151.223	1.875.834
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.611	3.708	(2.473)	2.337	4.648	20.228	143.986
% Participação:	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%

	31/12/2023						
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE
Patrimônio líquido	96.978	86.728	112.262	71.762	60.245	1.364.846	1.864.460
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.459	3.401	(5.210)	(3.262)	3.747	69.881	202.270
% Participação	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	51.0%

7.2. Investimentos em controladas

	Controlada							
	EVZ IV	EVZ V	EVZ VI	EVZ VII	EVZ VIII	MTE	NBTE	Total
Em 31/12/2023	**54.148**	**47.913**	**66.590**	**48.491**	**31.426**	**1.122.743**	**871.752**	**2.243.063**
Equivalência patrimonial	3.611	3.708	(2.473)	2.337	4.648	20.228	73.433	105.492
Amortização menos valia	3.163	2.881	3.390	1.689	1.629	15.726	5.183	33.661
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	(29.590)	(29.590)
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(229.047)	-	(229.047)
Dividendos intercalares recebidos	-	-	-	-	-	-	(23.156)	(23.156)
Dividendos mínimos obrigatório	(858)	(881)	-	(555)	(1.050)	(4.804)	(14.887)	(23.035)
Em 31/12/2024	**60.064**	**53.621**	**67.507**	**51.962**	**36.653**	**924.846**	**882.735**	**2.077.388**

8. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	1.888	650	62.396	67.173
Outros	29	43	148	516
	1.917	**693**	**62.544**	**67.689**
Circulante (i)	1.917	693	41.163	27.840
Não-Circulante (i)	-	-	21.381	39.849

(i) Refere-se principalmente a confissão de dívida por força de acordo judicial da controlada NBTE no montante de R$ 85,4 milhões (R$ 45 milhões pagos em 2019) , sendo o montante de R$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R$ 10 milhões pagos em 31.10.2024 (montante atualizado de R$ 13,4 milhões), R$ 15 milhões em 31.10.2025 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R$ 20,4 milhões) e R$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R$ 20,4 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

9. Debêntures

9.1. Composição das debêntures

Empresa	Dívida	Indexador	taxa de juros	Prazo		Valor liberado	Consolidado 31/12/2024 Circulante	Não Circulante	Total
Norte	Debênture	IPCA	7,15%	15/03/2013	15/09/2026	200.000	66.970	62.323	129.293
Norte	Debênture	IPCA	5,07%	15/11/2020	15/11/2030	1.000.000	57.826	1.078.871	1.136.697
Manaus	Debênture	CDI	0.82%	21/10/2024	21/10/2034	1.000.000	54.882	965.035	1.019.917
EVZ IV	Debênture	IPCA	5.40%	25/11/2020	15/10/2027	70.000	17.932	18.554	36.486
EVZ V	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	56.000	5.407	11.635	17.042
EVZ VI	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	67.000	4.870	11.661	16.531
EVZ VII	Debênture	CDI	1.26%	13/01/2020	30/06/2029	42.000	2.937	7.641	10.578
EVZ VIII	Debênture	CDI	1.42%	26/12/2019	30/06/2029	25.000	2.699	11.628	14.327
Total das debêntures							**213.523**	**2.167.348**	**2.380.871**
Custo de transação							(5.330)	(26.311)	(31.641)
Total							**208.193**	**2.141.037**	**2.349.230**

Em 21/10/2024 a controlada MTE realizou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em duas séries, no valor total de R$ 1 bilhão, com remuneração de CDI + 0,55% a.a. e vencimento em 21/10/2029 para a 1ª série e remuneração de CDI + 0,95% a.a. para a 2ª série com vencimento em 21/10/2034. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da 2ª emissão de debêntures em 8/11/2024.

Empresa	Dívida	Indexador	taxa de juros	Prazo		Valor liberado	Consolidado 31/12/2023 Circulante	Não Circulante	Total
Manaus	Debênture	CDI	2.75%	15/04/2021	15/04/2031	750.000	70.765	573.750	644.515
Norte	Debênture	IPCA	7,15%	15/03/2013	15/09/2026	200.000	30.717	155.004	185.721
Norte	Debênture	IPCA	5,07%	15/11/2020	15/11/2030	1.000.000	55.622	1.077.374	1.132.996
EVZ IV	Debênture	IPCA	5.40%	25/11/2020	15/10/2027	70.000	19.378	36.089	55.467
EVZ V	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	56.000	9.316	20.487	29.803
EVZ VI	Debênture	CDI	1.28%	13/01/2020	30/06/2029	67.000	9.819	23.026	32.845
EVZ VII	Debênture	CDI	1.26%	13/01/2020	30/06/2029	42.000	5.196	13.413	18.609
EVZ VIII	Debênture	CDI	1.42%	26/12/2019	30/06/2029	25.000	2.907	15.915	18.822
Total das debêntures							**203.720**	**1.915.058**	**2.118.778**
Custo de transação							(5.280)	(28.485)	(33.765)
Total							**198.440**	**1.886.573**	**2.085.013**

Os vencimentos das parcelas de longo prazo estão distribuídos conforme a seguir:

	2026	2027	2028	2029	após 2029	Total
Debêntures	212.209	233.840	251.682	103.906	1.365.711	2.167.348

Abaixo segue movimentação das debêntures:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**2.085.013**	**2.235.405**
Captação de debêntures	1.000.000	-
Custo de transação da captação	(8.109)	-
Juros provisionados	235.848	258.789
Amortização de juros	(172.300)	(200.637)
Amortização de principal	(801.455)	(213.866)
Amortização e baixa do custo de transação	10.233	5.322
Saldo final	**2.349.230**	**2.085.013**

9.2. Obrigações contratuais. No exercício de 2023 em razão do não atingimento do índice mínimo de 1,20 (índice apurado 1,15) na 2ª emissão de debentures pelo segundo ano consecutivo, a controlada MTE manteve o depósito efetuado em 7/02/2023, em conta reserva no montante de R$ 7.776 (R$8.558 atualizado em 31/12/2023), assegurando assim a manutenção do índice financeiro estabelecido contratualmente e não execução do vencimento antecipado da dívida. Em abril de 2024 a controlada obteve êxito na liberação do saldo excedente na conta reserva no montante de R$ 1.176 com base no ICSD apurado em 2023. Adicionalmente, conforme supracitado, em 8 de novembro a controlada quitou a 2ª emissão de debentures antecipadamente, extinguindo assim a obrigação do depósito em conta vinculada e em 22 de novembro obteve o resgate do valor depositado atualizado no montante de R$7.996 (Resgate total em 2024 R$8.558). Em 31/12/2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

10. Provisões

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	3.223	6.722
Cíveis	27.001	24.612
Regulatórias	2.454	2.342
Outras contingências	30.883	24.794
Sobressalentes e outras provisões	11.307	17.648
	74.868	**76.118**
Circulante	3.318	6.411
Não circulante	71.550	69.707

a) Movimento das provisões

	Ambientais	Cíveis	Regulatórias	Outras Contingências	Sobressalentes e Outras provisões	Total
Em 31/12/2022	**11.160**	**3.733**	**2.243**	**28.209**	**22.800**	**68.145**
Amortização por exclusão de litígios (i)	-	-	-	(4.755)	-	(4.755)
Adições	-	-	-	1.478	-	1.478
Atualização (ii)	664	20.879	99	2.526	-	24.168
Reversões (iii)	(18)	-	-	(873)	(5.152)	(6.043)
Pagamentos (iv)	(5.084)	-	-	(1.791)	-	(6.875)
Em 31/12/2023	**6.722**	**24.612**	**2.342**	**24.794**	**17.648**	**76.118**
Amortização por exclusão de litígios (i)	-	-	-	(408)	-	(408)
Adições	-	-	-	5.058	-	5.058
Atualização (ii)	322	3.475	112	3.616	-	7.525
Reversões (iii)	-	(1.086)	-	(1.463)	(6.341)	(8.890)
Pagamentos (iv)	(3.821)	-	-	(714)	-	(4.535)
Em 31/12/2024	**3.223**	**27.001**	**2.454**	**30.883**	**11.307**	**74.868**

(i) Baixa das provisões contingenciais com probabilidade de perca possíveis e remotas consideradas para mensuração do valor justo. A realização é dada à medida que as respectivas contingências são liquidadas, canceladas ou extintas. (ii) Em 2023, trata-se basicamente de causas da controlada EVZ VI cujo objeto em comum visava a discussão relacionada ao contrato de prestação de serviços no período de construção nos quais visam o ressarcimento e reparo contratual. Em 2024, o incremento refere-se à atualização monetária majoritariamente da EVZ VI. (iii) As baixas referem – se principalmente a compra de reserva técnica no montante de R$ 6.341 (1.701 em 31/12/2023) e baixa de provisões pré-operacionais sem expectativa de realização no montante de R$ 1.848 em 2023. (iv) Os pagamentos referem-se basicamente a gastos incorridos no programa de Compensação Ambiental, Corte Seletivo de vegetação atendendo as especificações legais pertinentes de forma a garantir uma operação segura da linha de transmissão nas controladas MTE e NBTE. **b) Passivos contingentes.** A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	-	558
Trabalhistas	559	440
	559	**998**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Regulatórios(i)	77.392	49.100
Fundiárias (ii)	49.509	53.814
Tributárias (iii)	44.430	44.108
Cíveis (iv)	21.787	20.375
Ambientais	5.390	4.823
Trabalhistas	934	2.083
	199.442	**174.303**

(i) Refere-se basicamente a Recurso Administrativo, interposto pela controlada NBTE, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão em outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI e ações em face da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para suspensão ou cancelamento de aplicação de penalidades por indisponibilidade na linha de transmissão interposto pela controlada MTE. O incremento refere-se basicamente à reavaliação do montante em risco pela NBTE. (ii) Refere-se às ações de indenização relacionadas à liberação de faixa de servidão da linha de transmissão. (iii) Refere-se principalmente aos autos de infração impetrados pela SRF de cobrança de PIS/COFINS apurados ao longo do ano 2010 e de manifestação de inconformidade contra despacho decisório que deixou de reconhecer o direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ apurado no ano calendário 2010 e ao processo referente a retificação da DCTF do ano calendário 2015 da controlada MTE. Adicionalmente, ações de execução fiscal para discussão de valores devidos pelo não recolhimento do ICMS. (iv) Referem-se basicamente a ação de reavaliação de risco da causa conforme supracitado no item a (ii) da controlada EVZ VI.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de Renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	190.184	190.563
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(396.038)	(396.320)	(867.843)	(783.639)
	(396.038)	**(396.320)**	**(677.659)**	**(593.076)**

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. As controladas esperam realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31/12/2024 de acordo com o seguinte cronograma futuro. com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
EVZ IV	-	-	91	94	2.262	2.447
EVZ V	-	-	-	-	1.172	1.172
EVZ VI	-	-	-	-	922	922
EVZ VIII	324	251	275	-	-	850
MTE	2.856	3.405	3.606	5.256	109.632	124.755
NBTE	9.179	10.442	9.946	9.037	21.434	60.038
Total	**12.359**	**14.098**	**13.918**	**14.387**	**135.422**	**190.184**

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	136.146	217.102
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	**(46.290)**	**(73.815)**
Equivalência patrimonial	47.312	74.784
Outras adições (exclusões)	(740)	(1.114)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	**282**	**(145)**
Alíquota efetiva	**0,21%**	**(0,07%)**
Efeito no resultado		
Diferido	282	(145)
	282	**(145)**

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	267.886	421.288
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto calculado sobre a alíquota nominal	**(91.081)**	**(143.238)**
Lucro por exploração	20.243	29.626
Outras adições	9.933	8.393
Despesas com imposto de renda e contribuição social	**(60.905)**	**(105.219)**
Alíquota efetiva	**(22,74%)**	**(24,98%)**
Efeito no resultado		
Corrente	(27.763)	(62.047)
Diferido	(33.142)	(43.172)
	(60.905)	**(105.219)**

12. PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido	100.048	101.086
COFINS diferido	460.765	465.548
	560.813	**566.634**
Circulante	10.963	9.526
Não circulante	549.850	557.108

13. Parcela de ajuste

A controlada NBTE pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R$ 541.970. Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da controlada, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R$ 279.044. Os efeitos dessa decisão foram apurados pela NBTE considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como "Caixa e equivalentes de caixa", tendo a sua contrapartida como "Parcela de ajuste". Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A ("Parcela de ajuste"), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, finalizado em junho de 2024, totalizando nesta data base R$ 565.264 (R$ 411.805 em 31/12/2023), líquido dos respectivos efeitos fiscais. **13.1. Conta Escrow.** O Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") da controlada NBTE ("Companhia") firmado em 18 de dezembro 2017 entre a Evoltz Participações ("Evoltz") e o antigo acionista Abengoa Concessões ("Vendedora") antigo acionista, em conjunto denominada Partes, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a NBTE, prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda. O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação. O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva. Uma vez notificada pela NBTE das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à NBTE que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita "Conta Escrow". Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes: i. Depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento. ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação. iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados

Evoltz Participações S.A.

CNPJ nº 28.037.759/0001-68

deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução. Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a controlada procedeu o depósito em Conta Escrow em 30/01/2024 no montante de R$ 112.689 efetuando mensalmente os depósitos correspondente a contraparte encerrada em junho de 2024. O montante atualizado em 31 de dezembro é de R$ 162.638.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital Social. Em 31/12/2024 e 2023 o capital social da Companhia é representado por 750.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

	Composição acionária	
	Número de Ações	%
Marambaia Holding S.A. (i)	750.000.997	99,99%
12365359 Canada Inc	1	0,003%
12365341 Canada Inc	1	0,003%
12365367 Canada Inc	1	0,003%
	750.001.000	**100%**

(i) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/04/2024, foi aprovada a mudança na denominação social da Leovac Participações S.A. para Marambaia Holding S.A.. **14.2. Dividendos.** Sob os termos do Estatuto da Empresa. aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do ano. calculada de acordo com a Lei das Sociedades por Ações do Brasil. A administração propões os dividendos como indicado abaixo: Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/04/2024, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31/12/2023, no montante de R$ 131.230. Em 28/05/2024 foram pagos aos acionistas o total de R$ 111.000 de dividendos, sendo R$ 69.067 dos dividendos a pagar encerrados em 2023 e R$ 41.933 dos dividendos adicionais supracitados. Adicionalmente, em 12/12/2024 foi realizado pagamento de dividendos no montante de R$ 206.800, sendo R$89.297 dos dividendos adicionais supracitados e R$117.503 de distribuição de reservas de lucros de exercícios anteriores.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	136.428	216.957
Reserva legal	(6.821)	(10.848)
Reserva de incentivos fiscais	(10.430)	(15.109)
Lucro base para determinação do dividendo	119.177	191.000
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**29.794**	**47.750**
Dividendos adicionais propostos	89.383	131.230
Dividendos propostos por lote de mil ações	**0,16**	**0,24**

14.3. Lucro por ação. O lucro básico anual por ação para 31/12/2024 e 2023 foi calculado com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação. como se segue:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações ordinárias no início do exercício	750.001	750.001
Número de ações ordinárias no final do exercício	750.001	750.001
Resultado líquido do exercício	136.818	216.957
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício	750.001	750.001
Lucro líquido e diluído por ação	**0,18**	**0,29**

15. Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita Bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	584.103	587.465
Receita de operação e manutenção	68.932	62.481
Outras receitas (i)	106.691	168.578
Impacto RTP (ii)	(108.408)	-
	651.318	**818.524**
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS)	(66.274)	(58.531)
Encargos setoriais	(32.333)	(31.300)
Provisão/Reversão de PVI	(1.188)	(21.162)
	(99.795)	**(110.993)**
Receita líquida	**551.523**	**707.531**

(ii) Refere-se basicamente a diferença entre a amortização do ativo de contrato e o recebimento (AVC). (iii) Conforme nota 7, refere-se à revisão do fluxo em razão da Revisão Tarifária Periódica – RTP das controladas NBTE e MTE.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	68.932	62.481
- Custos	(66.907)	(62.809)
Margem(R$)	**2.025**	**(328)**
Margem percebida (%)	**2,94%**	**(0,52)%**

16. Custos e despesas operacionais

	Controladora			
	Custo		Despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	-	-	(1.178)	(1.729)
Impostos e taxas	-	-	(132)	(11)
Seguros	-	-	(9)	(62)
Despesas de viagem	-	-	(1.548)	(1.232)
Outras despesas	-	-	(1.315)	(1.216)
	-	**-**	**(4.182)**	**(4.250)**

	Consolidado			
	Custo		Despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(18.406)	(13.488)	(26.639)	(27.267)
Serviços de terceiros	(40.035)	(39.724)	(17.481)	(18.055)
Ambientais	(367)	(1.773)	-	-
Contingências (i)	(2.106)	(3.948)	(7.609)	(20.189)
Seguros	(3.683)	(7.881)	(230)	(251)
Recuperação de Despesas (ii)	1.771	8.276	-	-
Provisão para devedores duvidosos (iii)	-	-	(12.076)	(9.819)
Despesas de viagem	-	-	(1.548)	(1.232)
Outras despesas	(4.416)	(6.213)	(5.155)	(3.536)
	(67.242)	**(64.751)**	**(70.738)**	**(80.349)**

(i) Refere-se basicamente a revisão dos valores de perda da causa cível da controlada EVZ VI, conforme nota 11. (ii) Em 2023 refere se basicamente aos ressarcimentos das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido nas controladas NBTE e EVZ VI no montante de R$8,2 milhões. (iii) Refere-se aos impactos de provisão para inadimplentes, conforme nota 5.

17.Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.267	1.370	65.119	56.954
Rendimentos sobre depósitos vinculados	-	-	6.883	7.506
Atualização de depósitos judiciais	-	-	-	874
Outras receitas financeiras	59	148	2.454	3.982
	1.326	**1.518**	**74.456**	**69.316**
Despesas financeiras:				
Juros debêntures	-	-	(235.848)	(258.789)
Outras despesas financeiras (i)	(151)	(119)	(38.261)	(12.906)
	(151)	**(119)**	**(274.109)**	**(271.695)**
Resultado financeiro líquido	**1.175**	**1.399**	**(199.653)**	**(202.379)**

(i) Conforme mencionado na nota 10 a controlada MTE procedeu com a quitação antecipada da 2ª emissão de debêntures, com o impacto de *fee* pelo pagamento antecipado da dívida no montante total de R$20.267.

18. Operações com partes relacionadas

a) Transações

	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Dividendos	Contas a receber	Dividendos	Contas a receber
EVZ IV (i)	858	497	-	523
EVZ V (i)	881	369	-	441
EVZ VI(i)	-	446	-	601
EVZ VII (i)	555	253	-	335
EVZ VIII (i)	1.291	176	241	185
MTE	4.804	3.647	16.597	4.279
NBTE	14.887	5.766	20.723	6.541
Total	**23.276**	**11.154**	**37.561**	**12.905**

(i) As controladas constituíram dividendos mínimos obrigatório sobre o resultado de 2024, conforme Lei das Sociedade por ações, porém, será proposta em Assembleia Geral Ordinária a reclassificação integral dos montantes para a reserva de lucros, com o objetivo de atender aos covenants das escrituras de debêntures vigentes pelas Companhias. Em 2023, não foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios.

b) Remuneração dos administradores	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	6.295	6.368
Encargos sociais	1.184	1.261
	7.479	**7.629**

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco

19.1. Gestão de riscos. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de risco são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de mudanças nas variáveis de mercado. tais como taxa de câmbio estrangeiro. inflação e taxas de juros. O objetivo da gestão de risco de Mercado é gerenciar e controlar a exposição a riscos de mercado. dentro de parâmetros aceitáveis. com otimização de retornos. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Riscos de liquidez.** É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pelo Grupo:

	Controladora 31/12/2024				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	1.917	-	-	-	1.917
Partes relacionadas	11.154	-	-	-	11.154
	13.071	**-**	**-**	**-**	**13.071**

	Controladora 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	693	-	-	-	693
Partes relacionadas	12.905	-	-	-	12.905
	13.598	**-**	**-**	**-**	**13.598**

	Consolidado 31/12/2024				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	41.163	-	21.381	-	62.544
Debêntures	106.762	106.761	801.637	1.365.711	2.380.871
	147.925	**106.761**	**823.018**	**1.365.711**	**2.443.415**

	Consolidado 31/12/2023				
	Até 6 meses	6 meses até 1 ano	de 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Fornecedores	14.892	12.948	39.849	-	67.689
Debêntures	101.862	101.858	826.895	1.088.163	2.118.778
	116.754	**114.806**	**866.744**	**1.088.163**	**2.186.467**

19.2. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31/12/2025 para o IPCA é de 5,08% e do CDI é de 15,0% conforme expectativa de mercado.

	Consolidado			
	Taxa	Valor exposto 31/12/2024	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – IPCA	5,08%	1.302.476	66.166	82.707	99.249
Debêntures – CDI	15,0%	1.078.395	161.759	202.199	242.639
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		**2.380.871**	**227.925**	**284.906**	**341.888**

Fonte: IPCA e CDI de acordo com dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN (Relatório Focus, em 17/01/2025). **19.3. Instrumentos financeiros por categoria**

		Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	13.192	-	8.301
		-	**13.192**	**-**	**8.301**
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	1.917	-	693	-
Partes relacionadas		11.154	-	12.905	-
		13.071	**-**	**13.598**	**-**

		Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	751.839	-	580.602
Contas a Receber	5	75.906	-	84.713	-
Depósitos Vinculados	10.2	-	66.675	-	66.072
		75.906	**818.514**	**84.713**	**646.674**
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	62.544	-	67.689	-
Debêntures	10	2.380.871	-	2.118.778	-
		2.443.415	**-**	**2.186.467**	**-**

19.4. Gestão de capital. O nível de endividamento da Empresa é medido pelo valor total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido pelos títulos dos acionistas. A Administração também monitora o nível dos dividendos dos acionistas. O índice de endividamento é mostrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Dívida bruta	2.380.871	2.118.778
Caixa e equivalente de caixa + depósitos vinculados	(818.514)	(646.674)
Dívida líquida	1.562.357	1.472.104
Patrimônio líquido	2.612.098	2.748.623
Índice de endividamento (Dívida líquida/PL)	**0,60**	**0,54**

19.5. Estimativa de valor justo. A Companhia e suas controladas aplica CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia. A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo:

Controladora			
Ativos financeiros	**Nível**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Recursos em conta corrente	2	54	4
Aplicações financeiras	2	13.138	8.297
Consolidado			
Ativos financeiros	**Nível**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Caixa e equivalentes de caixa	2	8.190	6.469
Aplicações financeiras	2	743.649	574.133
Depósitos vinculados	2	66.675	66.072

20. Seguros

O Grupo adota política de cobertura de seguros para ativos sujeitos a riscos em quantias consideradas suficientes pela Gerência para cobrir possíveis perdas/riscos, considerando a natureza da atividade. Dada a natureza, as hipóteses de risco adotadas não são parte do escopo da auditoria, portanto, não foram examinados por nossos auditores independentes.

Riscos	Seguradora	Vigência	Limite máximo de garantia
D&O (i)	Swiss Re	Jul/2024 a Jul/2025	100.000
Responsabilidade Civil			
EVZ IV a VIII	Chubb	Dez/2024 a Dez/2025	10.000
MTE	Chubb	Dez/2024 a Dez/2025	15.000
NBTE	Chubb	Jan/2025 a Jan/2026	15.000
Risco Operacional			
EVZ IV a VIII	Tokio Marine	Jan/2025 a Jan/2026	70.000
MTE	Tokio Marine	Jan/2025 a Jan/2026	200.000

(i) Seguro contratado pela controladora e pago mensalmente por nota de débito pelas controladas.

Conselho de Administração

Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho
Igor Romitelli de Queiroz - Membro do Conselho. Jerson Kelman - Membro do Conselho
Luiza Lage - Membro do Conselho. Matheus Ejima - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO
Claudine Furtado Anchite – CFO. Daniel Henrique Lima – COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Evoltz Participações S.A. Rio de janeiro - RJ

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Evoltz Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de janeiro, 03/04/2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Dando continuidade ao nosso compromisso com a excelência, em 2024, seguimos com grandes realizações e entrega de resultados consistentes. Mantivemos nossa resiliência e disciplina na operação e manutenção das instalações, bem como nas atividades financeiras e de engenharia com níveis adequados de desempenho e foco nas melhores práticas, visando principalmente a preservação da saúde e segurança de nossos colaboradores. A segurança é princípio fundamental e inegociável em nossa atuação, exigindo atenção e cuidado contínuos. Com esse compromisso em mente, seguimos firmes na construção de uma empresa responsável e, com grande satisfação, celebramos o atingimento da marca de mais de 896 dias sem acidentes com afastamentos, investindo em treinamento e capacitação de nossos colaboradores e parceiros. Todas essas conquistas refletem uma agenda consistente de conscientização, monitoramento e inovação. Com a convicção de que a cultura de segurança deve ser permanente, desenvolvemos um plano estratégico para dar continuidade às ações, incorporando novas tecnologias, programas de prevenção de acidentes, mitigação de riscos e capacitação da força de trabalho ao longo do próximo ano. Essas iniciativas são essenciais para a sustentabilidade e o sucesso de longo prazo da nossa empresa. Dando continuidade ao nosso compromisso com a governança, concluímos a Política de Gestão de Riscos criando maior robustez no processo de governança, fortalecendo nossa gestão estratégica de riscos. Esse avanço reforça nossa capacidade de identificar, mitigar e responder proativamente a desafios, garantindo maior segurança, previsibilidade e criação de valor sustentável para a Companhia. Nosso desempenho econômico-financeiro segue consistente em IFRS, embora o exercício tenha sido marcado pela Revisão Tarifária Periódica (RTP) da RAP em julho de 2024, gerando um impacto negativo na revisão do fluxo do ativo de contrato no montante de R$ 46,2 milhões. Ao expurgarmos este impacto, o EBITDA se manteve em linha com o de 2023, alcançando uma margem de EBITDA ajustado 85,7%. Novamente celebramos mais um ano com o elevado índice de disponibilidade da linha de transmissão alcançando o patamar de 98,26% já considerando as atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema. A dívida líquida manteve-se em linha comparado ao ano anterior. Ao expurgarmos o efeito do caixa extraordinário e o impacto da RTP, o indicador Dívida Líquida/EBITDA finalizou o exercício em 3,5x, um aumento de 0,3 p.p em relação ao registrado em 2023. A evolução constante da excelência técnica e operacional dos colaboradores vem gerando solidez financeira, sendo o alicerce principal na materialização dos projetos, e mesmo com impacto da RTP no IFRS, obtivemos uma geração de caixa nas atividades operacionais no montante R$ 383,2 milhões, permitindo a distribuição de R$ 40,6 milhões em dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente, o conselho de administração aprovou a distribuição de R$, R$ 58,0 milhões de dividendos adicionais e R$ 45,0 milhões de dividendos intercalares totalizando o montante de R$ 144,1 milhões durante exercício. Para 2025 será proposto em assembleia um total de R$ 71,4 milhões de distribuição, sendo R$ 29,2 milhões em dividendos mínimos obrigatórios e R$ 42,2 milhões de dividendos adicionais, destinando 100% do resultado do exercício, demonstrando assim uma forte capacidade de geração de caixa e retorno aos nossos acionistas. Seguiremos firmes em nossa jornada de crescimento sustentável, comprometidos com a geração de valor no setor de transmissão de energia no Brasil. Com foco em segurança, eficiência e inovação, continuaremos investindo para fortalecer a infraestrutura elétrica do país, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a melhoria da qualidade de vida de todos. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, bem como aos nossos stakeholders pela confiança e parceria, que são essenciais para o aprimoramento contínuo e o sucesso da Companhia. **A Administração.**

Destaques

- **Pagamento de dividendos** de **R$ 144,1 milhões** demonstrando a forte geração de caixa da Companhia.
- **Resultado Financeiro** de **R$ (91,6) milhões,** redução de **4,7%** frente ao mesmo período de 2023.
- **Dívida Bruta de R$ 1,3 bilhão** (-4,0% vs 2023).
- **Desempenho operacional de 98,26%,** manutenção da excelência operacional.

Indicadores Financeiros - IFRS

(em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Receita operacional líquida	337.243	405.765	(16,9%)
Custos e despesas operacionais	(60.169)	(50.015)	20,3%
EBITDA (*)	280.707	358.234	(21,6%)
EBITDA Ajustado (**)	328.491	361.908	(9,2%)
Margem EBITDA	83,2%	88,3%	(5,1) p.p
Margem EBITDA Ajustado	85,7%	89,2%	(3,5) p.p
Resultado financeiro	(91.599)	(96.072)	(4,7%)
Lucro líquido	143.986	202.270	(28,8%)
Dívida bruta	1.265.990	1.318.717	(4,0%)
Caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados	465.316	496.056	(6,2%)
Dívida Líquida (***)	800.674	822.661	(2,7%)
Dívida Liquida/EBITDA	2,9	2,3	24,2%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	2,4	2,3	7,2%

(*) EBITDA padrão da CVM de acordo com a Instrução CVM nº 527 e EBITDA ajustado desconsiderando os impactos dos Itens não recorrentes.

(**) **Itens não recorrentes** são ocorrências extraordinárias que afetaram o resultado no período. Algumas despesas são incorridas por razões que não envolvem as operações normais de negócios e consequentemente, não afetam o ciclo operacional da Companhia. Extraordinariamente para 2024, foi expurgado o efeito da Revisão Tarifária Periódica (RTP) no fluxo do ativo de contrato.

(***) Dívida líquida: A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa, TVM, aplicações financeiras e depósitos vinculados. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Sobre a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

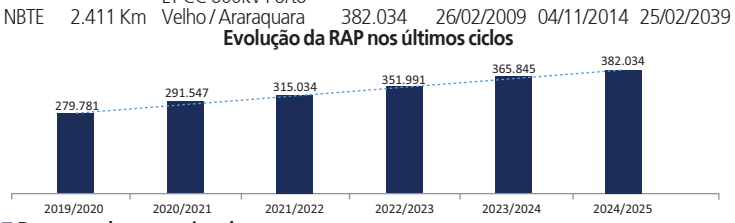
A Norte Brasil S.A. ("NBTE") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 007/2008 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção da Linha de Transmissão de corrente contínua, na tensão de ±600 kV, com extensão de 2.411 km, tendo origem na subestação Coletora Porto Velho, localizada no estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, localizada no estado de São Paulo. A linha de transmissão atravessa 85 municípios em 5 estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, sendo uma das maiores linhas do mundo.

A Evoltz Participações S.A., sociedade controlada por fundos geridos pelo Ontario Teachers' Pension Plan Board, detém o controle da Companhia. Abaixo o resumo da concessão:

Receita Anual Permitida

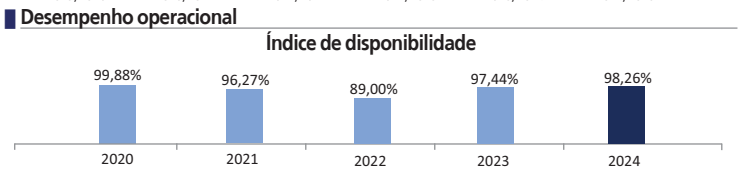
Nome	Extensão (KM)	Linha de Transmissão	RAP Ciclo 24-25 (R$ milhões)	Data de Despacho	Início da Concessão	Fim da Concessão
NBTE	2.411 Km	LT CC 600kV Porto Velho / Araraquara	382.034	26/02/2009	04/11/2014	25/02/2039

Evolução da RAP nos últimos ciclos



Desempenho operational

Índice de disponibilidade

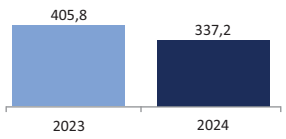


A companhia encerrou o exercício de 2024 com uma disponibilidade acumulada de 98,26% em função de atividades preventivas realizadas com o desligamento programado das linhas, fundamentais para assegurar a confiabilidade do sistema sem incidência de penalidades (PVI).

Desempenho econômico-financeiro

Receita Operacional líquida - IFRS

A **Receita Operacional Líquida** encerrou o exercício com o total de **R$ 337,2 milhões** sendo uma redução de **R$ 68,5 milhões** comparado ao mesmo período de 2023. Essa redução refere-se à contração do índice de inflação (IPCA) ajustado na revisão do fluxo do ativo de contrato no montante de R$ 46,2 milhões, por meio da revisão tarifária periódica da Companhia em 16 de julho de 2024.



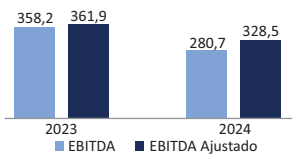
Custos e Despesas operacionais:

(em milhares de reais)	2024	2023	Variação
Pessoal	(23.954)	(21.424)	11,8%
Serviços de terceiros	(21.178)	(19.747)	7,2%
Provisão para devedores duvidosos	(7.976)	(7.269)	9,7 %
Recuperação de despesas	1.771	6.279	(71,8%)
Outros custos e despesas	(8.832)	(7.854)	12,5%
Total	**(60.169)**	**(50.015)**	**20,3%**

Os custos e despesas operacionais encerraram o exercício de 2024 no montante total de **R$ 60,2 milhões** sendo um aumento total de **R$ 10,2 milhões** comparado ao mesmo período de 2023. A variação se refere basicamente a: (i) Incremento de despesa com pessoal no montante de **R$ 2,5 milhões** devido a reajuste anual e aumento de quadro; (ii) indenização de seguro recebida em dezembro de 2023 no montante de **R$ 6,3 milhões**; e (iii) reconhecimento do Auto de Infração recebido em junho de 2024 sobre fiscalização realizada durante o exercício de 2023 pela ANEEL no montante de **R$ 1,3 milhão**, pago em julho de 2024.

EBITDA.

O **EBITDA** foi de **R$ 280,7 milhões** no exercício de 2024, representando uma redução de 21,6% em relação aos **R$ 358,2 milhões** apurados em 2023, devido ao impacto da revisão tarifária (RTP) no fluxo de ativo de contrato em R$ 46,2 milhões somados a variação de custos e despesas supracitados. O **EBITDA Ajustado** é impactado principalmente pelas atualizações das contingências da Companhia. Extraordinariamente em 2024, expurgamos o efeito negativo da RTP supracitado.



Resultado Financeiro

(em milhares de reais)	2024	2023	Variação.
Receita de aplicação financeira	42.423	39.850	2.573
Juros sobre debêntures	(130.647)	(133.275)	2.628
Custo de transação	(4.280)	(4.325)	45
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas	905	1.678	(773)
Total	(91.599)	(96.072)	4.473

Endividamento

Em 2024 a dívida bruta encerrou no montante de R$ 1,3 bilhão, e desta forma uma redução de R$ 52,7 milhões em relação ao mesmo período de 2023. Tal redução se refere principalmente as amortizações realizadas no período no montante total de R$ 183,4.

A dívida líquida atingiu R$ 800,7 milhões, com o indicador de alavancagem medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA alcançando 2,9x, uma redução 0,7 p.p. causada principalmente pelo caixa obtido em detrimento ao cumprimento a uma decisão judicial. No entanto, ao expurgarmos o efeito da decisão judicial e os impactos da RTP, o indicador de alavancagem fica 3,5x, configurando-se em um aumento de 0,3 p.p em relação ao registrado no mesmo período de 2023.

Governança corporativa

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, contando com Conselho de Administração e Auditoria Externa.

Diretoria Executiva é formada por três diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, que acumula a função de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Operações e Manutenção, eleitos para cumprir mandato unificado de dois anos, os quais exercerão suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

O Conselho de Administração ("CA") é formado por três membros titulares. O CA é responsável: (i) por estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções (iii) por manifestar-se sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas da diretoria, elaborados ao término de cada exercício social, dentre outras funções.

A Companhia também possui mecanismos e práticas de prevenção, detecção de fraudes e atos ilícitos, por meio de políticas e ações, como políticas de Compliance, Anticorrupção e Prevenção a fraudes, Canal de denúncias e Código de conduta e Ética Profissional.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**822.036**	**828.720**
Caixa e equivalentes de caixa	4	398.641	438.542
Depósitos vinculados	9	24.514	18.988
Contas a receber	5	40.003	51.972
Tributos a recuperar	7	4.061	3
Ativo de contrato de concessão	8	338.769	306.004
Sobressalentes		11.399	9.624
Partes relacionadas	6	162	-
Outros ativos		4.487	3.587
Não circulante		**3.547.206**	**3.432.523**
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	827	403
Conta *Escrow*	15.1	162.638	-
Depósitos vinculados	9	42.161	38.526
Depósitos judiciais		1.394	1.472
Tributos a recuperar	7	2.628	2.473
Ativo de contrato de concessão	8	3.337.148	3.389.147
Imobilizado		278	311
Intangível		132	191
Total do ativo		**4.369.242**	**4.261.243**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**195.915**	**166.665**
Fornecedores	10	24.922	17.044
Debêntures	11	120.516	82.059
Tributos a recolher	7	3.883	9.863
Dividendos a pagar	16.3	29.190	40.633
Partes relacionadas	6	5.928	6.541
Provisões	12	-	1.689
Encargos setoriais		7.503	6.003
PIS e COFINS diferidos	13	3.973	2.833
Não circulante		**2.297.493**	**2.230.118**
Fornecedores	10	20.377	38.845
Debêntures	11	1.122.855	1.209.758
Provisões	12	11.289	8.953
PIS e COFINS diferidos	13	309.850	311.196
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	267.858	249.561
Parcela de ajuste	15	565.264	411.805
Patrimônio líquido		**1.875.834**	**1.864.460**
Capital social	16.1	1.687.300	1.687.300
Reserva legal		64.589	57.390
Reserva de incentivos fiscais		81.777	61.751
Reserva de lucros		42.168	58.019
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.369.242**	**4.261.243**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros: Distribuição de dividendos adicionais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Reserva de incentivo fiscal	Lucros Acumulados	Total Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		**1.687.300**	**65.364**	**47.276**	**13.410**	**32.125**	**-**	**1.845.475**
Dividendos adicionais aprovados		-	(65.364)	-	-	-	-	(65.364)
Distribuição de reservas		-	-	-	(13.410)	-	-	(13.410)
Lucro líquido do exercício							202.270	202.270
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	(63.878)	(63.878)
Destinação do resultado do exercício:								
Constituição de reservas		-	-	10.114	-	29.626	(39.740)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(40.633)	(40.633)
Dividendos propostos adicionais		-	58.019	-	-	-	(58.019)	-
Em 31 de dezembro de 2023		**1.687.300**	**58.019**	**57.390**	**-**	**61.751**	**-**	**1.864.460**
Dividendos adicionais aprovados		-	(58.019)	-	-	-	-	(58.019)
Lucro líquido do exercício	16.3	-	-	-	-	-	143.986	143.986
Dividendos intercalares pagos	16.3	-	-	-	-	-	(45.403)	(45.403)
Destinação do resultado do exercício:								-
Constituição de reservas	16.3	-	-	7.199	-	20.026	(27.225)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	-	-	(29.190)	(29.190)
Dividendos adicionais proposto	16.3	-	42.168	-	-	-	(42.168)	-
Em 31 de dezembro de 2024		**1.687.300**	**42.168**	**64.589**	**-**	**81.777**	**-**	**1.875.834**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	**337.243**	**405.765**
Remuneração do ativo de contrato de concessão		347.330	344.118
Receita operação e manutenção, deduções e outras, líquidas		(10.087)	61.647
Custos de serviços prestados	18	(23.781)	(21.593)
Lucro bruto		**313.462**	**384.172**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(36.388)	(28.422)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.546	2.293
		(32.842)	**(26.129)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**280.620**	**358.043**
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		48.614	46.858
Despesas financeiras		(140.213)	(142.930)
		(91.599)	**(96.072)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**189.021**	**261.971**
Imposto de renda e contribuição social	14.b		
Corrente		(26.737)	(62.047)
Diferido		(18.298)	2.346
		(45.035)	**(59.701)**
Lucro líquido do exercício		**143.986**	**202.270**
Lucro básico e diluído por ação	16.4	0,085	0,120

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**143.986**	**202.270**
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**143.986**	**202.270**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Lucro antes imposto de renda e da contribuição social		**189.021**	**261.971**
Ajustes de:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão		(347.330)	(344.118)
Impacto RTP (Revisão Tarifária Periódica)		46.206	-
Juros sobre debêntures	11	130.647	133.275
Amortização e baixa do custo de transação	11	4.280	4.325
Depreciação e amortização		87	191
Rendimentos sobre depósitos vinculados	19	(5.973)	(6.723)
Provisão, reversão e atualização de contingências		3.217	1.781
Baixa de sobressalentes		-	40
Provisão para devedores duvidosos		7.835	7.269
Pis e Cofins diferidos		(206)	2.889
Provisão\Reversão para indisponibilidade - PVI		(4.955)	(19.496)
Variação no capital circulante:			
Contas a receber		8.665	4.549
Partes relacionadas		(775)	2.737
Tributos a recuperar		(4.213)	1.355
Ativo de contrato de concessão		320.358	286.266
Sobressalentes		(1.775)	(1.859)
Fornecedores		(10.590)	(748)
Tributos a recolher		(4.949)	(7.702)
Provisões	12	(2.570)	(4.567)
Encargos setoriais		1.500	1.851
Parcela de ajuste		153.459	291.985
Outros ativos e passivos		(1.074)	149
Caixa gerado nas operações		**480.865**	**615.420**
Juros pagos sobre debêntures	11	(69.946)	(72.888)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(27.768)	(55.270)
Depósitos judiciais		78	43
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**383.229**	**487.305**
Baixa de intangíveis/imobilizado		179	378
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**179**	**378**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Amortização de principal de debêntures	11	(113.427)	(105.248)
Conta Escrow		(162.638)	-
Depósitos vinculados		(3.188)	11.109
Pagamento de dividendos		(144.056)	(164.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(423.309)**	**(258.577)**
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(39.901)**	**229.106**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	438.542	209.436
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	398.641	438.542
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(39.901)**	**229.106**

Demonstrações dos valores adicionados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		**395.398**	**452.423**
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	347.330	344.118
Receita de operação e manutenção	17	29.933	26.748
Outras receitas		18.135	81.557
Insumos adquiridos de terceiros		**(35.921)**	**(28.962)**
Serviços de terceiros		(21.178)	(19.747)
Materiais, energia e outros		(14.743)	(9.215)
Valor adicionado bruto		**359.477**	**423.461**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**359.477**	**423.461**
Valor adicionado líquido recebido em transferência		**48.614**	**46.858**
Receitas financeiras	19	48.614	46.858
Valor adicionado total a distribuir		**408.091**	**470.319**
Distribuição do valor adicionado		**408.091**	**470.319**
Pessoal	18	23.954	21.424
Impostos, taxas e contribuições		99.938	103.695
Remuneração de capital de terceiros	19	140.213	142.930
Remuneração de capital próprio		143.986	202.270
Valor adicionado total distribuído		**408.091**	**470.319**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.Contexto operacional

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. ("Norte Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, CNPJ n° 09.625.321/0001-56, de capital aberto, domiciliada no Brasil, com endereço no Rio de Janeiro/RJ, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara C2 (SP), nº 2, em Corrente Contínua, em 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Norte Brasil encontra-se em operação comercial desde 4 de novembro de 2014, conforme oficializado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. **1.1. Concessão**. A Companhia detém a concessão do serviço público de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão nº 016/2009 – ANEEL de 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da data de sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica caracterizadas no Anexo 6G-CC do Edital do Leilão 007/08-ANEEL. O prazo de duração da Companhia é determinado, por ser limitado pela conclusão do seu objeto social, que se realizará após o fim da concessão outorgada à Companhia nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009-ANEEL ("Contrato de Concessão"), celebrado em 26 de fevereiro de 2009, entre a União e a Companhia, podendo tal concessão ser renovada nos termos do Contrato Concessão. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.348, homologou a nova Receita Anual Permitida – RAP com impacto da Revisão Tarifária Periódica (RTP) para o ciclo 2024/25 de R$ 382.034 (R$ 365.845 para o ciclo 2023/2024), com período de vigência de julho de 2024 a junho de 2025. A linha de transmissão da Companhia foi disponibilizada para operação comercial em 25 de setembro de 2014. O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS oficializou a entrada em operação comercial em 4 de novembro de 2014. Em dezembro de 2017, a linha de transmissão da Companhia foi definitivamente conectada ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis relevantes

2.1. Base de preparação e apresentação. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão. Estas demonstrações financeiras apresentam informações comparativas com o exercício anterior. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva em 20 de fevereiro de 2025. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e a de apresentação da Companhia. **Políticas contábeis relevantes.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **2.3. Instrumentos financeiros.** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1° de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. **2.3.1. Ativos financeiros. a) Reconhecimento inicial e mensuração. ■ Custo amortizado.** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são as contas a receber de clientes. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2024, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e depósitos vinculados. ■ **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.** Esses ativos são mensurados a valor justo e mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Companhia não possui ativos financeiros com estas características. **b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. **c) Baixa de ativos financeiros.** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **2.3.2. Passivos financeiros**. **a) Classificação e mensuração.** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro.** A Companhia baixa o passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) de seu balanço patrimonial quando, e apenas quando, ele é extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato é liquidada, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto e a contrapartida paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado. **2.3.3. Compensação de saldos**. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4. Ativo de contrato de concessão.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Norte Brasil regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. A infraestrutura de transmissão é classificada como "Ativo de contrato de concessão". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do contrato e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimen-

evoltz

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

to da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o Ativo de contrato de concessão reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do Ativo de contrato de concessão, utilizando a taxa implícita definida no início do contrato. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. A taxa implícita utilizada pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **2.5. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **2.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando aplicável. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são mensurados pelo regime de lucro real. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente aos limites fiscais estabelecidos, conforme determina a legislação em vigor. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, também de acordo com a legislação vigente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **Benefício fiscal – Lucro da exploração.** Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria. **2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas. (a) Revisadas e Vigentes:** • IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores. • IAS 1 – Passivo não circulantes com covenants. • Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado**. (b) Revisadas e não vigentes:** • CPC 26 (IFRS 18) – Apresentação das Demonstrações Financeiras (apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais subtotais específicos) • CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. • CPC 02 (R2) – Efeito nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. • CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

3. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas, julgamentos e premissas utilizadas pela Administração da Companhia estão relacionadas a seguir: ▪ Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos. ▪ Análise de risco de crédito. ▪ Análise de risco para a constituição de provisões, inclusive provisão para riscos fiscais, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota 12). Adicionalmente a seguir as estimativas e julgamentos consideradas as mais críticas na elaboração destas demonstrações financeiras: **3.1. Ativo de contrato de concessão**. No contrato de concessão da Companhia estão presentes duas obrigações de performance claramente identificáveis: i) a obrigação de constituição da infraestrutura' que será objeto da concessão por 30 anos, ou pelo seu aprimoramento ao longo da concessão e ii) obrigação de operar e manter a infraestrutura construída disponível para o Sistema Interligado Nacional – SIN. O Ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a primeira obrigação, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo desta constituição, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Assim a Companhia faz jus a Receita de Construção durante a fase de construção do projeto, mas só fará jus ao fluxo de caixa contratado após a entrada em operação comercial do empreendimento. O valor do Ativo de contrato de concessão das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do Ativo de contrato de concessão da concessão são as seguintes: ▪ **Ativo de contrato de concessão indenizável** - a Companhia reconhece o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como Ativo de contrato de concessão, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o valor contábil. ▪ **Ativo de contrato de concessão amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das ampliações, reforços ou melhorias da infraestrutura de transmissão são registradas como Ativo de contrato de concessão. ▪ **Remuneração do Ativo de contrato de concessão** – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa. ▪ **Determinação das receitas de infraestrutura** - Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos. ▪ **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. **3.2. Provisões para contingências.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment").** a. **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** – O modelo de perdas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. b. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **3.4. Demonstração do valor adicionado ("DVA").** A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras. **3.5. Demonstração de fluxo de caixa ("DFC")**. Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em conta corrente	211	6.235
Aplicações financeiras (i)	398.430	432.307
	398.641	**438.542**

(i) Referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados por uma taxa média de 97.57% do CDI, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra pelas instituições financeiras, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	58.540	67.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(17.710)	(9.875)
Provisão para PVI	-	(4.955)
	40.830	**52.375**
Circulante	40.003	51.972
Não circulante	827	403

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	35.121	55.508
Vencidos até 360 dias	12.146	10.880
Vencidos mais de 360 dias	11.273	817
	58.540	**67.205**

(i) A Companhia na condição de agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Entretanto alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados e julgam os respectivos débitos como improcedentes. Em virtude do desfecho desfavorável destas discussões a Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa. A variação se refere basicamente as multas rescisórias recebidas de alguns clientes no exercício, pela baixa perspectiva de recebimento os montantes foram provisionados.

6. Partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Evoltz Participações S.A. (i)	-	-	5.928	6.541	(28.883)	(25.099)
Evoltz IV (ii)	27	-	-	-	57	-
Evoltz V (ii)	11	-	-	-	48	-
Evoltz VI (ii)	14	-	-	-	62	-
Evoltz VII (ii)	7	-	-	-	33	-
Evoltz VIII (ii)	5	-	-	-	21	-
Manaus Transmissora (ii)	98	-	-	-	428	-
	162	**-**	**5.928**	**6.541**	**(28.234)**	**(25.099)**

(i) O Grupo Evoltz mantém o contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos com suas partes relacionadas, aprovado e homologado pela ANEEL por meio do Despacho Nº 754, de 21 de março de 2022 tendo como critério de alocação do rateio a Receita Anual Permitida – RAP. (ii) Refere - se aos gastos cooperativos de projetos de P&D, no qual, a Norte Brasil é proponente, e as demais companhias são cooperadas. **b) Remuneração do membros-chave da Administração.** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e conselheiros. A remuneração paga ou a pagar ao membros-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e honorários	3.335	3.349
Encargos sociais	627	663
	3.962	**4.012**

7. Ativo de contrato de concessão

Abaixo a movimentação do ativo de contrato de concessão:	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	**3.695.151**	**3.637.299**
Remuneração do ativo de contrato de concessão	347.330	344.118
Amortização do ativo de contrato de concessão (i)	(366.564)	(286.266)
Saldo Final	**3.675.917**	**3.695.151**
Circulante	338.769	306.004
Não circulante	3.337.148	3.389.147

(i) Impacto no montante de R$ 46,2 milhões pelo reajuste do ciclo tarifário (IPCA) e da revisão do fluxo do ativo contrato em razão da Revisão Tarifária Periódica - RTP, homologado através da REH 3.348 a RAP para o ciclo 2024/2025.

8. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços	45.296	55.784
Outros	3	105
	45.299	**55.889**
Circulante (i)	24.922	17.044
Não circulante (i)	20.377	38.845

(i) Refere-se a principalmente a passivo assumido em função de acordo judicial em outubro de 2019, no montante de R$ 85,4 milhões (R$ 45 milhões pagos em 2019), sendo o montante de R$ 40 milhões remanescentes a serem pagos através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas assim distribuídas: R$ 10 milhões pagos em 31.10.2024 (montante atualizado de R$ 13,4 milhões), R$ 15 milhões em 31.10.2025 (saldo em curto prazo, montante atualizado de R$ 20,4 milhões) e R$ 15 milhões em 31.10.2026 (saldo em longo prazo, montante atualizado de R$ 20,4 milhões) que por meio de transferência de direito creditórios será pago para Zonda Fundo de Investimentos corrigido pelo IPCA.

9. Debêntures

	Modalidade	Taxa anual de juros (a.a)	Vencimento	Moeda	Montante liberado	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
1ª Emissão	Debêntures	IPCA+7,15%	15/09/2026	R$	200.000	66.970	62.323	129.293	30.717	155.004	185.721
2ª Emissão	Debêntures	IPCA+5,07%	15/11/2030	R$	1.000.000	57.826	1.078.871	1.136.697	55.622	1.077.374	1.132.996
Subtotal debêntures						124.796	1.141.194	1.265.990	86.339	1.232.378	1.318.717
1ª Emissão	Custo de transação					(648)	(485)	(1.133)	(648)	(1.135)	(1.783)
2ª Emissão	Custo de transação					(3.632)	(17.854)	(21.486)	(3.632)	(21.485)	(25.117)
Total líquido de debentures						120.516	1.122.855	1.243.371	82.059	1.209.758	1.291.817

Em 15 de setembro de 2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fidejussórias, em duas séries, com valor unitário de R$ 1.000,00, totalizando R$ 200.000. A oferta restrita teve início no dia 21 de outubro de 2013 e foi encerrada no dia 24 de outubro de 2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R$ 195.230. Em 15 de novembro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, em série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 totalizando R$ 1.000.000. Em 28 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu o montante líquido de R$ 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, ambos em 29 de dezembro de 2020. Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**1.291.817**	**1.332.353**
Juros provisionados	130.647	133.275
Amortização de juros	(69.946)	(72.888)
Amortização de principal	(113.427)	(105.248)
Amortização de custo de transação	4.280	4.325
Saldo final	**1.243.371**	**1.291.817**

As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

	2026	2027	2028	Após 2029	Total
Debêntures	139.422	154.109	166.952	680.711	**1.141.194**

Em 31 de dezembro de 2024, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes estão devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data.

10. Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	3.200	4.889
Provisão para contingências	8.089	5.753
	11.289	**10.642**
Circulante	-	1.689
Não circulante	11.289	8.953
	11.289	**10.642**

a) Movimentação das provisões	Ambientais	Contingências	Sobressalentes	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**7.141**	**6.287**	**613**	**14.041**
Atualizações	664	2.018	-	2.682
Reversões	-	(901)	(613)	(1.514)
Pagamentos (i)	(2.916)	(1.651)	-	(4.567)
Em 31 de dezembro de 2023	**4.889**	**5.753**	**-**	**10.642**
Adição	-	2.812	-	2.812
Atualizações	211	1.359	-	1.570
Reversões	-	(1.165)	-	(1.165)
Pagamentos (i)	(1.900)	(670)	-	(2.570)
Em 31 de dezembro de 2024	**3.200**	**8.089**	**-**	**11.289**

(i) Referente principalmente a amortização da condicionante à Licença de operação ambiental nº 1.265 de acordo com cronograma de pagamento encerrado em 30 de julho de 2024 (vide nota 21 – Aspectos ambientais). **b) Passivos contingentes.** A Companhia é parte integrante em processos judiciais com riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, conforme CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Regulatório (i)	47.754	20.812
Ambiental	5.194	4.646
Fundiário	4.494	3.419
Tributário	3.596	4.734
Trabalhista	323	1.609
	61.361	**35.220**

(i) Refere-se a Recurso Administrativo, com pedido de medida cautelar, interposto pela Companhia, com vistas à suspensão da aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre as suas receitas, em decorrência de desligamentos provocados pela queda de torres de transmissão entre os dias 13 e 14 de outubro de 2020, ocasionado por eventos climáticos extraordinários, e, no mérito, o cancelamento da aplicação da PVI. O incremento refere-se à reavaliação do montante em risco pela Companhia.

11. PIS e COFINS diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS diferido	55.986	56.022
COFINS diferido	257.837	258.007
	313.823	**314.029**
Circulante	3.973	2.833
Não circulante	309.850	311.196
	313.823	**314.029**

12. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(327.896)	(329.650)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	60.038	80.089
	(267.858)	**(249.561)**

b) Reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	189.021	261.971
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(64.267)**	**(89.070)**
Incentivos Fiscais - SUDAM	20.026	29.626
Outras adições	(794)	(257)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	**(45.035)**	**(59.701)**
Correntes	(26.737)	(62.047)
Diferidos	(18.298)	2.346
	(45.035)	**(59.701)**
Alíquota efetiva	**24%**	**23%**

c) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foram reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses saldos a partir de projeções de resultados tributários futuros preparados pela Administração. Tais projeções foram elaboradas com base em premissas e julgamentos internos, bem como projeções de cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia espera realizar integralmente os IRPJ e CSLL diferidos ativos registrados em 31 de dezembro de 2024 de acordo com o seguinte cronograma futuro, com base no prejuízo fiscal e base negativa:

	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IRPJ e CSLL diferidos	9.179	10.442	9.946	9.037	21.434	60.038

13. Parcela de ajuste

A Companhia pleiteia judicialmente indenização de 562 dias de Receita Anual Permitida (RAP) não recebidos no início da operação, sendo o montante total pleiteado de R$ 541.970. Embora a ação esteja sujeita a recurso, a ANEEL em cumprimento a uma decisão judicial do Tribunal Federal (TRF-1) incluiu um adicional de R$ 270.985 no processo tarifário de 2022 da Companhia, que corresponde a 50% do montante da indenização, que foi pago em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas de setembro/2022 a junho/2023, e os 50% remanescentes no ciclo 2023-2024 da RAP, sendo o montante total atualizado de R$ 279.044 totalmente pagos em junho de 2024. Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia considerando o CPC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, dado que não foi homologado o trânsito em julgado da ação, o ativo (Receita) não deve ser reconhecido. Visando a adequação das normas contábeis, a Companhia registrou o ingresso do recurso como "Caixa e equivalentes de caixa", tendo a sua contrapartida como "Parcela de ajuste". Concluindo, apesar de corresponder a um acréscimo no ativo da Companhia, o ganho não é certo, permanecendo, assim, a obrigação de não registrar a receita até o trânsito em julgado da ação. A primeira parcela foi recebida em outubro de 2022 via P.A ("Parcela de ajuste"), no AVC referente a setembro de 2022, e assim tem se seguido desde então, mensalmente, finalizado em junho de 2024, totalizando nesta data base R$ 565.264 (R$ 411.805 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos respectivos efeitos fiscais. **13.1. Conta Escrow.** O Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato") firmado em 18 de dezembro 2017 entre o acionista da companhia, a Evoltz Participações ("Evoltz") e a Abengoa Concessões ("Vendedora") antigo acionista, que tem por objeto a aquisição, pela Evoltz, de participações acionárias de concessionárias de instalações para transmissão de energia elétrica, dentre elas a Norte Brasil ("companhia") prevê a obrigação da companhia da transferência de quaisquer Ativos Supervenientes à Vendedora, conforme percentuais e montantes especificados nas cláusulas do referido contrato de compra e venda. O mesmo contrato inclui dentro da definição de ativos supervenientes a ação judicial ajuizada pela Companhia contra a ANEEL que que pleiteia o ressarcimento de prejuízos decorrentes de atrasos na entrada em operação. O referido Contrato ainda estabelece, ao tratar da definição de Ativos Supervenientes, que na medida em que um Ativo Superveniente seja objeto de um litígio, nenhum pagamento será feito à Vendedora a menos e até que uma decisão transitada em julgado seja proferida, outorgando esse Ativo Superveniente em questão de forma definitiva. Uma vez notificada pela Norte Brasil das movimentações financeiras acima descritas, a Vendedora solicitou à Norte Brasil que passasse a depositar o montante líquido da RAP recebida, nos termos do Contrato que possivelmente caberá à Vendedora em conta garantia de movimentação restrita "Conta Escrow". Embora o Contrato não preveja tal obrigação de depósito de tais montantes em Conta Escrow, acordaram as Partes através do instrumento Memorando de Entendimentos celebrado em 2023, que tal medida se afigura a mais adequada para (a) garantir o recebimento pela Vendedora dos valores que eventualmente lhes caibam, e (b) prevenir a eventual geração involuntária de benefícios financeiros às Partes em desacordo com as regras sobre Ativos Superveniente do Contrato. Abaixo seguem os principais termos estabelecidos entre as partes: i. Depositar a parcela cabível à Vendedora dos valores já recebidos a título de Acréscimos na RAP, conforme memória de cálculos validada de comum acordo entre as Partes, ressalvadas as hipóteses de suspensão ou pagamento parcial de tais valores, por motivos alheios à vontade da Norte Brasil, até que cesse tal suspensão e/ou seja sanado o inadimplemento. ii. Os valores depositados ficarão retidos na Conta Escrow enquanto perdurar a tramitação dos recursos interpostos até transitar em julgado ou houver aprovação de todas as partes para movimentação. iii. Caso qualquer dos recursos interpostos venha ser julgado improcedente, os montantes depositados deverão ser liberados em favor da Companhia, assim como os seus rendimentos ocorridos no período, tão logo haja provimento judicial para sua devolução. Em razão das obrigações assumidas entre as partes no referido Instrumento, a companhia procedeu o depósito em Conta Escrow em 30 de janeiro de 2024 no montante de R$ 112.689. Os depósitos correspondentes a contraparte, foram realizados mensalmente e encerrados em junho de 2024. O montante atualizado em 31 de dezembro é de R$ 162.638.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é representado por 1.687.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Evoltz Participações S.A.	860.523.002	51,0%
Marambaia Holding S.A. (i)	826.776.995	49,0%
12365359 Canada Inc	1	0,0%
12365341 Canada Inc	1	0,0%
12365367 Canada Inc	1	0,0%
	1.687.300.000	**100,0%**

(i) Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a mudança na denominação social da Leovac Participações S.A. para Marambaia Holding S.A.. **14.2. Dividendos.** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição dos dividendos adicionais propostos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 58.019. Em 28 de maio de 2024 foram pagos aos acionistas o total de R$ 98.653 de dividendos, sendo R$ 40.633 dos dividendos a pagar constituídos em 2023 e R$ 58.019 dos dividendos adicionais supracitados. Adicionalmente, em 12 de dezembro de 2024 foi realizado pagamento de dividendos intercalares no montante de R$ 45.403, com base nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024, pagos em dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	143.986	202.270
Reserva legal (5%)	(7.199)	(10.114)
Reserva de incentivo fiscal – SUDAM	(20.026)	(29.626)
Lucro base para determinação dos dividendos	116.761	162.530
% dividendos	25%	25%
Dividendos mínimo obrigatório	29.190	40.633
Dividendos intercalares pagos	45.403	63.878
Dividendos adicionais propostos	42.168	58.019

14.3. Lucro por ação. O cálculo do lucro básico por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Número de ações ordinárias no início do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Número de ações ordinárias ao término do exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro líquido do exercício	143.986	202.270
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício (milhares)	1.687.300	1.687.300
Lucro básico e diluído por ação	**0,085**	**0,120**

15. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Remuneração do ativo de contrato de concessão	347.330	344.118
Receita de operação e manutenção	29.933	26.748
Outras receitas (i)	60.795	99.534
Impacto RTP (ii)	(46.206)	-
	391.852	**470.400**
Deduções da receita		
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (iii)	(37.567)	(27.011)
Encargos do setoriais	(17.042)	(17.354)
Provisão de parcela variável de indisponibilidade (PVI)(iv)	-	(20.270)
	(54.609)	**(64.635)**
Receita líquida	**337.243**	**405.765**

(i) Refere-se a diferença entre a amortização do ativo de contrato de concessão e o recebimento (AVC). (ii) Conforme nota 8, refere- se a revisão do fluxo em razão da RTP. (iii) Refere-se a exclusão dos efeitos de PIS e COFINS sobre a parcela de ajuste, conforme nota 15. (iv) Refere-se aos eventos de indisponibilidade conforme nota 5.

	31/12/2024	31/12/2023
Operação e Manutenção - O&M		
- Receita	29.933	26.748
- Custos	(23.666)	(19.686)
Margem (R$)	**6.267**	**7.062**
Margem percebida (%)	**20,94%**	**26,40%**

16. Custos e Despesas operacionais

	Custos		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(9.786)	(7.090)	(14.168)	(14.334)
Serviços de terceiros	(12.856)	(12.736)	(8.322)	(7.011)
Meio ambiente	(367)	(1.773)	(3)	-
Contingências	(115)	(1.907)	(2.891)	790
Seguros	(636)	(1.754)	(82)	(67)
Provisão para devedores duvidosos (i)	-	-	(7.976)	(7.269)
Recuperação de despesas (ii)	1.771	6.279	-	-
Outras custos e despesas (iii)	(1.792)	(2.612)	(2.946)	(531)
	(23.781)	**(21.593)**	**(36.388)**	**(28.422)**

(i) Refere-se aos impactos de provisão de inadimplentes, conforme nota 5. (ii) Ressarcimento das perdas incorridas pelos incidentes de quedas de torres ocorrido em outubro de 2021. Desta forma, em dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R$ 6,2 milhões de indenização da seguradora. (iii) Em 2024 refere-se basicamente ao Auto de Infração sobre uma fiscalização realizada em 2023 pelo órgão regulador recebido e liquidado em julho de 2024, no montante de R$ 1.288.

17. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	42.423	39.850
Rendimentos de depósitos vinculados	5.973	6.723
Outras receitas financeiras	218	285
	48.614	**46.858**
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(130.647)	(133.275)
Amortização do custo de transação	(4.280)	(4.325)
Outras despesas financeiras	(5.286)	(5.330)
	(140.213)	**(142.930)**
Resultado financeiro	**(91.599)**	**(96.072)**

18. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

18.1. Gestão de riscos. Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são: **a) Riscos de mercado.** É o risco de alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **b) Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros. **c) Risco de liquidez.** É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política de liquidez e de financiamento da Companhia tem como objetivo assegurar a disponibilidade de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros. As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento dos principais instrumentos financeiros não derivativos detidos pela Companhia:

Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

	31/12/2024				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	5.928	-	-	-	5.928
Fornecedores	24.922	-	20.377	-	45.299
Debêntures	62.398	62.398	744.553	396.641	1.265.990
	93.248	**62.398**	**764.930**	**396.641**	**1.317.217**

	31/12/2023				
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Partes relacionadas	6.541	-	-	-	6.541
Fornecedores	4.096	12.948	38.845	-	55.889
Debêntures	43.170	43.169	430.096	802.282	1.318.717
	53.807	**56.117**	**468.941**	**802.282**	**1.381.147**

18.2. Gerenciamento do capital. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de debêntures menos o caixa e equivalentes de caixa e dividido por seu patrimônio líquido. A Administração também monitora o nível de dividendos para os acionistas. O índice de endividamento está apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida	1.265.990	1.318.717
Caixa e equivalentes de caixa	(398.641)	(438.542)
Depósitos vinculados	(66.675)	(57.514)
Dívida líquida	800.674	822.661
Patrimônio líquido	1.875.834	1.864.460
Índice de endividamento líquido (Dívida líquida/ PL)	**0,43**	**0,44**

18.3. Análise de sensibilidade dos principais instrumentos financeiros. A seguir a Companhia estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário provável – Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de juros vigentes ao final do exercício. - Cenário II – Projeção deteriorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III – Projeção deteriorada em 50% em relação ao cenário provável. A Administração entende que o cenário provável em 31 de dezembro de 2025 para o IPCA é de 5,08% conforme expectativa de mercado.

	Taxa	Valor exposto 31/12/2024	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures– IPCA	**5,08%**	1.265.990	64.312	80.390	96.468
Efeito esperado no resultado do exercício e no patrimônio líquido		**1.265.990**	**64.312**	**80.390**	**96.468**

Fonte: IPCA conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana agregada), em 17 de janeiro de 2025. **18.4. Instrumentos financeiros por categoria.**

			31/12/2024		31/12/2023	
	Nota	Nível	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	398.641	-	438.542	-
Contas a receber	5	2	-	40.830	-	52.375
Depósitos vinculados	9	2	66.675	-	57.514	-
Partes relacionadas	6	2	-	162	-	-
			465.316	**40.992**	**496.056**	**52.375**
Passivos financeiros:						
Fornecedores	10	2	-	45.299	-	55.889
Debêntures	11	2	-	1.265.990	-	1.318.717
Partes relacionadas	6	2	-	5.928	-	6.541
			-	**1.317.217**	**-**	**1.381.147**

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/ Endosso	Vigência	Limite Indenizável
Chubb Seguros	Responsabilidade civil	16.51.0045330.12	Jan/25 a Jan/26	15.000
Swiss RE	D&O (i)	51101001118	Jul/24 a Jul/25	100.000

(i) Seguro contratado pela holding Evoltz Participações S.A. e pago mensalmente pela Companhia através de notas de débito.

Conselho de Administração

Hélio Lima Magalhães - Presidente do Conselho
Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Membro do Conselho. Igor Romitelli - Membro do Conselho

Diretoria

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino – CEO
Claudine Furtado Anchite– CFO. Daniel Henrique Lima – COO

Contador

Leandro Tinoco Campos - CRC - RJ 127494/O-2

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para maiores informações, acesse o site da companhia através do endereço https://www.evoltz.com.br/resultados.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria. Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 3.1, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$ 3.675.917 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras. A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos este assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 20 de fevereiro de 2025.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F.
Glaucio Dutra da Silva - Contador CRC RJ-090174/O

VALE

CNPJ: 33.592.510/0001-54
RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

A empresa Vale S.A. torna público que entregou e foi ACEITO, em 08/04/2025, pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para análise de viabilidade ambiental referente ao pedido de Licença Ambiental Integrada - LAI, para implantação do Projeto de Briquetagem, a ser implantado dentro a Usina Siderúrgica Integrada da Ternium Brasil Ltda., no Distrito Industrial de Santa Cruz, na Cidade do Rio de Janeiro-RJ, sob responsabilidade da empresa Vale S/A, como consta do processo SEI-070002/015245/2023.

Os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca sede do Inea, na Av. Venezuela, 110 – Saúde – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20081-312, bem como poderá ser acessado pelo Portal Eletrônico do Instituto (http://www.inea.rj.gov.br).

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.
CNPJ N.º 33.697.723/0001-40
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2024

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 15 de abril de 2025, sendo a primeira chamada às 10h15, e segunda, às 10h30, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapiru, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro – RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024; **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024; **c)** Eleição dos membros da Diretoria; **d)** Eleição dos membros do Conselho Consultivo; **e)** Fixação do limite de remuneração dos diretores; **f)** Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; **g)** Mudança do Estatuto Social para definir novo substituto para a presidente em caso de vacância; e **h)** Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.

Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente

LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.
CNPJ: 14.863.121/0001-71
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Reconvocamos os senhores acionistas da **Luziânia Niquelândia Transmissora S.A**. a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se de forma presencial ou virtual, no **dia 24 de abril de 2025 às 14 horas**, ao invés do dia 16 de abril de 2024 às 14 horas, como inicialmente convocado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, Relatório de Administração e Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31.12.2024; **2.** Apreciação da destinação do resultado do exercício; **3.** Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; **4.** Fixação do montante global anual da remuneração dos Administradores da Companhia; **5.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, titulares e suplentes; **6.** Fixação a remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal; **7.** Deliberação sobre o pagamento do bônus previsto no "Plano de Metas – Luziânia Niquelândia Transmissora / 2024", referência LNT.1206.2024, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada no dia 15 de março de 2024; **8.** Assuntos Gerais.

Rebecca Oliveira Xavier Santos
Presidente do Conselho de Administração

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO NORMA MARIA MACHADO, Leiloeira Pública Oficial, matrícula nº 036 JUCERJA, estabelecida na Avenida Erasmo Braga nº 227 – Gr. 704, Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP. 20020-902, tel. (21) 2533-7978, site www.machadoleiloes.com.br, faz saber que, devidamente autorizada pela fiduciária/credora AISIL INCORPORADORA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.058.586/0001-67, venderá em primeiro público leilão presencial, no dia 24/04/2025, com início às 14:00 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704 – Centro /RJ., o imóvel identificado como sala 316 do empreendimento "Passeio Empresarial", situado nesta cidade, na Rua Campo Grande, nº 1.014, em Campo Grande, na Freguesia de Campo Grande, com área privativa de 24,32 m², e somada a comum, área total de 57,78m², que corresponde à fração ideal de 61/10.000 do respectivo terreno, com as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 51.332 do 12º Ofício de Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 9.514, de 20/11/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004 e 13.465/2017, combinada com as cláusulas do Contrato de Compra e Venda firmado em 20/09/2016, com garantia de alienação fiduciária, conforme R-4 e R-6 da matrícula nº 51.332, venda essa que se faz para pagamento àquela fiduciária/credora da dívida, vencida e vincenda mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pelos fiduciantes/devedores JULIO CESAR FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 072.294.877-81 e sua mulher SILVIA DA SILVA FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 021.425.787-80, nos termos do supra referido contrato, tendo eles sido previamente constituídos em mora, não a emendaram e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome da fiduciária/credora, consoante ato AV-10 da matrícula 51.332 do 12º Ofício de Registro de Imóveis. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R$400.684,26(quatrocentos mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), mais os encargos em atraso a serem informados no ato da praça, valor aquele fixado nos termos do contrato acima referido. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do lanço vencedor, acrescido de 5% de comissão à Leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação, e sub-rogação nos encargos em aberto. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do art. 30 da Lei nº 9.514/1997. Os devedores acima identificados, e seus procuradores, Sr. JULIO CESAR BARROS DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 078.125.447-70, e Sra. ANNA CAROLINE BOYD MARTINE, inscrita no CPF sob o nº 094.489.647-22, ficam desde já cientificados do dia, hora e local de realização do presente leilão, caso não sejam pessoalmente localizados quando da tentativa de entrega de notificação pessoal e eletrônica que lhe serão dirigidas para ciência dos Atos. Na forma do § 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, incluído pela Lei nº 13.465/2017, até a data da realização do segundo leilão é assegurado aos devedores fiduciantes o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida somado (i) aos encargos e despesas de que trata o § 2º daquele artigo, (ii) aos valores correspondentes ao imposto sobre transmissão intervivos, (iii) ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e (iv) às despesas inerentes ao procedimento de cobrança e leilão, incumbindo, também, aos devedores fiduciantes o pagamento dos encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel de que trata aquele parágrafo, inclusive custas e emolumentos. Caso não haja licitantes, fica desde já designado o dia 12/05/2025, no mesmo horário e local, para realização do segundo público leilão. A Leiloeira acha-se habilitada a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel objeto do leilão, bem como apresentar as certidões inerentes ao imóvel e à fiduciária/credora, proceder os atos necessários à formalização da arrematação. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2025. Norma Maria Machado, Leiloeira Pública Oficial.

COOPSERJ
COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ: 02.723.075/0001-26 / NIRE: 33.4.0003024-9
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, convoca os associados, que nesta data são no número de 1.505, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária de forma presencial, à realizar-se na sede da Cooperativa, dia 25 de abril de 2025, na Av. Presidente Vargas, 534, sala 1.001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, às 08:00 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação; às 09:00 horas, com a presença de metade e mais um dos associados em segunda convocação; ou às 10:00 horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Prestação de contas do exercício 2024; 2. Destinação das sobras do exercício de 2024; 3. Aprovação do rateio de despesas 2025; 4. Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da célula de presença dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;5. Outros Assuntos de interesse social. **Rio de Janeiro, 14 de abril de 2025**

José Geraldo da Fonseca Chaves
Diretor Presidente

Avaliação sobre a inflação de 0,56% de março de 2025

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a inflação de março de 2025, que fechou em 0,56%, com Luciano Rostagno, estrategista-chefe e sócio da EPS Investimentos. No ano, o IPCA acumula alta de 2,04%, e nos últimos 12 meses, 5,48%.

Segundo o último boletim Focus, divulgado no dia 7, o mercado financeiro tem a expectativa de que a inflação de 2025 feche em 5,65%, e 2026, em 4,5%. Cabe ressaltar que a meta de inflação é de 3%, com um teto de 4,5% e um piso de 1,5%.

Qual a sua avaliação sobre a inflação de março de 2025?

Embora a inflação de março tenha desacelerado na margem, a leitura das suas aberturas indica que ainda existem pressões inflacionárias importantes. Alguns grupos de preços ainda proporcionam um cenário desafiador para o Banco Central, como Serviços, que continua bastante pressionado, rodando em patamares bem acima da meta, e Alimentação, que acelerou em março e continua indicando um ambiente difícil para a população, principalmente de baixa renda. Com relação aos núcleos de inflação, eles ainda sugerem a permanência de uma pressão disseminada de preços na economia.

Quais são as principais características do atual processo inflacionário?

O atual processo é decorrente do excesso de demanda. O governo tem promovido uma expansão fiscal que tem contribuído para manter o mercado de trabalho apertado, com a massa salarial crescendo em níveis que indicam pressão sobre os preços. Além disso, uma parte da inflação é decorrente da pressão de custos gerada pela desvalorização do real contra o dólar, o que causa uma alta dos preços dos insumos para as empresas. Isso pode ser observado nos índices de preço no atacado, tanto do setor agrícola quanto do setor industrial.

A inflação está sob controle?

Parcialmente sim, principalmente em função da atuação do Banco Central, que tem adotado uma postura bastante responsável de continuar subindo os juros para sinalizar que vai fazer o que for necessário para trazer a inflação de volta para o centro da meta. O problema é que nós temos o Banco Central trabalhando duro para controlar a inflação, enquanto o governo, no âmbito das políticas fiscal e parafiscal, trabalha para estimular o mercado de crédito, o que dificulta o trabalho da autoridade monetária para controlar a inflação. Com isso, nós temos uma política econômica onde o Banco Central coloca o pé no freio, e o governo, no acelerador, mas é possível prever, obviamente, que se os juros forem mantidos no atual nível por um período prolongado, a tendência é que a inflação arrefeça nos próximos anos.

O que demanda mais atenção por parte do atual governo e do Banco Central no combate à inflação?

Por parte do governo, a condução da política fiscal, que tem sido bastante expansionista e que tem mantido o consumo aquecido via aumento do salário mínimo acima da inflação e programas de transferência de renda no âmbito do mercado de crédito. Como disse, isso traz um desafio para o Banco Central, já que reduz a potência da política monetária.

Além disso, é importante mencionar o contexto global. Nós temos visto uma volatilidade muito alta nos mercados em função da política tarifária que Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, anunciou recentemente. Como está havendo muita incerteza, ninguém sabe exatamente qual vai ser a resultante dessa política para a inflação no país.

Luciano Rostagno

Se a economia mundial entrar em recessão, isso pode ajudar o Banco Central na tarefa de trazer a inflação de volta para a meta. Por outro lado, se as divergências em torno das tarifas de importação forem resolvidas, o dólar pode se manter apreciado com a economia mundial crescendo de forma mais robusta, o que faria com que o cenário para o controle da inflação fosse mais desafiador, com a economia interna respondendo de forma mais plena aos estímulos promovidos pelo governo.

Como a inflação deve se comportar nos próximos meses?

No curto prazo, a tendência é que a inflação permaneça pressionada, já que o mercado de trabalho continua aquecido. Por mais que já existam alguns sinais incipientes de uma perda da força do mercado de trabalho, ainda não dá para concluir que a economia vai desacelerar de forma mais pronunciada no curto prazo. Com o atual nível de juros, e a expectativa de que o Banco Central continue subindo a Selic, nós devemos começar a ver sinais mais evidentes de desaceleração da economia a partir do segundo semestre. Ainda assim, a expectativa para o ano como um todo é que a inflação termine acima do teto da meta.

A inflação está alta ou a meta de inflação é que está baixa?

As duas coisas. Quando houve a discussão acerca da redução do centro da meta, eu achei que isso era um pouco prematuro, já que o Brasil não estava preparado para ter uma meta de inflação mais em linha com as metas de países que já têm arcabouços institucionais mais confiáveis e estabelecidos para ajudarem os seus bancos centrais a atingirem suas metas de inflação.

Como o Brasil tem um histórico de governos gastadores, nós não temos um arcabouço fiscal que garanta uma responsabilidade nos gastos por parte do Executivo. Dessa forma, a atual meta está se provando ambiciosa demais para o país. Ao mesmo tempo, mudar a meta agora poderia causar danos ao país que repercutiriam por muito tempo, já que isso traria uma piora na confiança no regime de metas de inflação.

O melhor a se fazer é justamente avançar nas reformas para melhorar as instituições e estabelecer um ambiente econômico de maior confiança, de forma a que possamos, efetivamente, colocar a inflação na meta e mantê-la ao seu redor. O problema é que o governo está mais preocupado em manter a inflação rodando no teto da meta, o que traz desafios ainda maiores para o Banco Central, que tem como objetivo trazer a inflação para o centro da meta.

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 30.458.020/0001-71 NIRE 33.3.0000065-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 16h do dia 29/04/2025, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para apreciação e deliberação das seguintes matérias: **a)** Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **b)** Ratificar o pagamento de Dividendos e a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2024; **c)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024 e pagamento de dividendos; **d)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. Rio de Janeiro, 09/04/2025.

Felipe Lemos de Moraes - Diretor-Presidente.

CEG RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53 - NIRE: 3330016451-1
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas
Edital de Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CEG RIO S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a se realizar no próximo dia 28 de abril de 2025 às 12h (doze horas), em primeira convocação, de forma virtual, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1)** Aprovação da rerratificação do item 1 da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06.12.2024. **Em Assembleia Geral Ordinária: 1)** Exame e aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras de 2024, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, assim como do parecer do Conselho Fiscal; **2)** Aprovação da Distribuição de Resultados de 2024; **3)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e do Presidente do órgão; **4)** Instalação e eleição do Conselho Fiscal da Companhia; e **5)** Fixação da remuneração da administração da Companhia e do Conselho Fiscal. Informamos aos Srs. acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGO munidos de instrumento de procuração. Rio de Janeiro (RJ), 14 de abril de 2025. **Pedro Larrea Paguaga -** Presidente do Conselho de Administração**.**

abrasca companhia associada — MONTEIRO ARANHA S.A. — B³ MOAR3

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.102.476/0001-92 - NIRE 33.3.0010861-1
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 18/03/2025
CERTIDÃO

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 09/04/2025 sob o número 00006914193 e demais constantes do termo de autenticação. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EDITAL DE A.G.E.
STOP TAXI COOPERATIVA DOS MOTORISTAS DE TAXI DO TIJOLINHO LTDA - CNPJ 02.902.326/0001-30

O Diretor Presidente da Cooperativa acima em epígrafe, no exercício de suas atribuições convoca TODOS os seus cooperados em pleno gozo para participarem da A.G.E, que será realizada no dia 29.04.2025 na Rua Luiz Barbosa, N. 98 – Vila Isabel / RJ. Com as seguintes convocações: em 1ª às 12:00h; em 2ª às 13:00h e em 3ª. e última às 14h a fim de tratarem as seguintes ORDENS do dia: 1- PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024; 2- ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL; 3- ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA. Vila Isabel (RJ), 10.04.2025.

Diretor Presidente: CLOVIS GONÇALVES CARDOSO.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A
CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2025, às 10 horas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(b)** destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; **(c)** retenção de lucros; **(d)** exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2025; **(e)** alteração do objeto social; e **(f)** eleição/reeleição de Diretoria. Araruama, 11 de abril de 2025. Rodrigo Assad Macool - Diretor. Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

WILSON, SONS OFFSHORE S.A.

CNPJ/MF nº 08.376.900/0001-40
www.wilsonsons.com.br

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**94.507**	73.843
Contas a receber (Nota 5)	**192.214**	135.478
Transações com partes relacionadas (Nota 10)	**74**	1.374
Impostos a recuperar (Nota 7)	**5.120**	11.068
Estoques (Nota 6)	**87.879**	56.499
Despesas antecipadas	**6.958**	2.668
Outros créditos	**23.647**	8.467
Total do ativo circulante	**410.399**	289.397
Não circulante		
Contas a receber (Nota 5)	**-**	3.780
Impostos a recuperar (Nota 7)	**591**	591
Outros créditos	**611**	237
Intangível	**284**	46
Imobilizado (Nota 8)	**2.294.519**	1.923.404
Direito de uso (Nota 13)	**145.251**	128.252
Total do ativo não circulante	**2.441.256**	2.056.310
Total do ativo	**2.851.655**	2.345.707
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**298.412**	226.271
Arrendamento (Nota 13)	**67.457**	58.404
Fornecedores e contas a pagar	**48.662**	40.231
Salários, provisões e encargos sociais	**21.622**	34.821
Transações com partes relacionadas (Nota 10)	**116.643**	61.598
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**18.829**	14.828
Outros passivos circulantes	**42.300**	43.465
Total do passivo circulante	**613.925**	479.618
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**1.261.351**	1.106.880
Arrendamento (Nota 13)	**87.729**	76.260
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos (Nota 11)	**137.559**	54.028
Transações com partes relacionadas (Nota 10)	**96.103**	126.331
Provisões para contingências (Nota 12)	**2.700**	2.449
Outros passivos não circulantes	**431**	224
Total do passivo não circulante	**1.585.873**	1.366.172
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Capital social	**455.943**	455.943
Ajuste de avaliação patrimonial	**(235)**	(54)
Resultado acumulado de conversão	**210.980**	71.559
Prejuízos acumulados	**(14.831)**	(27.531)
Total do patrimônio líquido	**651.857**	499.917
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.851.655**	2.345.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

		Outros resultados abrangentes			
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado acumulado de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**396.943**	**(201)**	**108.400**	**(59.895)**	**445.247**
Aumento de Capital	**59.000**	**-**	**-**	**-**	**59.000**
Benefício pós emprego	**-**	**147**	**-**	**-**	**147**
Resultado acumulado de conversão	**-**	**-**	**(36.841)**	**-**	**(36.841)**
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**32.364**	**32.364**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**455.943**	**(54)**	**71.559**	**(27.531)**	**499.917**
Benefício pós emprego	**-**	**(181)**	**-**	**-**	**(181)**
Resultado acumulado de conversão	**-**	**-**	**139.421**	**-**	**139.421**
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**12.700**	**12.700**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**455.943**	**(235)**	**210.980**	**(14.831)**	**651.857**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida (Nota 15)	**1.274.765**	1.018.088
Custos dos serviços (Nota 16)	**(1.069.722)**	(875.902)
Lucro bruto	**205.043**	142.186
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	**(246)**	(1.545)
Despesas gerais e administrativas (Nota 17)	**(68.424)**	(53.300)
Perda por desvalorização de ativo	**-**	(6.920)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 18)	**19.311**	(1.754)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**155.684**	78.667
Resultado financeiro líquido (Nota 19)	**(63.627)**	(54.434)
Resultado antes dos impostos sobre lucro	**92.057**	24.233
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(79.357)**	8.131
Lucro do exercício	**12.700**	32.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	**12.700**	32.364
Resultado acumulado de conversão	**139.421**	(36.841)
Benefício pós emprego	**(181)**	147
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	**151.940**	(4.330)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	**12.700**	32.364
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	**257.837**	201.927
Amortização direito de uso	**58.495**	53.101
Perda por desvalorização de ativo	**-**	6.920
Resultado na venda de imobilizado	**(1.336)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferida	**63.881**	(18.822)
Juros a pagar de empréstimos, arrendamento e mútuo	**(59.254)**	55.824
Benefício pós-emprego	**26**	(99)
Provisão para contingências	**251**	1.300
	332.600	332.515
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	**(52.956)**	(19.503)
Estoques	**(31.380)**	8.602
Transações com partes relacionadas	**1.300**	(113)
Despesas antecipadas	**(4.290)**	6.639
Impostos a recuperar	**5.948**	(2.268)
Outros ativos circulantes e não circulantes	**(15.554)**	7.199
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	**8.431**	3.231
Transações com partes relacionadas	**55.045**	36.428
Salários, provisões e encargos	**(13.199)**	22.426
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**4.001**	3.540
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**19.650**	1.798
Outros passivos	**(1.165)**	11.075
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**308.431**	411.569
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adição ao ativo imobilizado	**(134.280)**	(199.488)
Adição ao ativo intangível	**(224)**	-
Adição direito de uso	**(65.022)**	(1.039)
Ajuste contratual direito de uso	**22.361**	(77.221)
Aumento de Capital	**-**	59.000
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(177.165)**	(218.748)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de financiamentos – terceiros	**145.895**	85.129
Amortização de financiamentos – terceiros	**(272.527)**	(56.377)
Juros pagos de financiamentos – terceiros	**(46.110)**	(38.118)
Adição/Remensuração de arrendamento	**42.661**	(74.440)
Pagamento de arrendamento	**(63.721)**	(63.351)
Captação empréstimos - partes relacionadas	**-**	6.441
Amortização empréstimos - partes relacionadas	**(43.645)**	(576)
Juros pagos empréstimo – parte relacionada	**(22.280)**	(4)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades de financiamento	**(259.727)**	(141.296)
Efeito das variações cambiais no caixa e equivalência de caixa	**149.125**	(3.176)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**20.664**	48.349
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**94.507**	73.843
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**73.843**	25.494
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**20.664**	48.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais. A Wilson, Sons Offshore S.A. (doravante "WSO" ou "Companhia") cuja sede está localizada à Rua da Quitanda, 86 - 6º andar, Rio de Janeiro - RJ, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima", porém não possui ações negociadas em Bolsa de Valores ou títulos de sua emissão negociados em mercado aberto por se tratar de uma Companhia de capital fechado. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços de apoio marítimo e afretamentos de embarcações. A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 capital circulante líquido negativo nos montantes de R$203.526 e R$190.221, respectivamente, e prejuízos recorrentes até 2022, devido a existência de determinadas embarcações sem contrato e redução no volume de operações. Em 2023 e 2024 a companhia apresenta recuperação do preço das diárias e volume que reverteu em lucro para o exercício. Em 31 de dezembro de 2024, todas as embarcações da Companhia possuem contratos ativos. O fluxo de caixa projetado apresenta geração de caixa para 2025 suficiente para cobertura das obrigações de curto prazo previstas pela Companhia no curso normal de seus negócios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis da Companhia são elaborada tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). A Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações contábeis em 04 de abril de 2025. **3. Políticas contábeis.** As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Classificação corrente versus não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: •· Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Apuração do resultado e reconhecimento de receita**. O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte: • As receitas de contratos com clientes são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os Contratos da Companhia são distintos e identificáveis, entretanto, são interdependentes, têm obrigação de desempenho única. A contraprestação variável já é reconhecida concomitantemente ao reconhecimento da receita. A obrigação de desempenho identificada é reconhecida ao longo do tempo. • O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços correlatos. • As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas. **3.3. Moeda funcional e de apresentação.** O Pronunciamento Técnico CPC 02 R2 (IAS 21) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Esse pronunciamento define que a moeda funcional é a moeda que influencia: preços de venda, custos, fluxo de caixa, investimentos, financiamentos e outras transações. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia, o dólar norte-americano, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. Entretanto, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, conforme definido pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 R2 (IAS 21), convertendo-se a moeda funcional (dólar americano) para reais, utilizando a taxa de câmbio de fechamento do exercício para os ativos e passivos, taxa média mensal para as contas de resultado, tendo sido o capital mantido a valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima citadas de ativos, passivos, resultado e patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, resultado acumulados de conversão. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo os ganhos ou as perdas registradas no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. **3.5. Contas a receber**. As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. A provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") é constituída com base em análise pela Administração da carteira de clientes conjugada com experiência operacional e a conjuntura econômica. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como divulgado na Nota 5, não foi constituído PECLD. **3.6. Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. Os estoques compreendem basicamente materiais para a manutenção das embarcações e importações em andamento. **3.7. Imobilizado.** Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, além dos encargos financeiros sobre os financiamentos captados para a construção de embarcações, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Além disso, a operação dos equipamentos pode exigir grandes inspeções e manutenções regulares para falhas, independentemente se as peças desse item são substituídas. Quando cada inspeção importante é efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Estes custos são amortizados usando a data prevista para a próxima inspeção (2,5 anos para os navios da Companhia). Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício em que o ativo for baixado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Para ativos com vida útil definida, é efetuada uma avaliação anualmente parar determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registro de perda por redução a valor recuperável do ativo não financeiro de longo prazo no exercício de 2024 (em 2023 a Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável para uma embarcação e reconheceu a provisão de perda por desvalorização do ativo no valor R$ 6.920). A Companhia avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. **3.9. Tributação**. Imposto de renda e contribuição social - correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Com relação as incertezas relacionadas a sua apuração, ao final do período deste relatório, a Companhia não identificou nenhum ajuste potencial ou necessidade de divulgação adicional. Impostos diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias e prejuízos fiscais na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas na extensão que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que os impostos diferidos ativos possam ser realizados. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Imposto sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. • As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: - Programa de Integração Social - PIS: 1,65%. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%. - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 3% (Rio de Janeiro) e 2% (Macaé), afretamento a casco nu e por tempo não sofrem incidência do ISS. **3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que pode causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Valor justo.* Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. *Impostos.* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Vida útil do imobilizado.* O imobilizado é depreciado de forma linear, com base na vida útil econômica estimada de cada item. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. **3.12. Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. a) Ativos financeiros. Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJPR) e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou valor justo por meio de ORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é considerada como teste de SPPI e é realizada em relação aos instrumentos. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros consiste em como ela administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção de fluxos de caixa contratuais, venda dos ativos financeiros, ou ambos. *Ativos financeiros ao custo amortizado.* Os seguintes instrumentos foram classificados e mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável: • Caixa e equivalentes de caixa/aplicações: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e outros equivalentes de caixa de alta liquidez de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor; e as aplicações compreendem caixa e outras aplicações com mais de 90 dias de vencimento. • Contas a receber: As contas a receber e outros valores a receber são demonstrados pelo valor presente dos montantes devidos, reduzidos pela perda por redução ao valor recuperável. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os encargos sobre pontos pagos ou recebidos que fazem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento de dívida ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil líquido no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem mensurados ao valor justo. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com variações líquidas no valor justo reconhecidas nas demonstrações dos resultados. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado em "receita financeira" ou "despesas financeiras", dependendo dos resultados obtidos. Fundos de investimento e câmbio de renda fixa foram classificados como VJPR. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.* Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de divulgação. Os ativos financeiros são considerados como não recuperáveis quando houver evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados da aplicação foram afetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência nos pagamentos de juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira, ou • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Para as contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas (PCE). Para ativos financeiros ao custo amortizado, o valor da perda por redução ao valor recuperável reconhecida é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, refletindo o impacto das garantias e avais e descontando a taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido pela perda por redução ao valor recuperável diretamente para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando uma conta a receber é considerada incobrável, ela é baixada em contrapartida à conta de provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas em contrapartida à conta de provisão. As variações no valor contábil da conta de provisão são reconhecidas no resultado. *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.* A Companhia desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem ou quando ele transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o ativo transferido, ele reconhecerá sua participação retida no ativo e um passivo associado pelos valores que poderá ter de pagar. Se a Companhia reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro transferido, ele continuará a reconhecer o ativo financeiro e também reconhecerá um empréstimo garantido pelos proventos recebidos. b) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como "VJPR" ou "outros passivos financeiros". Os passivos financeiros são classificados como VJPR quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou designado como VJPR. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas de juros reconhecidas com base na remuneração efetiva. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, ao valor contábil líquido no reconhecimento inicial. Não há passivos financeiros classificados como VJPR. *Outros passivos financeiros.* • Empréstimos bancários: Empréstimos bancários que incorrem juros e obrigações relacionadas a arrendamentos financeiros são registrados pelos recursos recebidos, líquidos de custos diretos de emissão. Os encargos financeiros, incluindo os prêmios a pagar na liquidação ou resgate e os custos diretos de emissão, são contabilizados pelo regime de competência nas demonstrações dos resultados utilizando o método da taxa efetiva de juros e são adicionados ao valor contábil do instrumento na medida em que não forem liquidados no período em que surgirem. • Contas a pagar: As contas a pagar e outros valores a pagar são mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.* A Companhia desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações são liquidadas, canceladas ou vencem. **3.13. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.14. CPC 06 - Arrendamentos.** O pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos mercantis sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros do CPC 06. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e impressoras de pequeno porte) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo inferior a 12 meses). Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhece um passivo para efetuar pagamentos do arrendamento (ou seja, o passivo do arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente a despesa de juros do passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A WSO arrenda principalmente embarcações e menos relevantes, imóveis e veículos. Esses arrendamentos das embarcações geralmente duram 3 a 5 anos, sem opção de renovação do arrendamento após este período, não existindo previsão de reajustes anuais ou mensais. A WSO arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de 2 anos podendo ser renovável. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. A WSO optou por não reconhecer os ativos de direito de uso

WILSON, SONS OFFSHORE S.A.

CNPJ/MF nº 08.376.900/0001-40
www.wilsonsons.com.br

e passivos de arrendamento para esses arrendamentos. As informações sobre arrendamentos para os quais a WSO é a arrendatário são apresentadas na nota 15. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.** *Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.* As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da companhia. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciado sem ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.* permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. *IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.* Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhiasão negociados publicamente, ele não é elegível para pela aplicação do IFRS 19. A Companhia está avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Luis Gustavo Bueno Machado - Diretor Executivo
Contador: **Vladimir Ferreira Francisco -** CRC RJ-093643

O parecer dos Auditores Ernest & Young Auditores independentes S.S. foi emitido sem ressalvas e encontra-se à disposição dos acionistas junto com as demonstrações financeiras completas, na sede da companhia.

Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 11 de abril de 2025
Ano CVII ● Número 29.835
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

SYDNEY SANCHES: DEVER CUMPRIDO

Conquistas institucionais e fortalecimento democrático no IAB. Por Paulo Alonso, **página 2**

IRMÃOS JORDY BRIGAM POR APELIDO

Carlos briga com o irmão por uso de apelido de infância. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

LIVRO SOBRE O RIO

Lançamento de Bruno Astuto e mais notas: protestos esvaziados do 8 de Janeiro e contra preço de casaco escolar. Por Bayard Boiteux, **página 3**

Bolsas nos EUA e dólar têm outro dia de quedas

No dia seguinte a fortes al-

Valter Campanato /ABr

CGT: greve na Argentina foi 'sucesso retumbante'

Ruas e meios de transporte va

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

MAGALLANES NAVEGAÇÃO BRASILEIRA S.A.

CNPJ/MF 07.191.820/0001-57
www.wilsonsons.com.br

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**5.517**	14.458
Contas a receber (Nota 5)	**8.043**	6.185
Partes relacionadas (Nota 10)	**30.383**	18.180
Estoque (Nota 6)	**4.594**	3.557
Impostos a recuperar (Nota 7)	**219**	237
Indenização a receber (Nota 22)	**357**	-
Outros créditos	**964**	716
Total do ativo circulante	**50.077**	43.333
Não circulante		
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos (Nota 11)	**-**	10.949
Impostos a recuperar (Nota 7)	**201**	201
Conta garantia (Nota 9)	**11.171**	8.536
Depósito Judicial	**40**	40
Imobilizado (Nota 8)	**389.507**	330.790
Intangível	**-**	12
Direito de uso	**-**	201
Total do ativo não circulante	**400.919**	350.729
Total do ativo	**450.996**	394.062
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**38.123**	27.976
Arrendamento	**-**	226
Fornecedores e contas a pagar	**387**	1.550
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**5.175**	2.525
Salários, provisões e contribuições sociais	**3.543**	3.760
Partes relacionadas (Nota 10)	**21**	1.303
Outros passivos circulantes	**622**	3.598
Total do passivo circulante	**47.871**	40.938
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**189.326**	169.715
Partes relacionadas (Nota 10)	**-**	3.282
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos (Nota 11)	**3.773**	
Provisão para contingências (Nota 12)	**20**	20
Benefício pós-emprego	**29**	27
Total do passivo não circulante	**193.148**	173.044
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	**193.258**	193.258
Benefício pós emprego	**10**	7
Resultado acumulado de conversão	**94.205**	45.559
Prejuízo Acumulado	**(77.496)**	(58.744)
Total do patrimônio líquido	**209.977**	180.080
Total do passivo e do patrimônio líquido	**450.996**	394.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	175.398	11	58.672	(68.663)	165.418
Resultado acumulado de conversão	**-**	**-**	**(13.113)**	**-**	**(13.113)**
Aumento de Capital	**17.860**	**-**	**-**	**-**	**17.860**
Benefício pós-emprego	**-**	**(4)**	**-**	**-**	**(4)**
Lucro do exercício	**-**	**-**	**-**	**9.919**	**9.919**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**193.258**	**7**	**45.559**	**(58.744)**	**180.080**
Resultado acumulado de conversão	**-**	**-**	**48.646**	**-**	**48.646**
Dividendos Pagos	**-**	**-**	**-**	**(9.919)**	**(9.919)**
Benefício pós-emprego	**-**	**3**	**-**	**-**	**3**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**(8.833)**	**(8.833)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**193.258**	**10**	**94.205**	**(77.496)**	**209.977**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida (Nota 14)	**75.976**	71.763
Custos dos serviços (Nota 15)	**(48.703)**	(43.359)
Lucro bruto	**27.273**	28.404
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	**(15.819)**	(15.714)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17)	**10.410**	352
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**21.864**	13.042
Resultado financeiro líquido (Nota 18)	**(13.207)**	(5.070)
Resultado antes dos impostos sobre lucro	**8.657**	7.972
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	**(17.490)**	1.947
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**(8.833)**	9.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/ (Prejuízo) do exercício	**(8.833)**	9.919
Benefício pós emprego	**3**	(4)
Outros resultados abrangentes	**48.646**	(13.113)
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	**39.816**	(3.198)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**(8.833)**	9.919
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	**33.438**	29.088
Amortização Direito de Uso	**112**	455
Imposto de renda e contribuição social diferida	**11.870**	(4.908)
Provisão para contingência	**-**	129
Juros de empréstimos e mútuos	**7.442**	6.680
	44.029	41.363
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	**(1.858)**	(4.385)
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	**18**	170
Contas a receber - partes relacionadas	**(12.203)**	(7.916)
Estoque	**(1.037)**	670
Depósitos judiciais e garantias	**-**	277
Indenização a receber	**(357)**	7.074
Outros ativos circulantes e não circulantes	**(2.883)**	766
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	**(1.163)**	(1.335)
Salários, provisões e contribuições sociais	**(217)**	1.047
Impostos, taxas e contribuições	**5.502**	356
Transações com partes relacionadas a pagar	**(4.564)**	47
Outros passivos circulantes e não circulantes	**(2.974)**	(1.261)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**22.293**	36.873
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Adição ao ativo imobilizado	**(4.162)**	(27.648)
Dividendos (Pagos)	**(9.919)**	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(14.081)**	(27.648)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de financiamento – terceiros	**9.523**	22.214
Amortização empréstimos – terceiros	**(31.626)**	(25.845)
Juros pagos – terceiros	**(6.582)**	(6.328)
Aumento de capital social pelos acionistas	**-**	17.860
Pagamento de arrendamento	**(236)**	(566)
Juros Pagos de arrendamento	**9**	86
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(28.912)**	7.421
Ajuste de conversão	**11.759**	(2.960)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(8.941)**	13.686
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**14.458**	772
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.517**	14.458
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(8.941)**	13.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais. A Magallanes Navegação Brasileira S.A. (doravante "MNB", "Magallanes" ou "Companhia") cuja sede está localizada à Rua da Quitanda, 86 - 6º andar, Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" porém não possui ações negociadas em Bolsa de Valores ou títulos de sua emissão negociados em mercado aberto por se tratar de uma Companhia de capital fechado. A Companhia tem como objetivo principal a prestação de serviços de apoio marítimo e afretamentos de embarcações. AA Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, capital circulante líquido positivo no montante de R$ 2.206 e em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo no montante de R$ 2.395, e prejuízos recorrentes até 2022, devido a existência de determinadas embarcações sem contrato e redução no volume de operações. Em 2023 e 2024 a Companhia apresenta recuperação do preço das diárias e volume. Em 31 de dezembro de 2024, todas as embarcações da Companhia possuem contratos ativos. O fluxo de caixa projetado apresenta geração de caixa para 2025 suficiente para cobertura das obrigações de curto prazo previstas pela Companhia no curso normal de seus negócios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). AAdministração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis em 04 de abril de 2025. **3. Políticas contábeis.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1. Classificação corrente versus não corrente.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal. • For mantido principalmente para negociação. • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação. • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Apuração do resultado e reconhecimento de receita.** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte: • As receitas de contratos com clientes são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente em um valor que reflita a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os Contratos da Companhia são distintos e identificáveis, entretanto, são interdependentes, têm obrigação de desempenho única. A contraprestação variável já é reconhecida concomitantemente ao reconhecimento da receita. A obrigação de desempenho identificada é reconhecida ao longo do tempo. • O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços correlatos. • As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas. **3.3. Moeda funcional e de apresentação.** O Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Esse pronunciamento define que a moeda funcional é a moeda que influencia: preços de venda, custos, fluxo de caixa, investimentos, financiamentos e outras transações. Observando esses aspectos, a administração definiu como moeda funcional da Companhia, o dólar norte-americano, já que esta é a moeda que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo os ganhos ou as perdas registradas no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4. As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. **3.5. Contas a receber.** A provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base em análise pela Administração da carteira de clientes conjugada com experiência operacional e a conjuntura econômica. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como divulgado na Nota 5, não foi constituído PDD. **3.6. Estoques.** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. Os estoques compreendem basicamente materiais para a manutenção das embarcações e importações em andamento. **3.7. Imobilizado.** Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, além dos encargos financeiros sobre os financiamentos captados para a construção de embarcações, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 8 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Além disso, a operação dos equipamentos pode exigir grandes inspeções e manutenções regulares para falhas, independentemente se as peças desse item são substituídas. Quando cada inspeção importante é efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Estes custos são amortizados usando a data prevista para a próxima inspeção (2,5 anos para os navios da Companhia). Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos nas demonstrações do exercício em que o ativo for baixado. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **3.8. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Para ativos com vida útil definida, é efetuada uma avaliação anualmente parar determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registro de perda por redução a valor recuperável do ativo não financeiro de longo prazo no exercício de 2024 e 2023. A Companhia avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. **3.9. Tributação.** Imposto de renda e contribuição social - correntes. Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Com relação as incertezas relacionadas a sua apuração, ao final do período deste relatório, a Companhia não identificou nenhum ajuste potencial ou necessidade de divulgação adicional. Impostos diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias e prejuízos fiscais na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas na extensão que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que os impostos diferidos ativos possam ser realizados. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Imposto sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. • As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: - Programa de Integração Social - PIS: 1,65%. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%. - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS: 3% (Rio de Janeiro) e 2% (Macaé), afretamento a casco nu e por tempo não sofrem incidência do ISS. Julgamentos. A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis . Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo que pode causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Valor justo.* Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. *Impostos.* Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros.* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Vida útil do imobilizado*. O imobilizado é depreciado de forma linear, com base na vida útil econômica estimada de cada item. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. Os juros pagos e recebidos são classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos. **3.12. Instrumentos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. a) Ativos financeiros. Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJPR) e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros e do modelo de negócios da Companhia para administrá-los. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou valor justo por meio de ORA, ele precisa dar origem a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto. Essa avaliação é considerada como teste de SPPI e é realizada em relação aos instrumentos. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros consiste em como ela administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção de fluxos de caixa contratuais, venda dos ativos financeiros, ou ambos. *Ativos financeiros ao custo amortizado.* Os seguintes instrumentos foram classificados e mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável: • Caixa e equivalentes de caixa/aplicações: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e outros equivalentes de caixa de alta liquidez de curto prazo com vencimentos inferiores a 90 dias sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor; e as aplicações compreendem caixa e outras aplicações com mais de 90 dias de vencimento. • Contas a receber: As contas a receber e outros valores a receber são demonstrados pelo valor presente dos montantes devidos, reduzidos pela perda por redução ao valor recuperável. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os encargos sobre pontos pagos ou recebidos que fazem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento de dívida ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil líquido no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem mensurados ao valor justo. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com variações líquidas no valor justo reconhecidas nas demonstrações dos resultados. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado em "receita financeira" ou "despesas financeiras", dependendo dos resultados obtidos. Fundos de investimento e câmbio de renda fixa foram classificados como VJPR. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.* Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de divulgação. Os ativos financeiros são considerados como não recuperáveis quando houver evidência objetiva de que, como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados da aplicação foram afetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; • Inadimplência nos pagamentos de juros ou principal; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira, ou • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. Para as contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas (PCE). Para ativos financeiros ao custo amortizado, o valor da perda por redução ao valor recuperável reconhecida é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, refletindo o impacto das garantias e avais e descontando a taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido pela perda por redução ao valor recuperável diretamente para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão. Quando uma conta a receber é considerada incobrável, ela é baixada em contrapartida à conta de provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas em contrapartida à conta de provisão. As variações no valor contábil da conta de provisão são reconhecidas no resultado. *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.* A Companhia desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem ou quando ele transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o ativo transferido, ele reconhecerá sua participação retida no ativo e um passivo associado pelos valores que poderá ter de pagar. Se a Companhia reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um ativo financeiro transferido, ele continuará a reconhecer o ativo financeiro e também reconhecerá um empréstimo garantido pelos proventos recebidos. b) Passivos financeiros. Os passivos financeiros são classificados como "VJPR" ou "outros passivos financeiros". Os passivos financeiros são classificados como VJPR quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou designado como VJPR. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas de juros reconhecidas com base na remuneração efetiva. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, ao valor contábil líquido no reconhecimento inicial. Não há passivos financeiros classificados como VJPR. *Outros passivos financeiros.* • Empréstimos bancários: Empréstimos bancários que incorrem juros e obrigações relacionadas a arrendamentos financeiros são registrados pelos recursos recebidos, líquidos de custos diretos de emissão. Os encargos financeiros, incluindo os prêmios a pagar na liquidação ou resgate e os custos diretos de emissão, são contabilizados pelo regime de competência nas demonstrações dos resultados utilizando o método da taxa efetiva de juros e são adicionados ao valor contábil do instrumento na medida em que não forem liquidados no período em que surgirem. • Contas a pagar: As contas a pagar e outros valores a pagar são mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação. *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.* A Companhia desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações são liquidadas, canceladas ou vencem. **3.13. Custos de empréstimos.** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.14. CPC 06 - Arrendamentos.** O pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos mercantis sob um único modelo, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros do CPC 06. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais e impressoras de pequeno porte) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo inferior a 12 meses). Na data de início de um arrendamento, um arrendatário reconhece um passivo para efetuar pagamentos do arrendamento (ou seja, o passivo do arrendamento) e um ativo que representa o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente a despesa de juros do passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. A MNB arrenda imóveis que geralmente duram 2 anos, sem opção de renovação do arrendamento após este período, não existindo previsão de reajustes anuais ou mensais. As informações sobre arrendamentos para os quais a MNB é a arrendatário são apresentadas na nota 14. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.** *Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.* As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da companhia. **3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.* Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciado sem ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada. *IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financ

Anta compra marca alemã Jack Wolfskin por US$ 290 milhões

Multinacional chinesa quer diversificar categorias de esporte ao ar livre

A Anta Sports Products Limited (multinacional chinesa de equipamentos esportivos) anunciou a aquisição da Jack Wolfskin, uma marca alemã líder em roupas, calçados e equipamentos para atividades ao ar livre, por US$ 290 milhões em dinheiro, da Topgolf Callaway Brands, uma ação para diversificar as categorias de esportes ao ar livre da empresa.

A multinacional atua na projeção, desenvolvimento, fabricação e comercialização de artigos esportivos. É a maior empresa de artigos esportivos do mundo em receita e a terceira maior fabricante de artigos esportivos em geral, atrás da Nike e da Adidas, à frente da Li-Ning .

Espera-se que esse acordo seja finalizado no fim do segundo trimestre ou no início do terceiro trimestre de 2025, informou a empresa. A Topgolf Callaway Brands adquiriu a Jack Wolfskin em 2018 por cerca de US$ 476 milhões, na época.

Segundo a Agência Xinhua, fundada em 1981 e com sede em Idstein, Alemanha, a Jack Wolfskin é líder no mercado de esportes ao ar livre, especialmente na Europa e na China. A marca é conhecida por seus produtos de alta qualidade, designs inovadores e tecnologias funcionais avançadas, incluindo a amplamente reconhecida série de materiais Texapore.

Ding Shizhong, presidente do Anta Group, disse que a aquisição se alinha à estratégia do grupo de "foco único, multimarcas e globalização".

Ele disse que a parceria aumentará a presença da empresa no setor de esportes ao ar livre, atendendo às crescentes demandas dos consumidores por produtos esportivos especializados. "Essa aquisição não apenas ampliará nossas ofertas de produtos para atividades ao ar livre, de alta qualidade para o mercado de massa, mas também representará um marco significativo em nossa jornada de globalização", acrescentou Ding.

O Anta Group está otimista em relação às sinergias esperadas com o aproveitamento das tecnologias de materiais avançados da Jack Wolfskin, junto com seus próprios recursos de cadeia de suprimentos. Em janeiro de 2025, a Jack Wolfskin operava 495 lojas em todo o mundo - 226 na Europa, 269 na Ásia e mais de 4 mil pontos de varejo em todo o mundo. Nos últimos anos, o mercado global de produtos para atividades ao ar livre tem se desenvolvido rapidamente, com o mercado chinês atuando como um poderoso motor.

Em 2024, cinco anos após a aquisição pelo ANTA Group, o Amer Sports Group relatou um aumento de 18% na receita para US$ 5,18 bilhões, com sua marca Arc'teryx apresentando um crescimento de 36%, sinalizando o potencial robusto do mercado de atividades ao ar livre. No Anta Group, todas as outras marcas, representadas pelas duas principais marcas de produtos para atividades ao ar livre, Descente e Kolon, atingiram uma taxa de crescimento de receita de mais de 50% em 2024.

Sebrae reforça o tema da sustentabilidade, na Expo 2025, no Japão

No Japão, as pequenas e médias empresas (PME) representam 99,7% de todas as empresas e cerca de 70% dos trabalhos gerados. "Como no Brasil, os pequenos negócios são maioria no Japão e, por isso, precisamos reforçar a participação desse importante aliado na COP 30", diz Décio Lima, presidente do Sebrae. Ele está no Japão para participar da abertura do Pavilhão Brasil na Expo 2025, em Osaka, junto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

A COP30, que se realiza em novembro deste ano em Belém, no Pará, marca o aniversário de uma década do Acordo de Paris. Lima reforça o potencial do país para o mundo por meio dos pequenos negócios. Com o programa Inova Biomas, a instituição mostra que é possível gerar emprego e renda com responsabilidade e compromisso com o meio ambiente.

Atualmente, somente o programa Inova Amazônia já atendeu 409 empresas e 660 ideias em nove estados diferentes, somando mais de 880 projetos. Com abrangência nacional, a iniciativa tem como objetivo fortalecer a bioeconomia e fomentar o crescimento com inovação aliada à conservação ambiental.

"O país com seus seis biomas – Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Pampa – gera oportunidades para os pequenos negócios do país, que são 95% das empresas do Brasil. Os pequenos negócios são parte da engrenagem de desenvolvimento do país. Essas empresas geram emprego, inclusão, renda, inovam, valorizam a nossa cultura e permitem a construção de um planeta sustentável. Além disso, o empreendedorismo vem sendo aliado na Aliança Global contra a Fome, mostrando-se uma alternativa real para milhões de pessoas que vivem na informalidade", afirma, Décio Lima.

Expo Osaka

2025 marca a celebração dos 130 anos de relações diplomáticas entre Japão e Brasil. O Japão é um dos principais parceiros do Brasil na Ásia k – o 9º principal destino das exportações brasileiras e o 12º maior investidor no território brasileiro. Esse vínculo também se apoia nos laços humanos e culturais históricos. Atualmente, cerca de 2,7 milhões de descendentes de japoneses vivem no Brasil e cerca de 210 mil brasileiros residem no Japão.

A Expo 2025 será realizada de 13 de abril a 13 de outubro de 2025 na Ilha Yumeshima e está projetada para receber 28,2 milhões de visitantes.

Brasil tem 'colchão de proteção' contra turbulências

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reafirmou nesta sexta-feira que o "Brasil tem um colchão de proteção contra turbulências externas". Segundo o ministro, o país conta atualmente com reservas cambiais, um bom saldo comercial e uma super safra para enfrentar os possíveis riscos associados às taxações que vêm sendo empregadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

"Está em curso um movimento que nós precisamos ver como é que vai terminar. Mas assim como em outras crises, como em 2008, quando vivemos uma enorme crise financeira, o Brasil agora tem de US$ 75 bilhões a US$ 95 bilhões de saldo comercial. O Brasil tem mais de US$ 300 bilhões de reservas cambiais"

O ministro lembrou que o Brasil tem comércio com o mundo inteiro e só abre mercados desde que o presidente Lula inaugurou seu mandato. "Estamos em uma situação em que a gente não deve nada para ninguém", disse. "Desde que pagou sua dívida externa, acumulou saldo comercial e mantém reservas cambiais, o Brasil tem um colchão de proteção para se defender de turbulências externas. Isso já aconteceu em 2008 e pode acontecer agora", ressaltou.

Para o ministro, embora ainda seja difícil prever seus efeitos, o tarifaço poderá, de alguma forma, contribuir para o aumento das exportações brasileiras e também acelerar o acordo do Mercosul com a União Europeia.

"O Brasil, na minha opinião, tem uma posição privilegiada em virtude do fato de que aumentam as suas exportações para os três grandes blocos econômicos. Nós exportamos mais para os Estados Unidos, para a União Europeia e para a China. Temos um acordo de livre comércio firmado com a União Europeia que, na minha opinião, vai ser acelerado em função do que aconteceu", disse.

"O Brasil pode enfrentar uma situação qualquer externa e tem condições de superá-la. Mas é claro que se o mundo estiver ruim, isso é ruim para todo mundo", alertou. O ministro admitiu que o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país) possa sofrer alguma consequência em virtude do atual cenário econômico mundial.

"Nós podemos, eventualmente, a julgar pelos movimentos, sofrer algum impacto", avaliou. O ministro estima que a economia brasileira deve fechar este ano com crescimento de 2,5% e que a inflação pode voltar a "se comportar em patamares mais adequados" ao longo do ano.

As declarações foram dadas em entrevista à BandNews TV.

Aegea conquista concessão para operar serviços de água e esgoto no Pará

A Aegea, empresa referência no setor de saneamento, venceu a disputa da Concorrência Pública nº 002/2024, cujo objeto consiste na concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 99 municípios do Pará beneficiando mais de 4 milhões de pessoas. Estão previstos mais de R$ 15 bilhões em investimentos em 40 anos de contrato. O leilão foi realizado nesta sexta-feira, na sede da B3, em São Paulo.

A Aegea sagrou vencedora do(s) bloco(s) A, B e D. A meta para 2033 é alcançar 99% de atendimento com abastecimento de água e 90% com esgotamento sanitário no bloco A, que inclui municípios da Região Metropolitana de Belém, como Ananindeua, Marituba e a própria capital. Já a universalização do esgotamento sanitário nos blocos B e D, com 90% de atendimento, deverão ser atingidas até 2039.

"Essa conquista reforça o compromisso da Aegea com a melhoria da infraestrutura do saneamento no Brasil, promovendo saúde, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para a população do Pará. Nosso propósito é continuar movimentando vidas, levando dignidade por meio do saneamento básico nas regiões onde atuamos", comenta Radamés Casseb, CEO da Aegea.

A Aegea acredita que a inclusão sanitária é vital para o acesso universal à água tratada e à coleta e tratamento de esgoto. No Estado, por meio da unidade Águas de São Francisco, em Barcarena, recentemente, lançou o programa "Trata Bem Barcarena". Com um investimento de R$ 150 milhões, a iniciativa visa a universalização do saneamento até novembro de 2025, beneficiando cerca de 120 mil pessoas, antecipando em quase 10 anos os investimentos previstos. No ano em que o Pará sediará a COP30, Barcarena se transformará na 1ª cidade do Estado a atender as metas do Marco Legal do Saneamento. Já Novo Progresso recebe novas redes de água e uma nova Estação de Tratamento de Água será construída ainda esse ano, acompanhando o desenvolvimento da cidade. Com a vitória, a Aegea passa a operar em 865 municípios de 15 estados, agregando expertise e diferentes modelos de contrato para atender a mais de 37 milhões de pessoas em todo o país.

A Aegea parabeniza a Cosanpa e o estado do Pará e acredita que parte da solução para levar saneamento a todos os brasileiros passa pela complementaridade e atuação integrada entre o poder público e o setor privado. Para a companhia, o que deve ser avaliado dos prestadores do serviço de saneamento é a sua efetiva capacidade econômico-financeira para fazer frente aos robustos investimentos exigidos para a universalização do saneamento no país.

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444